



# Relatório e Contas 2019



COMBOIOS DE PORTUGAL

# FICHA TÉCNICA

CP – Comboios de Portugal, E. P. E.

Calçada do Duque, nº 20

1249-109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário 3 959 489 351,01 € (a 31 de dezembro de 2019)

Conceção e coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Contactos: [webmaster@cp.pt](mailto:webmaster@cp.pt)

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico

# ÍNDICE

Mensagem do Presidente .....	10
Conselho de Administração.....	14
2019 em Resumo.....	17
Enquadramento Macroeconómico.....	20
Retrospectiva de 2019 .....	22
O Nosso Negócio em 2019 .....	23
Quanto Produzimos.....	25
Os Nossos Clientes - Procura.....	27
Proveitos .....	28
As Nossas Pessoas .....	29
Efetivo.....	29
Absentismo e Trabalho Suplementar .....	30
Formação .....	30
Frota.....	31
Qualidade do Serviço.....	32
Investimentos.....	34
Grupo CP.....	35
Criação de Valor .....	36
Contratualização da Atividade .....	38
Assinatura do Contrato de Serviço Público .....	38
Aquisição de Material Circulante.....	38
Concurso para Aquisição de 22 Automotoras .....	38
Fusão CP - EMEF .....	38
Aprovada a Fusão da CP e EMEF .....	38
Mobilidade .....	39

Eletrificação das Linhas do Douro e Minho .....	39
Horário de Verão .....	39
Programas Turísticos e Serviços Especiais .....	39
Tarifário .....	40
Atualização Tarifária .....	40
Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) .....	40
Ampliação do Zonamento Andante a toda a Área Metropolitana do Porto .....	40
Yield Management .....	41
Inovação e Tecnologia .....	41
Novos Equipamentos Portáteis de Venda e Controlo .....	41
Novos TPA e Sistema Operativo nas Bilheteiras .....	41
Novo VIVA GO: Mobilidade em Pós-Pago .....	41
Medidas anti-vandalismo nos validadores dos Serviços Urbanos do Porto .....	42
Venda de Produtos do segmento de Lazer na Bilheteira <i>Online</i> .....	42
As Nossas Campanhas .....	42
Campanha de Marca CP .....	42
Campanha Interrail .....	43
Campanha do Serviço Internacional .....	43
Parceria com o Programa de Fidelização da McDonald's .....	43
Beneficiação de Instalações .....	44
Beneficiação do Dormitório Operacional de Viana do Castelo .....	44
Obras no Parque de Material de Santa Apolónia .....	44
Obras nos Armazéns e no Parque de Resíduos no Entroncamento .....	44
Cumprimento das Obrigações Legais.....	45
Quadro - Resumo .....	47
1. Objetivos de Gestão e PAO .....	49
Relato Não Financeiro .....	49
Plano de Atividades e Orçamento .....	49
Execução Orçamental .....	51
2. Gestão do Risco Financeiro .....	53
3. Limite de Crescimento do Endividamento .....	53
4. Prazo Médio de Pagamento .....	54

5.	Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2018 .....	55
6.	Remunerações .....	56
	Medidas de Redução Salarial .....	56
	Remunerações do Conselho de Administração .....	56
	Fiscalização.....	64
7.	Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público .....	66
8.	Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP .....	67
9.	Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens.....	68
10.	Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção .....	68
11.	Contratação Pública .....	68
12.	Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) .....	69
13.	Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais .....	69
14.	Contratação de Estudos .....	71
15.	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado .....	71
16.	Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas .....	72
17.	Informação no Site do SEE.....	73
	<b>Análise Económico-Financeira.....</b>	<b>74</b>
	Conta de Exploração .....	76
	Resultado Líquido .....	76
	Resultado Operacional da Atividade de Transporte de Passageiros (EBITDA).....	77
	Resultado Operacional.....	77
	Resultado Financeiro.....	78
	Balanço.....	79
	Ativo .....	79
	Capital .....	80
	Passivo .....	80
	Financiamento.....	81
	Política de Financiamento .....	81
	Dívida Remunerada .....	82

Fontes de Cofinanciamento.....	83
Encargos Financeiros .....	83
Instrumentos de Gestão de Risco .....	83
<b>Perspetivas para 2020 .....</b>	<b>84</b>
<b>Factos Relevantes Após o Termo do Exercício .....</b>	<b>89</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados.....</b>	<b>92</b>
<b>Demonstrações Financeiras.....</b>	<b>95</b>
<b>Anexos às Demonstrações Financeiras .....</b>	<b>103</b>
<b>Identificação da entidade e período de relato (nota 1) .....</b>	<b>105</b>
Identificação .....	105
Acesso à Infraestrutura .....	106
Regime de Concessão.....	107
Contrato de serviço público.....	109
<b>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2).....</b>	<b>110</b>
Referencial contabilístico.....	110
Derrogações ao SNC .....	111
Valores comparativos .....	111
<b>Adoção Pela Primeira Vez das NCRF-Divulgação Transitória (nota 3) .....</b>	<b>111</b>
<b>Principais Políticas Contabilísticas (nota 4) .....</b>	<b>111</b>
Bases de mensuração .....	111
Políticas contabilísticas relevantes.....	112
Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas .....	116
Outros Ativos/Passivos Financeiros.....	117
Entidades conjuntamente controladas .....	119
Inventários .....	119
Clientes e outros créditos a receber .....	119
Caixa e equivalentes de caixa .....	120
Empréstimos e descobertos bancários.....	120
Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação .....	120
Transações em moeda estrangeira .....	121

Reconhecimento do rédito .....	122
Reconhecimento de Gastos e Rendimentos.....	122
Provisões.....	122
Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados .....	123
Imposto sobre lucros .....	123
Ativos e passivos contingentes .....	124
Acontecimentos Subsequentes .....	125
Juizados de Valor .....	125
Principais pressupostos relativos ao futuro .....	125
Principais fontes de incerteza das estimativas.....	126
Vida útil de ativos fixos tangíveis.....	126
Cobranças duvidosas .....	126
Inventários .....	127
Provisões.....	127
Ativos não correntes detidos para venda.....	127
<b>Fluxo de Caixa (nota 5) .....</b>	<b>128</b>
Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários .....	129
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.....	129
<b>Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6) .....</b>	<b>130</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis (nota 7).....</b>	<b>130</b>
<b>Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 8) .....</b>	<b>132</b>
<b>Outros Investimentos Financeiros (nota 9) .....</b>	<b>134</b>
<b>Impostos Sobre o Rendimento (nota 10).....</b>	<b>135</b>
<b>Inventários (nota 11) .....</b>	<b>136</b>
<b>Clientes (nota 12).....</b>	<b>137</b>
<b>Estado e Outros Entes Públicos (nota 13) .....</b>	<b>138</b>
<b>Outros créditos a receber (nota 14) .....</b>	<b>140</b>
<b>Diferimentos (nota 15) .....</b>	<b>141</b>
<b>Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 16) .....</b>	<b>141</b>
<b>Capital Subscrito (nota 17).....</b>	<b>142</b>

Reservas Legais (nota 18).....	143
Outras Reservas (nota 19).....	144
Resultados Transitados (nota 20) .....	144
Material circulante .....	144
Outros ativos fixos tangíveis .....	145
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 21).....	145
Provisões (nota 22) .....	147
Financiamentos Obtidos (nota 23) .....	148
Outras dívidas a pagar (nota 24).....	149
Fornecedores (nota 25).....	149
Vendas e Serviços Prestados (nota 26).....	150
Subsídios à Exploração (nota 27).....	151
Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 28) .....	151
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 29) .....	152
Fornecimentos e Serviços Externos (nota 30) .....	152
Gastos com Pessoal (nota 31).....	154
Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 32).....	155
Outros Rendimentos (nota 33) .....	156
Outros Gastos (nota 34) .....	156
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 35) .....	157
Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 36).....	157
Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 37).....	158
Juros e Gastos Similares Suportados (nota 38).....	158
Divulgação de Partes Relacionadas (nota 39).....	159
Garantias e Avais (nota 40).....	161
Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 41) .....	162





**MENSAGEM DO PRESIDENTE**





O Conselho de Administração, a que presido, iniciou funções a 19 de julho de 2019, ciente do enorme desafio que se lhe deparava, mas imbuído da confiança nas capacidades e competência de todos os que trabalham nesta empresa e de como essas lhe permitirão concretizar o plano a que se propôs.

Esse plano, consubstanciado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 110/2019, de 27 de junho, baseia-se na recuperação dos níveis de serviço de mobilidade ferroviária em Portugal no curto prazo e no lançamento de um projeto mais ambicioso que garanta o desenvolvimento e sustentabilidade da empresa e do setor a médio e longo prazo.

Procuraremos assim, numa primeira fase, inverter rapidamente a situação de degradação do serviço prestado e desencadear a criação de um centro de competências do setor ferroviário, para, numa segunda fase, se investir na criação de condições para dotar o país de capacidade para desenhar e construir o comboio Português.

Dito isto, é com prazer que verifico que os primeiros passos para a concretização desse plano já foram conseguidos.

No final do ano a CP assinou com o Estado Português o Contrato de Serviço Público a vigorar na próxima década, estabelecendo os níveis de serviço e garantindo as devidas compensações financeiras pelo serviço prestado.

Por outro lado, o Estado Português reconheceu a mais valia decorrente da internalização da operação de manutenção, decretando a integração da EMEF na CP com efeitos a 1 de janeiro de 2020 e, paralelamente, autorizando a reabertura da Oficina de Guifões para aumentar a capacidade instalada de reparação e manutenção de material circulante.

Foi ainda lançado em 2019 o concurso para aquisição de 12 automotoras bi-modo e 10 automotoras elétricas, interrompendo-se assim um longo ciclo de desinvestimento.

No que respeita aos indicadores operacionais, em 2019 a empresa aproximou-se dos 145 milhões de passageiros transportados. Comparativamente com o ano anterior, viajaram nos comboios da CP mais 19 milhões de passageiros, tendo os rendimentos de tráfego aumentado 15 milhões de euros, correspondendo a incrementos de 15% e 6%, respetivamente. O crescimento do volume de passageiros foi transversal a todos os serviços da empresa.

Em termos financeiros a CP manteve um EBITDA recorrente positivo em 48 milhões de euros, o que representou uma melhoria de cerca de 39 milhões de euros face a 2018. De referir, também, a melhoria dos resultados das empresas participadas, em particular da EMEF.

De igual modo, o Resultado Financeiro registou uma melhoria de 12,6 milhões de euros, mercê, fundamentalmente, da diminuição do passivo financeiro.

Em linha com os restantes indicadores, o Resultado Líquido apresentou uma melhoria de 51% face ao ano anterior (+54 milhões de euros), passando de -105,6 milhões de euros, em 2018, para -51,6 milhões de euros em 2019.

Aproveito para agradecer a todos os Colaboradores e às suas Organizações Representativas o profissionalismo e dedicação demonstrados, a cujo empenho se deve a melhoria conseguida nos resultados e nos principais indicadores.

De referir ainda o trabalho desenvolvido pelo anterior Conselho de Administração e o apoio prestado pelas Tutelas Setorial e Financeira.

Finalmente, aos nossos Clientes, agradecemos a preferência manifestada.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



0461

CP

4 4



## Presidente

Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas

## Vice-presidente

Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira



## Vogal

Ana Maria dos Santos Malhó

## Vogal

Maria Isabel de Magalhães Ribeiro



## Vogal

Pedro Manuel Franco Ribeiro

# 2019 EM RESUMO



<b>Indicadores Operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Δ 19-18</b>	<b>Δ %</b>
<b>Procura</b>					
Passageiros (10 <sup>3</sup> )	144 894	126 275	122 028	18 619	15%
Passageiros Quilómetro (10 <sup>3</sup> )	4 436 079	4 104 131	4 032 713	331 948	8%
<b>Oferta</b>					
Comboios (10 <sup>3</sup> )	434	431	445	3	1%
CK (10 <sup>3</sup> )	29 094	28 531	29 129	563	2%
LKO (10 <sup>6</sup> )	13 015	12 727	13 242	288	2%
<b>Recursos Humanos</b>					
Efectivo Final a cargo	2 646	2 658	2 681	-12	-0,5%
Efectivo Médio a cargo	2 634	2 680	2 692	-46	-2%
<b>Frota - Parque Ativo</b>					
Automotoras	240	237	239	3	1%
Locomotivas	32	32	31	0	0%
Carruagens	104	104	104	0	0%
<b>Indicadores Financeiros</b>					
Proveitos Tráfego	273 850	259 025	249 890	14 825	5,7%
Rendimentos Operacionais	341 263	288 559	278 678	52 704	18,3%
Gastos Operacionais *	293 231	279 072	267 514	14 159	5,1%
EBITDA *	48 032	9 487	11 164	38 545	406,3%
Resultado Operacional **	4 411	-36 898	-35 802	41 309	-112,0%
Resultado Líquido	-51 578	-105 627	-111 952	54 049	-51,2%
* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade core da empresa.					
** Efetuada uma reclassificação das diferenças de câmbio desfavoráveis de 2017, da rubrica de "juros e gastos similares suportados", para "outros gastos", no valor de 278 mil euros relativamente aos dados divulgados em 2017.					
<b>Rácios</b>					
Produtividade do Trabalho (10 <sup>3</sup> ) (Ck/Efectivo Médio)	11,0	10,6	10,8	0,4	4%
Peso dos Gastos no VN s/ Subsídios à Exploração ***	100,4%	100,9%	101,4%	-0,5p.p.	-

\*\*\* (CMVMC+FSE+PESSOAL sem rescisões e impactos da reversão das reduções remuneratórias e dos Artºs 20º e 21º da LOE 2017)/Volume de Negócios (sem subs.à Expl.)

# **ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO**



  
COMBOIOS DE PORTUGAL  
Sistema de gestão integrada de serviços ferroviários  
operados por CP - SA

  
COMBOIOS DE PORTUGAL  
Sistema de gestão integrada de serviços ferroviários  
operados por CP - SA

12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1



## Retrospectiva de 2019<sup>1</sup>

A economia Portuguesa cresce há vários trimestres consecutivos e registou, ao longo dos últimos anos, um dos períodos de maior e mais prolongado crescimento económico, o qual ocorreu num quadro de equilíbrio das contas externas. Este desempenho permitiu retomar um movimento de convergência face à União Europeia que esteve ausente ao longo de 15 anos. Os fatores fundamentais para explicar esta evolução consistiram na estabilização do setor financeiro, na recuperação do investimento, no reequilíbrio das contas externas e nos progressos alcançados na consolidação estrutural das contas públicas.

Em 2019 o Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 2,2% em volume, menos 0,2 pontos percentuais que o observado no ano anterior. Esta evolução resultou do contributo positivo menos intenso da procura interna, refletindo o abrandamento do consumo privado.

A procura externa líquida apresentou um contributo ligeiramente menos negativo que em 2018, verificando-se uma desaceleração das Exportações e das Importações de Bens e Serviços.

A taxa de desemprego manteve-se ao nível do ano anterior, em 6,7%.

Verificou-se uma reduzida taxa de inflação, com o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) a registar uma taxa de variação média anual de 0,3% em 2019, inferior aos 1,2% do ano anterior.

Em 2019 foi implementado um importante incentivo à mobilidade e à utilização dos transportes públicos que consistiu no Despacho n.º 1234-A/2019 dos Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e Adjunto e da Mobilidade, que consagrou o Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos (PART).

Os indicadores positivos da economia, as medidas de incentivo à mobilidade e o incremento do turismo contribuíram favoravelmente para a evolução da procura da Empresa em 2019, mantendo a tendência de crescimento registada desde 2013.

---

<sup>1</sup> Fontes: [www.INE.pt](http://www.INE.pt) e Banco de Portugal – Boletim Estatístico.



**O NOSSO NEGÓCIO EM 2019**

**2<sup>a</sup>**  
Classe

Carruagem  
**2**



## Quanto Produzimos

Em 2019 a oferta da CP, avaliada em Comboios\*Quilómetro, foi de 29.094 milhares de CK, valor 2% superior ao registado no ano anterior, uma evolução explicada, essencialmente, pelo ano de 2018 ter sido afetado pela existência de conflitos laborais que levaram à supressão de mais de 8000 comboios, vários descarrilamentos que perturbaram inúmeras circulações e reduções de disponibilidade de material circulante. Por sua vez, de referir em 2019, a eletrificação de troços das Linhas do Minho e Douro.

<b>Comboios Quilómetro (*10<sup>3</sup>)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2019- 2018</b>	<b>2019 /2018</b>
Serv. Urbano Lisboa	6 540	6 471	6 651	69	1,1%
Serv. Urbano Porto	4 594	4 463	4 601	131	2,9%
Serv. Longo Curso	8 860	8 687	8 592	173	2,0%
Serv. Regional	9 099	8 909	9 286	190	2,1%
<b>TOTAL</b>	<b>29 094</b>	<b>28 531</b>	<b>29 129</b>	<b>563</b>	<b>2,0%</b>

Os lugares-quilómetro oferecidos foram igualmente superiores aos do ano anterior, tal como as taxas de ocupação, estas devido a um crescimento superior da procura relativamente à oferta.

<b>Lugares Km Oferecidos (*10<sup>6</sup>)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2019- 2018</b>	<b>2019 /2018</b>
Serv. Urbano Lisboa	5 843	5 732	6 001	112	1,9%
Serv. Urbano Porto	2 224	2 183	2 276	41	1,9%
Serv. Longo Curso	2 698	2 642	2 685	55	2,1%
Serv. Regional	2 250	2 171	2 280	80	3,7%
<b>TOTAL</b>	<b>13 015</b>	<b>12 727</b>	<b>13 242</b>	<b>288</b>	<b>2,3%</b>

<b>Taxa de Ocupação</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2019- 2018</b>
Serv. Urbano Lisboa	27,3%	23,3%	21,2%	3,9 p.p.
Serv. Urbano Porto	29,0%	29,8%	28,1%	-0,9 p.p.
Serv. Longo Curso	64,0%	62,5%	61,3%	1,4 p.p.
Serv. Regional	21,1%	21,3%	21,0%	-0,3 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>34,1%</b>	<b>32,2%</b>	<b>30,5%</b>	<b>1,8 p.p.</b>

## Os Nossos Clientes - Procura

Em 2019 foram transportados pela CP mais de 144 milhões de passageiros, correspondendo a um aumento de 14,7% relativamente a 2018 e representando, em termos absolutos, um acréscimo de aproximadamente 19 milhões de passageiros transportados.

Para este crescimento destacam-se os contributos do Serviço Urbano de Lisboa com um aumento de 18,4% e do Serviço Urbano do Porto com um acréscimo de 7,7%.

Esta evolução é justificada pela implementação do programa de apoio à redução tarifária (redução dos preços dos passes mensais), pelo incremento do turismo, pelas diversas ações de combate à fraude e pela recuperação dos indicadores económicos do País.

<b>Passageiros</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2019- 2018</b>	<b>2019 /2018</b>
Serv. Urbano Lisboa	103 292	87 235	83 005	16 057	18,4%
Serv. Urbano Porto	23 674	21 979	21 591	1 695	7,7%
Serv. Longo Curso	6 698	6 386	6 388	312	4,9%
Serv. Regional	11 231	10 674	11 044	556	5,2%
<b>TOTAL</b>	<b>144 894</b>	<b>126 275</b>	<b>122 028</b>	<b>18 619</b>	<b>14,7%</b>

<b>Passageiros-Km</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2019- 2018</b>	<b>2019 /2018</b>
Serv. Urbano Lisboa	1 592 342	1 338 164	1 270 474	254 179	19,0%
Serv. Urbano Porto	644 347	651 162	638 990	-6 815	-1,0%
Serv. Longo Curso	1 725 672	1 651 975	1 644 831	73 697	4,5%
Serv. Regional	473 718	462 830	478 419	10 888	2,4%
<b>TOTAL</b>	<b>4 436 079</b>	<b>4 104 131</b>	<b>4 032 713</b>	<b>331 948</b>	<b>8,1%</b>

## Proveitos

Os proveitos de tráfego ultrapassaram em 2019 os 273 milhões de euros, representando um acréscimo de 14,8 milhões de euros face ao ano anterior (+5,7%).

A evolução dos proveitos é justificada pelo crescimento da procura e pela atualização tarifária média, a 1 de janeiro de 2019, dos serviços de Longo Curso AP e IC e dos títulos ocasionais dos serviços urbanos em 1,14%. Os preços dos títulos mensais e dos títulos ocasionais do serviço Regional mantiveram-se inalterados.

<b>Proveitos Tráfego</b> (*10 <sup>3</sup> €)	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2019- 2018</b>	<b>2019 /2018</b>
Serv. Urbano Lisboa	95 342	91 682	86 322	3 660	3,8%
Serv. Urbano Porto (*)	30 706	28 147	26 898	2 558	8,3%
Serv. Longo Curso	118 688	110 461	107 085	8 171	6,9%
Serv. Regional	29 114	28 734	29 585	380	1,3%
<b>TOTAL</b>	<b>273 850</b>	<b>259 025</b>	<b>249 890</b>	<b>14 825</b>	<b>5,7%</b>

(\*) O valor referente a 2017 difere do divulgado no R&C de 2107 em 26,6 milhares de euros por motivo de regularizações do Andante.

## As Nossas Pessoas

### Efetivo

A empresa terminou o ano de 2019 com 2 669 trabalhadores vinculados, ou seja, menos 14 que no final do ano anterior.

<b>Efetivo a 31 de Dezembro</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Δ 2019-2018</b>
Vinculado	2669	2683	2709	-14
A Cargo	2646	2658	2681	-12
Ao Serviço	2645	2656	2678	-11

**Legenda:**

**Efetivo Vinculado** - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido ou requisitado que não é pago pela

**Efetivo a Cargo** - efetivo ao qual a empresa paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido ou requisitado pago pela empresa).

**Efetivo ao Serviço** - efetivo que presta serviço na empresa.

Durante o ano de 2019 entraram no quadro vinculado da empresa 73 colaboradores por contratação<sup>2</sup> e saíram 87, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo ou por reforma.

<b>Efetivo Vinculado a 31 de Dezembro</b>				
<b>Carreira</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Δ 2019-2018</b>
Administrativa	92	101	100	-9
Apoio Técnico e Gestão	79	82	86	-3
Comercial	1221	1237	1248	-16
Material	55	68	74	-13
Operação de Transporte	122	107	110	15
Outros	13	14	17	-1
Técnicos	272	282	281	-10
Tração	807	786	787	21
<b>TOTAL</b>	<b>2661</b>	<b>2677</b>	<b>2703</b>	<b>-16</b>
Cons.Administração + Cons.Fiscal	8	6	6	2
<b>TOTAL</b>	<b>2669</b>	<b>2683</b>	<b>2709</b>	<b>-14</b>

<sup>2</sup> Os recrutamentos ocorridos em 2019 tiveram as seguintes autorizações:

- Despacho nº 237/19-SET de 29-03-2019 para 14 Operadores de Manobras e Material;
- RCM 110/2019 de 05-07-2019 para 120 trabalhadores, discriminados por: 20 assistentes comerciais, 40 operadores de revisão e venda e 40 maquinistas. Processo a concluir em 2020.

Cerca de 83% dos colaboradores são da área operacional e pertencem às carreiras profissionais “comercial”, “tração”, “operação de transporte” e “material”.

## Absentismo e Trabalho Suplementar

As taxas de absentismo e trabalho suplementar aumentaram ligeiramente face ao ano anterior, com especial incidência nas categorias operacionais.

<b>Taxas (%)</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Δ 2019-2018</b>
Absentismo (sem greves)	7,2%	6,9%	6,9%	0,3 p.p.
Trabalho Suplementar	14,1%	12,8%	12,9%	1,3 p.p.

## Formação

A Empresa manteve a sua política de desenvolvimento do capital humano através da formação e qualificação contínua dos seus trabalhadores, nomeadamente, no âmbito da segurança da circulação e aperfeiçoamentos de carácter técnico e regulamentar.

Foram realizadas 451 ações de formação, uma média de 20,25 horas de formação por colaborador, tendo a grande maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do grupo CP. As ações de formação distribuíram-se pelos seguintes temas:

<b>Temas de Formação 2019</b>	<b>Nº de Formandos</b>	<b>Nº de horas de Formação</b>	<b>Nº de ações de Formação</b>
Cliente	666	8 137,0	53
Gestão	762	4 816,5	72
Qualidade e Ambiente	6	63,0	2
Segurança Geral	1 090	8 753,5	197
Segurança-Qualificação Técnica	1 545	31 676,0	114
Serviços/Línguas	24	504,0	3
Tecnologias de Informação	21	263,0	10
<b>Total</b>	<b>4 114</b>	<b>54 213,0</b>	<b>451</b>

## Frota

No final de 2019 a CP dispunha de 376 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial com a seguinte tipologia e afetação aos serviços:

<b>Tipologia do Material</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Δ 19-18</b>
Automotoras Elétricas	189	189	189	0
Automotoras Diesel	51	48	50	3
Locomotoras Elétricas	24	24	24	0
Locomotoras Diesel	8	8	7	0
Carruagens	104	104	104	0
<b>Total</b>	<b>376</b>	<b>373</b>	<b>374</b>	<b>3</b>

<b>Serviço</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Δ 19-18</b>
Serv. Urb. Lisboa	91	91	91	0
Serv. Urb. Porto	34	34	34	0
Serviço Reg./LC	246	243	244	3
Aluguer Medway	5	5	5	0
<b>Total</b>	<b>376</b>	<b>373</b>	<b>374</b>	<b>3</b>

No parque ativo encontram-se incorporadas 23 automotoras *diesel* das séries 592 e 592.2 alugadas à RENFE.

A manutenção da maior parte do material circulante foi realizada pela EMEF, empresa participada da CP. Apenas na série de locomotivas 5600 a manutenção foi prestada pelo SIMEF, ACE (empresa de serviços de manutenção e engenharia ferroviária detida pela EMEF, em 51%, e pela Siemens, em 49%).

## Qualidade do Serviço

No ano de 2019 o Índice Global de Regularidade da CP situou-se nos 99,2%, valor superior em 2,2 pontos percentuais ao verificado no ano anterior. Este acréscimo foi transversal a todos os serviços.

<b>Regularidade</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Δ 2019-2018</b>
<b>Serv. Urbano Lisboa</b>				
Sintra / Azambuja	98,7%	97,0%	99,4%	1,8 p.p.
Cascais	99,4%	97,9%	99,3%	1,5 p.p.
Sado	99,4%	97,8%	99,3%	1,6 p.p.
<b>Serv. Urbano Porto</b>				
Aveiro	99,5%	97,8%	99,6%	1,7 p.p.
Braga	99,9%	99,0%	99,9%	0,9 p.p.
Caíde	99,9%	99,0%	99,9%	0,9 p.p.
Guimarães	99,9%	98,9%	99,8%	1,1 p.p.
<b>Serv. Longo Curso</b>				
Alfas	99,5%	97,8%	99,4%	1,7 p.p.
Intercidades	99,7%	97,0%	99,4%	2,7 p.p.
<b>Serv. Regional</b>				
Serv. Regional	99,0%	95,4%	98,7%	3,6 p.p.
<b>Total CP</b>	<b>99,2%</b>	<b>97,0%</b>	<b>99,2%</b>	<b>2,2 p.p.</b>

Verificou-se igualmente uma melhoria generalizada do Índice de Pontualidade Diária face ao ano anterior, com particular ênfase os Serviços de Longo Curso, que continuam, ainda assim, a apresentar valores abaixo do desejável.

<b>Pontualidade Diária</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Δ 2019-2018</b>
<b>Serv. Urbano Lisboa (1)</b>				
Sintra / Azambuja	86,0%	83,8%	87,2%	2,2 p.p.
Cascais	86,4%	92,3%	92,1%	-5,9 p.p.
Sado	79,8%	80,3%	83,3%	-0,5 p.p.
<b>Serv. Urbano Porto (1)</b>				
Aveiro	82,5%	78,1%	82,1%	4,5 p.p.
Braga	89,7%	89,5%	90,3%	0,2 p.p.
Caíde	84,6%	89,4%	91,8%	-4,8 p.p.
Guimarães	81,7%	87,7%	89,0%	-6,0 p.p.
<b>Serv. Longo Curso (2)</b>				
Alfas	65,2%	56,2%	46,6%	9,0 p.p.
Intercidades	60,9%	53,5%	58,0%	7,4 p.p.
<b>Serv. Regional (2)</b>				
Serv. Regional	80,0%	78,2%	78,6%	1,8 p.p.
<b>Global CP</b>	<b>82,2%</b>	<b>81,5%</b>	<b>88,2%</b>	<b>0,7 p.p.</b>

**Notas:****(1)** Atrasos superiores a 3 minutos**(2)** Atrasos superiores a 5 minutos

Os atrasos e supressões na circulação resultaram essencialmente das seguintes causas:

1. Da responsabilidade da IP:
  - a. Limitações de velocidade impostas pela IP para trabalhos na infraestrutura, refletindo-se nos cruzamentos e enlances de passageiros e de material motor;
  - b. Avarias de sinalização;
  - c. Avarias de catenária, inundações e obstáculos na via.
2. Da responsabilidade da CP:
  - a. Avarias de material motor
3. Da responsabilidade de terceiros:
  - a. Acidentes com pessoas;
  - b. Acidentes com veículos em passagens de nível.

## Investimentos

A CP realizou em 2019 um total de 18,5 milhões de euros em investimentos, 79% dos quais destinados a material circulante.

<b>Investimentos 2019</b>	<b>Valores</b> (*10 <sup>3</sup> €)
Material Circulante	14 558
Instalações Fixas	1 158
Equipamentos Comerciais	375
Informatização	1 391
Outros Investimentos	1 015
<b>TOTAL</b>	<b>18 499</b>

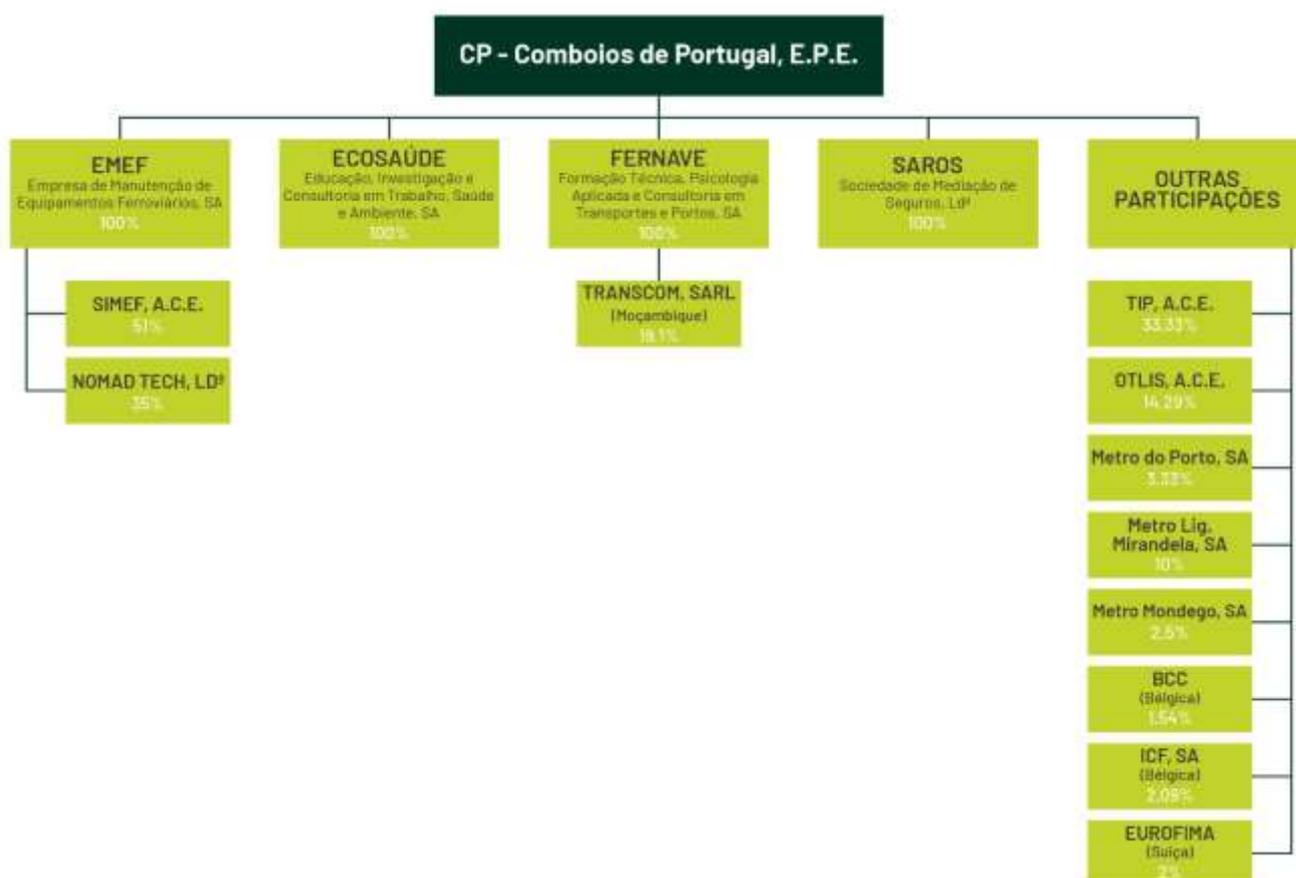
Os investimentos mais relevantes continuaram a ser em “Grandes Reparações (do tipo R)”, relativos a intervenções de manutenção programada em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas, e na “intervenção de meia-vida dos CPA”.

## Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

As contas consolidadas do Grupo serão apresentadas no Relatório & Contas Consolidadas de 2019.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas em 2019:



O Decreto-Lei n.º 174-B/2019 de 26 de dezembro aprovou a fusão das empresas CP - Comboios de Portugal E.P.E. e da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamentos Ferroviários, S.A. e produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2020. Trata-se de uma fusão por incorporação da EMEF na CP, voltando a Empresa-mãe a concentrar as valências de manutenção e reparação do material circulante, numa operação que permitirá obter sinergias internas significativas.

**CRIAÇÃO DE VALOR**



## Contratualização da Atividade

### Assinatura do Contrato de Serviço Público

Foi assinado o Contrato de Serviço Público entre a CP e o Estado por um período de 10 anos, com possibilidade de renovação por mais 5 anos, que estabelece o conjunto de obrigações de serviço público a que a CP fica vinculada, a respetiva compensação financeira e os indicadores operacionais quantificáveis do serviço prestado. Este contrato dotará a Empresa de maior capacidade financeira para a prestação do serviço, bem como para a manutenção e renovação do material circulante.



## Aquisição de Material Circulante

### Concurso para Aquisição de 22 Automotoras

Foi lançado o concurso para aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional, contemplando a aquisição de 12 Automotoras Bi-Modo (as quais podem circular tanto em linhas eletrificadas como não eletrificadas) e de 10 Automotoras Elétricas. A assinatura do contrato ocorrerá em 2020.



## Fusão CP – EMEF

### Aprovada a Fusão da CP e EMEF

Foi aprovado o Decreto Lei que consagra a fusão das empresas CP e EMEF com efeitos a 1 de janeiro de 2020. Trata-se de uma fusão por incorporação da EMEF na CP, voltando a Empresa mãe a concentrar as valências de manutenção e reparação do material circulante.



## Mobilidade

### Eletrificação das Linhas do Douro e Minho

Foi concluída a eletrificação da Linha do Douro entre Caíde e Marco de Canavezes, passando os comboios elétricos a prestar serviço comercial desde o Porto a Marco de Canavezes. Durante a intervenção na infraestrutura, que decorreu entre novembro de 2018 e abril de 2019, a circulação ferroviária foi suspensa neste troço, sendo substituída por serviço rodoviário.

Foi também concluída a eletrificação da Linha do Minho entre Nine e Viana do Castelo, com melhoria dos tempos de trajeto e com a chegada do serviço Intercidades a Viana do Castelo.

### Horário de Verão

Foi ajustada a oferta nas Linhas de Sintra e do Oeste durante as férias de verão, acompanhando a evolução da procura.

### Programas Turísticos e Serviços Especiais

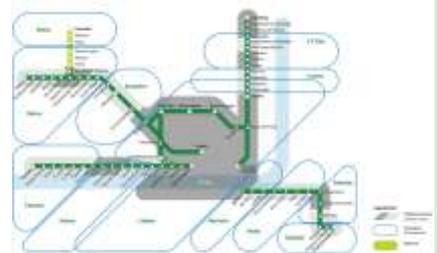
Foram realizados numerosos circuitos, dos quais se destacam as Rotas das Amendoeiras, da Lampreia, das Cerejeiras em Flor, da Bairrada e a Festa das Vindimas no Douro. Circularam ainda comboios especiais para fazer face ao acréscimo de procura decorrente dos principais eventos musicais, espetáculos desportivos e festejos sazonais, como o Carnaval, Santos Populares, Festival Sudoeste, Festival NOS Alive, UEFA *Nations League* e a Web Summit. Foram realizados os habituais comboios históricos do Douro e do Vouga.



## Tarifário

### Atualização Tarifária

Foi realizada, a 1 de janeiro de 2019, uma atualização tarifária média dos serviços de Longo Curso AP e IC e dos títulos ocasionais dos serviços urbanos em 1,14%. Os preços dos títulos mensais e dos títulos ocasionais do serviço Regional mantiveram-se inalterados.



### Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART)

Foram implementados em abril os novos tarifários de transportes nas Áreas Metropolitanas de Lisboa (AML) e do Porto (AMP), com preços únicos de 30 ou 40 euros, conforme o tipo de deslocações, e que permitem viajar em todos os transportes públicos das respetivas áreas metropolitanas. As crianças podem viajar gratuitamente, mantendo-se os descontos para estudantes, reformados e carenciados. Em agosto foram disponibilizados os passes familiares.

Ainda no âmbito deste programa foram estabelecidos acordos com as CIM do Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Algarve, Região de Coimbra, Oeste, Beira Baixa, Leiria, Tâmega e Sousa, Beiras e Serra da Estrela, mediante aplicação de descontos sobre a tarifa cobrada aos passageiros pelas Assinaturas.



### Ampliação do Zonamento Andante a toda a Área Metropolitana do Porto

O Sistema Intermodal Andante foi alargado a todo o território dos 17 concelhos que compõem a Área Metropolitana do Porto (AMP), passando estes títulos a ser válidos nos Comboios Urbanos do Porto, entre Porto S. Bento e Vila das Aves, Paredes e Paramos. Com esta ampliação, passaram a estar integradas na rede Andante 40 estações com serviço urbano.



## Yield Management

Foram lançadas novas campanhas de tarifas promocionais que conferiram descontos de cerca de 80% no Serviço Alfa Pendular (classe turística) e Intercidades (2.ª classe), num contingente limitado de lugares nos períodos de menor procura.



## Inovação e Tecnologia

### Novos Equipamentos Portáteis de Venda e Controlo

Foram substituídos 650 equipamentos portáteis de venda e controlo. Os novos equipamentos consistem num *smartphone* com sistema operativo Android e num terminal de pagamentos (TPA), com as funcionalidades de impressora (talões, recibos e bilhetes), leitor de cartões de transporte sem contacto e pagamentos com cartão Multibanco.



### Novos TPA e Sistema Operativo nas Bilheteiras

Foram substituídos os terminais de pagamento automático (TPA) associados ao sistema de venda nas bilheteiras e foi expandido o sistema operativo Windows 10 a todos os postos de venda assistida (equipamentos de bilheteira). Os novos equipamentos contêm funcionalidades adicionais, representando um acréscimo de segurança nas transações.



### Novo VIVA GO: Mobilidade em Pós-Pago

Foi lançada a solução VIVA GO no cartão Lisboa VIVA, válida na rede dos Serviços Urbanos de Lisboa. Trata-se de uma nova forma de pagamento,



segundo um modelo pós-pago, que debita diretamente na conta bancária do titular o valor de cada viagem, apenas quando efetuada.

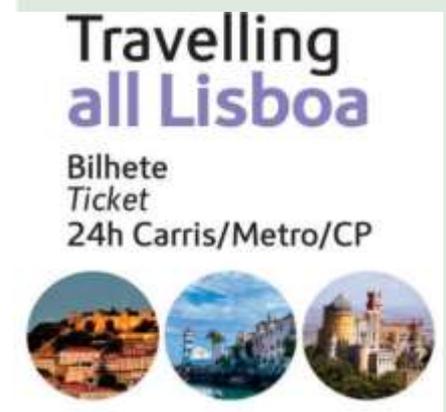
### Medidas anti-vandalismo nos validadores dos Serviços Urbanos do Porto

Foram instaladas proteções metálicas anti-vandalismo nos validadores de bilhetes dos locais identificados como de maior risco na rede dos Urbanos do Porto, num total de 40 equipamentos, o que permitiu aumentar a sua operacionalidade.



### Venda de Produtos do segmento de Lazer na Bilheteira Online

Passaram a estar disponíveis para venda através deste canal o Bilhete Turístico, o Intra\_Rail (Xcape e Xplore), o Portugal Rail Pass, o Train & Bus e o Bilhete 24h Carris/Metro/CP.



## As Nossas Campanhas

### Campanha de Marca CP

Obedecendo ao *claim* "É o lugar para...", teve como objetivos dar a conhecer a oferta comercial da CP, em função das necessidades de cada segmento, e levar à experimentação dos serviços. Composta por duas vagas, maio/junho e setembro, utilizou os seguintes meios: TV, Rádio, exterior - Monopostes e Mupis - canais digitais e meios próprios CP.



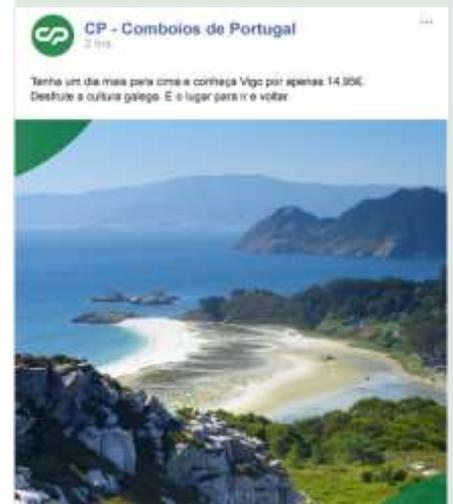
## Campanha Interrail

Ancorada no desafio "Cria a tua própria história", a campanha assentou na divulgação de curtos vídeos, em social media, produzidos por um grupo de micro influenciadores, os TribeGuys, que realizaram um Interrail e partilharam as suas experiências junto dos seus seguidores. A campanha utilizou os meios Instagram, Facebook, Snapchat e Youtube, assim como os canais digitais CP.



## Campanha do Serviço Internacional

Sob o tema "É o lugar para novos caminhos", a campanha pretendeu gerar o interesse e apetência para viagens internacionais de comboio, através dos serviços Sud Expresso, Lusitânia Comboio Hotel e Celta. Focada na comunicação dos destinos Burgos, Madrid e Vigo, assim como no preço em cama Turista, a campanha visou posicionar o serviço internacional da CP no *target* família. Utilizou as redes sociais, meios digitais, conteúdos no JN e Sapo e foi alvo de comunicação em marketing de conteúdo através de *influencers*, além dos meios digitais CP e dos comboios e estações.



## Parceria com o Programa de Fidelização da McDonald's

Numa parceria com a CP e o Intra\_Rail, a McDonald's promoveu o programa de fidelização MLovers com a oferta de passes e duas noites numa Pousada de Juventude por troca de pontos do programa de fidelização.



## Beneficiação de Instalações

### Beneficiação do Dormitório Operacional de Viana do Castelo

Inserida na política de melhoramento das instalações operacionais, consistiu no aumento da área de alguns quartos, utilização de materiais apropriados para melhorar o isolamento térmico e acústico, beneficiação da iluminação elétrica, beneficiação das fachadas, renovação de mobiliário e decoração dos quartos.



### Obras no Parque de Material de Santa Apolónia

Empreitada que consistiu na beneficiação profunda da linha e aparelhos de via dos acessos oficiais, na impermeabilização do acesso ao pórtico de lavagem e no reforço da zona de abastecimento do parque, em prol do acréscimo da segurança da operação ferroviária.



### Obras nos Armazéns e no Parque de Resíduos no Entroncamento

Consistiu na substituição das coberturas dos Armazéns de Aprovisionamentos do Entroncamento, melhorando as condições de armazenamento de peças e componentes de material circulante e de cerca de metade da cobertura do cais de triagem de resíduos.





**CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS**



5609-1

SIEM  
KRAUSSMAFFEL  
SOREFAME

2

## Quadro - Resumo

Cumprimento das Orientações legais 2019	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
<b>Objectivos de Gestão</b>			
Melhorar EBITDA	S	+38,5 M€ face a 2018 e -38,6 M€ que o previsto	EBITDA recorrente / Ver "Objectivos de Gestão" e "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
Redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios	S	-0,5 p.p. face a 2018 e -4,9 p.p. que o previsto	Ver "Objectivos de Gestão" e "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2019</b>			
Proveitos de Tráfego	S	+14,8 M€ face a 2018 e +7 M€ que o previsto	Ver "Objectivos de Gestão"
Passageiros Transportados	S	+18,6 M pass. face a 2018 e +16,4 M pass. que o previsto	Ver "Objectivos de Gestão"
Efetivo Médio a Cargo	N	-46 face a 2018 e -133 que o previsto	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais" e "Efetivo"
Investimento	N	37,4 % de execução do Orçamento Anual	Ver "Objectivos de Gestão" e "Investimento"
<b>Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE</b>			
	S	Receita 93,1 % Despesa 76%	Ver "Objectivos de Gestão"
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>			
	S	2,4%	Custo médio de financiamento / Ver "Gestão do Risco Financeiro"
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>			
Endividamento Ajustado	S	-7,5%	Não foi contratado qualquer novo empréstimo em 2019. / Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>			
	S	+5 dias	Variação entre o 4º trimestre de 2019 e o 4º trimestre de 2018. / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>			
	S	0	Não existem pagamentos em atraso por motivos imputáveis à empresa / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>			
	NA	-	As contas da empresa relativas aos anos 2016, 2017 e 2018 aguardam aprovação pela Tutela.
<b>Remunerações:</b>			
Não atribuição de prémios de gestão	S	Não existiram	Ver "Remunerações"
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2019	S	18 188,43 €	Na vigência da Lei nº 71/2018 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2019, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos membros do Conselho de Administração (cfr. Artº 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho). Ver "Remunerações"
Fiscalização (CF/ROC) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2019	NA	Não aplicável	Ver "Remunerações"
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2019	NA	Não aplicável	Ver "Remunerações"

Cumprimento das Orientações legais 2018	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
<b>EGP - artigo 32º e 33º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existiram	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	80 €	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	1/4 das despesas de representação	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artº 16º do RJSPE e artº 1º do EGP</b>			
Proibição de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Não existiram	Ver "Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP"
<b>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	No site da CP	<a href="http://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo">www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo</a>
<b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>			
Relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	No site da CP	<a href="http://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo">www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo</a>
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	100%	Ver "Contratação Pública"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	Não aplicável	Ver "Contratação Pública"
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	11 contratos no valor global de 36.195.573 €	Ver "Contratação Pública"
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			
	S	0	Não ocorreram auditorias do Tribunal de contas durante o ano 2019
<b>Parque Automóvel</b>			
Nº viaturas	S	48	Não variou face a 2018. Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>			
MRGO	S	Vários	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
<b>Contratação de Estudos</b>			
Cont. estudos, pareceres, projetos e consultoria (artº 49º do DLEO 2019)	S	6	Ver "Contratação de Estudos"
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artº 28º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações Centralizadas no IGCP	S	28 254 140,63 €	Valor depósitos à ordem no IGCP no final do ano / Valor total de depósitos à ordem. Ver "Princípio da Unidade de Tesouraria"
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	1 941 305,41 €	Valor de DO na Banca Comercial no final do ano, correspondente à receita das estações recolhida nos últimos dias do mês de dezembro, de acordo com dispensa obtida do princípio da UTE.(*)
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0,00 €	Não existem juros auferidos.

# 1. Objetivos de Gestão e PAO

## Relato Não Financeiro

No que diz respeito ao Relato Não Financeiro do ano 2019, a CP elabora desde 2008 o seu Relatório de Sustentabilidade e publica-o no seu *site* em data posterior ao da publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão. Para o exercício em apreço, procederá do mesmo modo, de acordo com o Artº 3º do Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho.

## Plano de Atividades e Orçamento

Em 2019, a CP transportou cerca de 145 milhões de passageiros, mais 16,4 milhões de passageiros transportados (+12,8%) que o orçamentado e os rendimentos de tráfego ultrapassaram os 273 milhões de euros, situando-se 7 milhões de euros acima do previsto (+2,6%). Estes desvios são explicados, essencialmente, pela implementação do programa de apoio à redução tarifária (redução dos preços dos passes mensais), a partir do mês de abril.

A oferta, medida em Comboios\*Quilómetro, ficou 2,5% abaixo do previsto, devido designadamente, ao atraso na conclusão da intervenção de eletrificação do troço Caide-Marco de Canavezes na linha do Douro, com suspensão da circulação ferroviária, e à indisponibilidade de material circulante.

O EBITDA recorrente em 2019 foi positivo em 48 milhões de euros, 38,6 milhões de euros (45%) abaixo do orçamentado. De referir, contudo, que o cenário previsional pressupunha a assinatura ainda em 2018 do Contrato de Serviço Público entre o Estado e a CP e a consequente atribuição da devida compensação financeira pelas obrigações de serviço público a partir de 1 de janeiro de 2019, no valor aproximado de 91,5 milhões de euros, o que não se veio a concretizar. O valor recebido, próximo do final do ano, situou-se nos 40 milhões de euros.

Neste contexto, excluindo as compensações financeiras, verifica-se que o EBITDA recorrente se teria situado cerca de 12,9 milhões de euros acima do previsto. Por sua vez, o *ratio* dos Gastos Operacionais vs. Volume de Negócios, sem compensações financeiras, foi 4,9 pontos percentuais melhor que o previsto.

Estes desvios positivos foram justificados, essencialmente, pelo crescimento dos rendimentos de tráfego, mas também pela contenção verificada ao nível dos gastos operacionais.

Medidas de redução de gastos operacionais (PRC) (Valores em Euros)	2019 Exec.	2019 Orç.	2019 Exerc./2019 Orç.	
			Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	6 287 643,25 €	7 498 804,48 €	-1 211 161,23 €	-16%
(2) FSE	175 203 485,85 €	180 123 275,06 €	-4 919 789,21 €	-3%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii) <sup>a)</sup>	100 292 902,08 €	101 064 145,65 €	-771 243,57 €	-1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1 161 188,28 €	2 425 000,00 €	-1 263 811,72 €	-52%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	-	-	-	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro <sup>b)</sup>	7 560 452,10 €	7 040 977,23 €	-	-
<b>(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)</b>	<b>281 784 031,18 €</b>	<b>288 686 225,19 €</b>	<b>- 6 902 194,01 €</b>	<b>-2%</b>
(5) Volume de negócios (VN) <sup>b)</sup>	280 719 728,86 €	274 339 378,42 €	6 380 350,44 €	2%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	100,4%	105,2%	-4,9p.p.	-

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2019.

b) Os valores dos impactos foram revistos face aos relatórios de 2018 e 2017

c) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

Os Fornecimentos e Serviços Externos ficaram 4,9 milhões de euros abaixo do orçamentado, em virtude do atraso na implementação de algumas ações, dos impactos do prolongamento da suspensão de circulação no troço Caide-Marco, para intervenção de eletrificação e de atualizações tarifárias inferiores ao previsto. De referir ainda o acréscimo dos gastos com intervenções de manutenção e reparação de material circulante.

Os Gastos com Pessoal, excluindo os impactos das indemnizações por rescisão, das valorizações remuneratórias e da retoma da aplicação dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho, situaram-se cerca de 0,8 milhões de euros abaixo do planeado, devido, designadamente, ao atraso na autorização dos recrutamentos previstos.

O Resultado Financeiro de 2019 foi de -55,2 milhões de euros, cerca de 3,1 milhões de euros pior que o orçamentado, dado o cenário previsional pressupor a ocorrência de um saneamento financeiro em maio de 2019, o que não se verificou.

De referir ainda, o desvio positivo em termos dos resultados das empresas participadas, cerca de 4,3 milhões de euros melhor que o planeado, com destaque para a EMEF e o impacto negativo das diferenças de câmbio (-4,2 milhões de euros que o previsto).

Face ao exposto, a CP encerrou o exercício de 2019 com um Resultado Líquido de -51,6 milhões de euros, 38,3 milhões de euros pior que o previsto. Não considerando o impacto das compensações financeiras, o Resultado Líquido ter-se-ia situado cerca de 13% acima do previsto (+13,2 milhões de euros).

O valor de investimentos realizado em 2019 ascendeu a 18,5 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 37,4% do orçamento inicial. Esta baixa execução é justificada pela transição da assinatura do contrato de aquisição de 22 automotoras para 2020, pelos constrangimentos ao aumento da capacidade produtiva da EMEF e pela necessidade de recalendarização de diversos projetos.

## Execução Orçamental

A CP iniciou em 2019 a adaptação dos seus sistemas de gestão de forma a dar resposta às exigências da NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental. Não tendo sido possível concluir esta adaptação até final do exercício, a apresentação da informação orçamental é ainda efetuada em moldes similares ao realizado em 2018.

A CP registou em 2019 um nível de execução do seu orçamento de receita de 93,1%.

<b>Execução Orçamental da Receita Todas as fontes</b>		<b>2019</b>			
<b>Económica</b>	<b>Designação</b>	<b>Orçamento Aprovado (1)</b>	<b>Orçamento Corrigido (2)</b>	<b>Recebimentos (3)</b>	<b>Taxa de Execução (4)-(3)/(2)</b>
R.04	Multas Penalidades	73 800,00 €	73 800,00 €	332 145,18 €	450,1%
R.05 / R.11	AT FIN SOC E QUA SOC	2 192 362,00 €	2 192 362,00 €	2 573 115,46 €	117,4%
R.07	Venda de Bens e Serviços Correntes	317 005 842,00 €	317 005 842,00 €	297 324 625,44 €	93,8%
R.08	Outras Receitas Correntes	33 175 989,00 €	33 175 989,00 €	19 325 157,74 €	58,3%
R.09	Venda de Bens de Investimento	0,00 €	0,00 €	1 344 278,00 €	-
R.06 / R.10	Transferências	46 683 785,00 €	49 529 062,00 €	47 411 062,00 €	95,7%
R.12.06	Passivos Financeiros - Empréstimos	32 429 778,00 €	32 429 778,00 €	0,00 €	0,0%
R.12.07	Passivos Financeiros - Dotação Capital	551 507 538,00 €	551 507 538,00 €	547 105 889,01 €	99,2%
R.13 / R.15	Sinistros / RNAP	0,00 €	0,00 €	1 478 000,32 €	-
R.16	Saldo de Gerência	0,00 €	12 785 050,95 €	12 785 050,95 €	100,0%
<b>TOTAL</b>		<b>983 069 094,00 €</b>	<b>998 699 421,95 €</b>	<b>929 679 324,10 €</b>	<b>93,1%</b>

Os principais desvios ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

- **R.07 e R.08**, referentes a receitas de natureza operacional, com um desvio global de 33,5 milhões de euros, visto não ter sido possível concretizar o acréscimo imposto no decurso da elaboração do OE2019;
- **R.12.06**, referente a novos financiamentos DGTF, com um desvio de 32,4 milhões de euros, dado a empresa não ter necessitado de recorrer a endividamento. O orçamento desta rubrica incluía a possibilidade de financiamento das necessidades diretamente decorrentes da aplicação do conceito de fundos disponíveis, conforme Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (reserva e compromissos a assumir em 2019, mas cujo pagamento só ocorreria em 2020), ainda que não correspondessem a necessidades de endividamento efetivo;
- **R.12.07**, relativa às dotações de capital atribuídas (-4,4 milhões de euros). A CP continuou a contar com o apoio do Estado para financiar as amortizações de dívida histórica, uma parte dos encargos financeiros e a regularização do acordo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores sobre os abonos variáveis.

A despesa registou uma execução de 76% do orçamento disponível.

Execução Orçamental da Despesa Todas as fontes		2019					
Económica	Designação	Orçamento Aprovado (1)	Orçamento Corrigido (2)	Cativações (3)	Orçamento Disponível (4)-(2)-(3)	Pagamentos Efetuados (5)	Taxa de Execução (6)-(5)/(4)
D.01	Despesas c/ pessoal	117 878 218,50 €	119 413 825,00 €	0,00 €	119 413 825,00 €	0,00 €	0,0%
D.02	Aquisição de bens e serviços	235 025 766,31 €	232 501 383,00 €	24 382,00 €	232 477 001,00 €	197 552 058,40 €	85,0%
D.10/D.03	Amortizações empréstimos/Juros e outros encargos	569 092 011,48 €	581 092 011,00 €	0,00 €	581 092 011,00 €	559 306 601,44 €	96,3%
D.07	Aquisição de bens de capital	48 128 285,00 €	51 635 296,00 €	0,00 €	51 635 296,00 €	0,00 €	0,0%
D.04/D.06/D.09	Restantes	12 944 815,46 €	13 247 474,00 €	0,00 €	13 247 474,00 €	1 476 677,55 €	11,1%
<b>TOTAL</b>		<b>983 069 096,75 €</b>	<b>997 889 989,00 €</b>	<b>24 382,00 €</b>	<b>997 865 607,00 €</b>	<b>758 335 337,39 €</b>	<b>76,0%</b>

No decurso do exercício foram autorizados, por despachos do Senhor Secretário de Estado do Orçamento (SEO 253/2019, SEO 365A/2019, SEO 422A/2019), as seguintes alterações orçamentais:

- Autorização temporária do saldo de gerência da CP, estritamente para efeitos de liquidez, até ao valor limite de 12 milhões de euros, exclusivamente para assegurar a amortização de passivo financeiro (26-2-2019).
- Autorização do descativo total das Despesas com Pessoal no valor de 2.237.725 euros (18-12-2019);
- Autorização de descativação integral da fonte 318 (relativa a indemnizações compensatórias) no valor de 13 milhões de euros, de 18,6 milhões de euros da fonte de 513 (receitas próprias) e descativação de 14,8 milhões de euros na fonte 713 (endividamento).

Os principais desvios ocorreram ao nível das rubricas D.02 – Aquisição de Bens e Serviços e D.07 – Aquisição de Bens de Capital, devido, respetivamente, ao atraso na implementação de algumas ações e aos fortes constrangimentos de tesouraria e orçamentais verificados ao longo do ano, decorrentes do atraso na disponibilização do valor de indemnizações compensatórias e às limitações em termos da capacidade produtiva do principal prestador de serviços de manutenção e reparação, EMEF. De referir ainda que, apesar do procedimento de contratação ter sido concluído em 2019, a assinatura do contrato para a aquisição de 22 automotoras transitou para 2020.

Conforme previsto na legislação vigente para 2019, o valor executado na rubrica D.02.02 – Aquisição de Serviços, não foi superior aos pagamentos registados no ano anterior.

## 2. Gestão do Risco Financeiro

Os encargos financeiros, assim como a taxa média de financiamento reduziram-se face a 2018.

Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Juros e Gastos Similares Suportados (€)	55 776 722	68 303 618	76 570 729	88 330 672	107 445 331
Taxa Média de Financiamento (%)	2,4%	2,6%	2,7%	2,7%	2,8%

No capítulo “Financiamento” do capítulo “Análise Económico-financeira” é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2019.

## 3. Limite de Crescimento do Endividamento

A CP não contraiu qualquer empréstimo em 2019, apresentando a dívida remunerada um decréscimo de cerca de 20% face ao ano anterior. Considerando o valor de endividamento ajustado, i.e., tendo em consideração os aumentos de capital realizados pelo Estado Português, verificou-se um decréscimo de 7,5%.

De referir que a CP recebeu ainda 518.616.538 euros no âmbito de uma operação de recomposição de capital para pagamento do empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros (amortização e encargos financeiros).

Passivo Remunerado	2019	2018	Variação 19/18	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	2 066 651 731	2 586 791 550	-520 139 819	-20%
- do qual concedido pela DGTf	1 528 056 000	1 528 056 000	0	0%
Capital Subscrito	3 959 489 351	3 931 000 000	28 489 351	1%
Aumentos de Capital por dotação (*)	28 489 351	80 908 060	-52 418 709	-65%
Aumentos de Capital por conversão créditos	0	0	0	s/s
Novos investimentos	0,00			
<b>Variação do endividamento ajustado</b>				<b>-7,5%</b>

**Nota:** Novos investimentos - Nos termos do n.º2 do artº 146 do DLEO 2018, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos da ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a (euro) 10 000 000 ou a 10% do orçamento anual da empresa.

(\*) A CP recebeu 518.616.538 € no âmbito de uma operação de recomposição de capital para pagamento do empréstimo obrigacionista de 500M€ (amortização e encargos financeiros).

$$\text{Variação do endividamento ajustado} = \frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - \text{Novos Investimentos}_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

## 4. Prazo Médio de Pagamento

A 31 de dezembro de 2019 a CP não apresentava dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Dívidas Vencidas (valores em euros)	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011 (€)				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	785 019,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldo em Dívida a Fornecedores (Total)</b>	<b>785 019,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Nota: tal como previsto na lei, foram excluídas as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e as situações relativas a processos judiciais em curso.

No quadro abaixo apresenta-se a comparação do PMP trimestral, medido em número de dias:

<b>Ano</b>	<b>Trimestre</b>	<b>Prazo Pagamento (dias)</b>
<b>2018</b>	<b>1º</b>	23
	<b>2º</b>	23
	<b>3º</b>	23
	<b>4º</b>	21
<b>2019</b>	<b>1º</b>	18
	<b>2º</b>	19
	<b>3º</b>	21
	<b>4º</b>	26
<b>Δ(%) 4º trimestre 2019/2018</b>		<b>24%</b>

O PMP continuou a apresentar valores reduzidos e inferiores a 30 dias, ainda que ligeiramente superiores aos registados em 2018, mantendo-se o cumprimento atempado das obrigações da empresa para com os seus fornecedores e credores.

## **5. Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2018**

As Contas de 2016, 2017 e 2018 aguardam aprovação pela Tutela.

Foram aprovadas, no decurso de 2019, as contas de 2015, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal de Contas e o parecer do Conselho Fiscal da empresa.

## 6. Remunerações

### Medidas de Redução Salarial

Durante o ano de 2019, na vigência da Lei nº 71/2018 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2019, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos membros do Conselho de Administração, (cfr. artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho).

### Remunerações do Conselho de Administração

#### CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de Mandatos
			Início-Fim	Forma	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	
30-06-2017 a 18-07-2019	Presidente	Carlos Gomes Nogueira	RCM nº111/2017	01-08-2017(*)	N	-	CP	1
30-06-2017 a 18-07-2019	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	RCM nº111/2017	01-08-2017(*)	N	-	CP	1
30-06-2017 a 18-07-2019	Vogal	Sérgio Abrantes Machado	RCM nº111/2017	01-08-2017(*)	N	-	CP	1

(\*) com efeitos ao dia 30 de junho de 2017

## CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Mandato		Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de Mandatos
Início-Fim	Forma			Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)		
19-07-2019 a 31-12-2021	Presidente		Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	1
19-07-2019 a 31-12-2021	Vice Presidente		Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	1
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal		Ana Maria dos Santos Malhó	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	2
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal		Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	1
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal		Pedro Manuel Franco Ribeiro	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	1

## Legenda:

O/D - Origem/destino

(\*) com efeitos ao dia 19 de julho de 2019

## CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2019		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
Carlos Gomes Nogueira	EMEF	Presidente do C.A. (de 20-08-2018 a 18-07-2019)	Pública
	FMNF	Presidente interino do C.A. (de 28-02-2018 a 18-07-2019, por renúncia)	Pública
Ana Maria dos Santos Malhó	EMEF	Vogal do C.A. (de 21-07-2017 a 18-07-2019)	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A. (de 01-08-2017 a 18-07-2019)	Pública
Sérgio Abrantes Machado	EMEF	Presidente do C.A. (de 21-07-2017 a 18-07-2018)	Pública
		Vogal do C.A. (de 20-08-2018 a 18-07-2019)	
	Nomad Tech	Gerente (de 01-08-2017 a 30-07-2019)	Privada

## CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2019		
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)
<b>Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas</b>	EMEF	Presidente do C.A. (desde 22-07-2019)	Pública
<b>Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira</b>	EMEF	Vogal do C.A. (desde 22-07-2019)	Pública
	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada
<b>Maria Isabel de Magalhães Ribeiro</b>	EMEF	Vogal do C.A. (desde 22-07-2019)	Pública
	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública

## Legenda:

**EMEF** - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.

**Nomad Tech**, Lda

**SIMEF** A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

**FMNF** - Fundação do Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado

**C.A.** - Conselho de Administração

## CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público		Remuneração Mensal Bruta (€)	
	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento	Despesas de Representação
Carlos Gomes Nogueira	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Sérgio Abrantes Machado	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

## CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Estatuto do Gestor Público			Remuneração Mensal Bruta (€)	
Membro do CA	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento	Despesas de Representação
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	A	5 150,48 €	2 060,19 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

## CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)			
	Fixa (1)	Variável (2)	Reduções Remuneratórias (4) (*)	Valor Final (5)=(3)-(4)
Carlos Gomes Nogueira (a)	61 939,23 €	0,00 €	3 096,96 €	58 842,27 €
Ana Maria dos Santos Malhó	46 880,77 €	0,00 €	2 344,04 €	44 536,73 €
Sérgio Abrantes Machado (b)	46 880,77 €	0,00 €	2 344,04 €	44 536,73 €
<b>TOTAL</b>	<b>155 700,77 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>7 785,04 €</b>	<b>147 915,73 €</b>

(\*) Redução prevista no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho

Fixa=Vencimento+Despesas de Representação

(a) Não inclui indemnização de 31.622,94€

(b) Não inclui indemnização de 685,12€

## CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2019 (€)			
	Fixa (1)	Variável (2)	Reduções Remuneratórias (4) (*)	Valor Final (5)=(3)-(4)
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	46 125,37 €	0,00 €	2 306,27 €	43 819,10 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	46 663,34 €	0,00 €	2 333,17 €	44 330,17 €
Ana Maria dos Santos Malhó	39 189,39 €	0,00 €	1 959,47 €	37 229,92 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	36 900,29 €	0,00 €	1 845,01 €	35 055,28 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	39 189,39 €	0,00 €	1 959,47 €	37 229,92 €
<b>TOTAL</b>	<b>208 067,78 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>10 403,39 €</b>	<b>197 664,39 €</b>

(\*) Redução prevista no artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho  
Fixa=Vencimento+Despesas de Representação

## CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa
Carlos Gomes Nogueira	6,86 €	809,48 €	Segurança Social	21 485,47 €	0,00 €	191,26 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,79 €
Ana Maria dos Santos Malhó	7,60 €	1 003,20 €	Segurança Social	10 577,48 €	0,00 €	191,26 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,79 €
Sérgio Abrantes Machado	7,60 €	1 018,40 €	Segurança Social	11 079,33 €	0,00 €	191,26 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,79 €
<b>TOTAL</b>		<b>2 831,08 €</b>		<b>43 142,28 €</b>		<b>573,78 €</b>		<b>8,37 €</b>

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais *per capita* (prémios comerciais e taxas inerentes).

## CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	7,60 €	828,40 €	Segurança Social	10 480,29 €	0,00 €	159,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,33 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	7,60 €	661,20 €	Segurança Social	9 560,05 €	0,00 €	159,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,33 €
Ana Maria dos Santos Malhó	7,60 €	851,20 €	Segurança Social	8 842,12 €	0,00 €	159,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,33 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	7,60 €	851,20 €	Segurança Social	8 325,64 €	0,00 €	159,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,33 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	7,60 €	782,80 €	Segurança Social	8 865,60 €	0,00 €	159,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	2,33 €
<b>TOTAL</b>		<b>3 974,80 €</b>		<b>46 073,70 €</b>		<b>797,75 €</b>		<b>11,65 €</b>

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais *per capita* (prémios comerciais e taxas inerentes).

## CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Membro do CA	Encargos com viaturas - 2019								
	Viatura Atribuída (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto com Rendas (€)	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
Carlos Gomes Nogueira	S	N	36 585,45	ALD	2018	2022	714,18	4 999,26	40
Ana Maria dos Santos Malhó	S	N	31 597,63	ALD	2018	2022	605,83	4 240,81	41
Sérgio Abrantes Machado	S	S	30 515,66	ALD	2018	2022	581,13	4 067,91	40

## CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Membro do CA	Encargos com viaturas - 2019								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto com Rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	S	N	36 585,45	ALD	2018	2022	714,18	3 570,90	35
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	N	30 515,66	ALD	2018	2022	581,13	2 905,65	35
Ana Maria dos Santos Malhó	S	N	31 597,63	ALD	2018	2022	605,83	3 029,15	36
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro (*)	S	N	10 924,02	AOV	2017	2021	277,91	1 389,55	16

(\*) Viatura EMEF

## CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Membro do Órgão de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto Total com Viagens
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		
				Identificar	Valor (€)	
Carlos Gomes Nogueira	512,91 €	130,92 €	125,09 €	Refeições	1 758,44 €	2 527,36 €
Ana Maria dos Santos Malhó	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Refeições	238,14 €	238,14 €
Sérgio Abrantes Machado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Refeições	120,51 €	120,51 €
<b>TOTAL</b>						<b>2 886,01 €</b>

## CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Membro do Órgão de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto Total com Viagens
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		
				Identificar	Valor (€)	
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	0,00 €	1 412,50 €	0,00 €	Refeições	384,39 €	1 796,89 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	0,00 €	931,25 €	0,00 €	Refeições	187,25 €	1 118,50 €
Ana Maria dos Santos Malhó	0,00 €	0,00 €	0,00 €	Refeições	26,88 €	26,88 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	0,00 €	1 210,00 €	0,00 €	Refeições	37,83 €	1 247,83 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	273,15 €	2 266,00 €	0,00 €	Refeições	175,78 €	2 714,93 €
<b>TOTAL</b>						<b>6 905,01 €</b>

## Fiscalização

### Conselho Fiscal

#### CF de 1 de janeiro a 27 de agosto de 2019

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
13-11-2013 a 31-12-2015	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13-11-2013	1 602,37 €	1
13-11-2013 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13-11-2013	1 201,78 €	1
01-12-2015 a 31-12-2015	Vogal Efetivo	Nelson Manuel Costa Santos	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	13-11-2013	1 201,78 €	1

Embora designados por prazo certo, os membros do CF mantêm-se em funções até nova designação, sem prejuízo da dissolução, demissão ou renúncia.

#### CF a partir de 28 de agosto de 2019

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2019-2021	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	28-08-2019	1 602,37 €	2
2019-2021	Vogal Efetivo	Teresa Isabel Carvalho Costa	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	28-08-2019	1 201,78 €	1
2019-2021	Vogal Efetivo	Cristina Maria Pereira Freire	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	28-08-2019	1 201,78 €	1
2019-2021	Vogal Suplente	Mário José Alveirinho Carrega	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e da Economia	28-08-2019	1 201,78 €	1

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2019 (€)
	Bruta
António José Farinha Simão	22 433,18 €
Teresa Isabel Carvalho Costa	6 629,82 €
Cristina Maria Pereira Freire	6 629,82 €
Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia	11 497,04 €
Nelson Manuel Costa Santos	11 497,04 €
Mário José Alveirinho Carrega	-
<b>Total</b>	<b>58 686,90 €</b>

## Revisor Oficial de Contas

Mandato Início-Fim	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Número Inscrição na OROC	Número registo na CHVM	Forma	Data	Data do Contrato		
01-08-2014 a 31-12-2015 (*)	SROC	Oliveira Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	23	20 161 381	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	6	6
01-08-2014 a 31-12-2015 (*)	ROC	Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1 056	20 160 668	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciou funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	6	6

\* Permanecendo em funções até à presente data e até serem substituídos

Nome	Remuneração Anual 2019 (€)	Valor Anual de Serviços Adicionais 2019
Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, representada pelo Dr. Joaquim Oliveira	21.500,04€	N.A.
<b>Total</b>	<b>21.500,04€</b>	<b>N.A.</b>

## Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC) Nome	N.º Registo na		Contratação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
	OROC	CHVM	Data	Duração		
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	197	20 161 495	22-06-2017	3 anos	5	5
Representado por: Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	1015	20 160 630	22-06-2017	3 anos	5	5
Sócio responsável pelo controlo de qualidade: Helena Isabel Gonçalves Lopes Rigueira	1026	20 160 640	22-06-2017	3 anos	5	5

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	11 700,00 €	N.A.	11 700,00 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

**Nota:** o valor da prestação de serviços de auditoria contratada respeita a 3 exercícios (2017 a 2019) e engloba os serviços de auditoria da CP (contas individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo, com um total para o triénio de 66.300€. Os encargos respeitantes exclusivamente à CP (contas individuais e consolidadas) para os 3 anos são de 35.100€.

## 7. Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Em cumprimento do disposto nos nºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei nº 8/2012, de 18 de janeiro, Rect. n.º 2/2012, de 25 de janeiro e Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, pelo Despacho n.º 761/SETF/2012, de 25 de Maio (2ª série DR), de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, é limitado a € 80,00 mensais.

### CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)	
	Plafond mensal definido	Valor Anual
Carlos Gomes Nogueira	80	29,82
Ana Maria dos Santos Malhó	80	109,37
Sérgio Abrantes Machado	80	23,84
<b>TOTAL</b>		<b>163,03</b>

### CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)	
	Plafond mensal definido	Valor Anual
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	80	34,03
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	80	181,30
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	80	7,93
Pedro Manuel Franco Ribeiro	80	161,42
Ana Maria dos Santos Malhó	80	123,48
<b>TOTAL</b>		<b>508,16</b>

No que diz respeito à utilização de viaturas, em cumprimento do disposto no nº 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

#### CA de 1 de janeiro a 18 de julho de 2019

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Combustível	Portagens	Total
Carlos Gomes Nogueira		1 618,79	400,50	<b>2 019,29</b>
Ana Maria dos Santos Malhó	1/4 despesas representação	958,07	220,75	<b>1 178,82</b>
Sérgio Abrantes Machado		956,34	149,40	<b>1 105,74</b>
<b>Total</b>				<b>4 303,85</b>

#### CA de 19 de julho a 31 de dezembro de 2019

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)			
	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Combustível	Portagens	Total
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas		1 025,04	842,60	<b>1 867,64</b>
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	1/4 despesas representação	406,76	328,69	<b>735,45</b>
Ana Maria dos Santos Malhó		741,67	194,40	<b>936,07</b>
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro		669,81	447,56	<b>1 117,37</b>
<b>Total</b>				<b>4 656,53</b>

## 8. Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP

Não foram realizadas pela empresa nem pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

## 9. Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/remuneracoes-pagas-mulheres-homens.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/remuneracoes-pagas-mulheres-homens.pdf)

## 10. Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/identificacao-infracao-penal.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/identificacao-infracao-penal.pdf)

## 11. Contratação Pública

Os procedimentos adotados pela empresa em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e suas modificações, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes. A empresa neste momento tem contratualizada com a ACINGOV a utilização de uma plataforma eletrónica de contratação, dotando-se, assim, dos meios necessários para a realização de procedimentos públicos de aquisição, em conformidade com a legislação em vigor.

A CP, nos procedimentos relacionados com aquisições de bens e serviços, recorre à realização de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades. Dispõe de um Normativo sobre Locação e Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços e Empreitadas desde maio de 2014, com a última atualização em 2019, e publica um Regulamento de Compras no seu site no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/compras.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/compras.pdf)

Em 2019 foram submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas 11 contratos por ultrapassarem o montante global acumulado de 5.000.000€, no valor global de 36.195.573 €.

## 12. Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades. A CP tem recorrido aos acordos da ESPAP para as áreas de vigilância e segurança humana, *renting* de viaturas, contratação de agência de viagens, aquisição de consumíveis de impressão, economato, papel e licenças Microsoft.

## 13. Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais

Medidas de redução de gastos operacionais (PRC)	2019 Exec.	2019 Orç.	2018 Exec.	2017 Exec.	2019/2018	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA <sup>a)</sup>	48 031 850,76 €	86 611 367,47 €	9 488 456,00 €	11 164 196,00 €	38 543 394,76 €	406%
(1) CMVMC	6 287 643,25 €	7 498 804,48 €	5 881 459,00 €	6 242 781,00 €	406 184,25 €	7%
(2) FSE	175 203 485,85 €	180 123 275,06 €	163 428 859,00 €	159 350 289,00 €	11 774 626,85 €	7%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	100 292 902,08 €	101 064 145,85 €	99 744 076,47 €	96 895 476,54 €	548 825,61 €	1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	1 161 188,28 €	2 425 000,00 €	1 006 239,00 €	1 359 860,75 €	154 949,28 €	15%
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2019	-	-	-	-	-	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro <sup>b)</sup>	7 560 452,10 €	7 040 977,23 €	4 863 219,53 €	1 818 454,96 €	2 697 232,57 €	55%
<b>(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)</b>	<b>281 794 031,18 €</b>	<b>288 686 225,19 €</b>	<b>269 054 394,47 €</b>	<b>262 288 546,54 €</b>	<b>12 729 636,71 €</b>	<b>5%</b>
(5) Volume de negócios (VN) <sup>c)</sup>	280 719 728,86 €	274 339 378,42 €	266 636 102,38 €	258 650 217,00 €	14 083 626,48 €	5%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	100,4%	105,2%	100,9%	101,4%	-0,5p.p.	-
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	3 367 643,26 €	3 939 267,17 €	3 679 157,80 €	3 720 088,27 €	-311 514,54 €	-8%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	4 194 445,44 €	3 883 883,77 €	4 213 018,27 €	4 227 016,93 €	-18 572,83 €	0%
(iii) Gastos associados à frota automóvel <sup>d)</sup>	269 446,78 €	328 376,79 €	271 081,05 €	269 052,14 €	-1 634,27 €	-1%
<b>Total = (i) + (ii) + (iii)</b>	<b>7 831 535,48 €</b>	<b>8 151 527,74 €</b>	<b>8 163 257,12 €</b>	<b>8 216 157,34 €</b>	<b>- 331 721,64 €</b>	<b>-4%</b>
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	483 170,57 €	1 047 368,10 €	422 527,85 €	445 906,54 €	60 642,72 €	14%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) <sup>e)</sup>	2 634	2 767	2 680	2 692	-46	-2%
N.º Órgãos Sociais (OS) <sup>e)</sup>	7	6	6	6	1	17%
N.º Cargos de Direção (CD) <sup>e)</sup>	22	18	20	18	2	10%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) <sup>e)</sup>	2 605	2 743	2 654	2 668	-49	-2%
N.º Trabalhadores/N.º CD <sup>e)</sup>	118	152	133	148	-15	-11%
N.º de viaturas	48	48	48	44	0	0%

a) O EBITDA inclui subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.

b) Os valores dos impactos foram revistos face aos relatórios de 2018 e 2017

c) O volume de negócios não inclui subsídios à exploração e indemnizações compensatórias.

d) Os gastos com as viaturas incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

e) Efetivo médio a cargo.

A CP registou em 2019 um EBITDA recorrente positivo de 48 milhões de euros, 38,5 milhões de euros melhor que no ano anterior, mas 38,6 milhões de euros (45%) abaixo do orçamentado. De referir, contudo, que o cenário previsional pressupunha a assinatura ainda em 2018 do Contrato de Serviço Público entre o Estado e a CP e a consequente atribuição da devida compensação financeira pelas obrigações de serviço público a partir de 1 de janeiro de 2019, no valor aproximado de 91,5 milhões de euros, o que não se veio a concretizar. O valor recebido, próximo do final do ano, situou-se nos 40 milhões de euros.

O peso das principais rubricas de gastos (CMVMC + FSE + Pessoal sem indemnizações por rescisão, valorizações remuneratórias e retoma dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho) no volume de negócios (sem subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público) foi de 100,4% em 2019, apresentando um desvio favorável de 0,5 p.p. face ao ano anterior e de 4,9 p.p. face ao planeado.

O Volume de Negócios (sem subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público) foi de 280,7 milhões de euros, situando-se 2,3% acima do previsto (+6,4 milhões de euros) e 5,3% acima do ano anterior (+14,1 milhões de euros), devido essencialmente ao acréscimo das receitas de tráfego.

As principais rubricas de gastos apresentaram um crescimento face ao ano anterior, mais 12,7 milhões de euros (+4,7%), mas ficaram abaixo do planeado para 2019, menos 6,9 milhões de euros (-2,4%).

Estes desvios são justificados, essencialmente, pela evolução dos Fornecimentos e Serviços Externos, que ficaram 4,9 milhões de euros abaixo do previsto e 11,8 milhões de euros acima do valor de 2018. O desvio face ao previsto é explicado, nomeadamente, pelo atraso na implementação de algumas ações, pelos impactos do prolongamento da suspensão de circulação no troço Caíde-Marco, para intervenção de eletrificação e por atualizações tarifárias inferiores ao previsto. Face ao ano anterior, destaca-se o acréscimo de gastos com intervenções de manutenção e reparação corrente de material circulante e com a taxa de utilização das infraestruturas.

Relativamente ao efetivo médio a cargo, verificou-se uma redução de 46 efetivos face a 2018, devido, designadamente, ao atraso na autorização dos recrutamentos solicitados, transitando a conclusão de parte desses processos para 2020.

O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel diminuiu face a 2018 e ficou abaixo do previsto, devido a medidas de contenção generalizada.

É política da Empresa procurar minimizar o recurso a prestadores de serviço externos. Neste sentido, a CP recorre a contratação externa apenas em situações excecionais, devidamente fundamentadas, e desde que devidamente demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios.

Devido às medidas de contenção adotadas e às imposições legais à contratação desse tipo de serviços, o volume de trabalhos especializados contratado em 2019 ficou aquém do previsto. Registou, contudo, um acréscimo face ao ano anterior, justificado, nomeadamente, pelo atraso na concretização dos recrutamentos previstos o que acabaria por obrigar ao recurso a trabalho temporário para colmatar algumas necessidades operacionais.

## 14. Contratação de Estudos

A CP cumpriu o procedimento previsto no disposto no artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, através da submissão à Parpública para parecer prévio, sempre que esteve em causa a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias de natureza não intelectual e sempre que os serviços incidiram sobre o âmbito específico do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do Decreto-Lei atrás citado. Em 2019 a pediu parecer relativamente a seis processos que se enquadravam legalmente nesta necessidade.

## 15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, a CP tem requerido a dispensa do seu cumprimento. Igualmente tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento integral deste princípio, centrando o máximo de serviços no IGCP. Assim:

- A generalidade dos pagamentos é efetuada via IGCP;
- Os recebimentos dos clientes estão a ser canalizados para a conta do IGCP;
- Desde dezembro de 2010 que excedentes de tesouraria pontuais são aplicados no IGCP – CEDIC's;
- Os valores disponíveis, ainda que não aplicados, dado o seu montante, são mantidos na conta do IGCP.

No entanto, dadas as especificidades da atividade da CP, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao funcionamento da Empresa serem prestados pelo IGCP. Encontram-se entre estes serviços a recolha, transporte e contagem de valores, as garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, os valores necessários para o

carregamento dos cartões refeição e a guarda de títulos de empresas participadas. O IGCP deu o seu acordo ao pedido de dispensa do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado para os anos de 2018 e 2019 para estes serviços bancários por meio do Despacho do IGCP nº SGC - 14198, de 7 de setembro de 2018.

No mês de junho de 2019, a CP efetuou, de acordo com orientações do IGCP, uma adenda ao pedido de isenção do cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, para efeitos de recebimento de valores de vendas efetuadas por canais Web (TPA virtual) numa conta da banca comercial. Este pedido decorreu da impossibilidade de o IGCP fornecer este serviço e mereceu despacho favorável daquela Entidade em dezembro de 2019, pelo seu ofício n.º SGC - 2019/19745.

A CP não auferiu no período em análise, de quaisquer rendimentos decorrentes de aplicações financeiras na Banca Comercial. Apresenta-se seguidamente um quadro contendo os saldos depositados na Banca Comercial no final de cada trimestre de 2019:

<b>Banca Comercial</b>	<b>1º Trimestre</b>	<b>2º Trimestre</b>	<b>3º Trimestre</b>	<b>4º Trimestre</b>
BPI	2 118 664,31 €	2 122 841,12 €	2 944 310,46 €	1 940 098,84 €
CGD	1 277,41 €	1 265,95 €	1 254,26 €	1 206,57 €
<b>Total</b>	<b>2 119 941,72 €</b>	<b>2 124 107,07 €</b>	<b>2 945 564,72 €</b>	<b>1 941 305,41 €</b>
<b>Juros auferidos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 16. Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas desde 2014.

## 17. Informação no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S / N / N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	14-03-2012	
Caracterização da Empresa	S	17-01-2017	
Função de tutela e accionista	S	06-03-2019	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	03-08-2018	
Identificação dos órgãos sociais	S	03-08-2018	
Estatuto remuneratório fixado	S	03-08-2018	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	03-08-2018	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	03-08-2018	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	03-08-2018	
Esforço Financeiro Público	S	26-09-2019	
Ficha Síntese	S	24-09-2019	
Informação Financeira histórica e atual	S	18-01-2017	Com referência às Contas Aprovadas de 2014.
Princípios de Bom Governo	S	27-09-2019	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	27-09-2019	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	27-09-2019	
Outras transações	S	27-09-2019	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	27-09-2019	
Económico	S	27-09-2019	
Social	S	27-09-2019	
Ambiental	S	27-09-2019	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	27-09-2019	
Código de Ética	S	27-09-2019	

# **ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA**



## Conta de Exploração

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	REAL 2019	REAL 2018	Valor	%
Vendas e serviços prestados	280 720	266 636	14 084	5%
Subsídios à exploração	40 004	-	40 004	s/s
Outros rendimentos	20 539	21 923	( 1 384)	-6%
	<b>341 263</b>	<b>288 559</b>	<b>52 704</b>	<b>18%</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	( 6 288)	( 5 881)	( 407)	-7%
Fornecimentos e serviços externos	( 175 203)	( 163 429)	( 11 774)	-7%
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	( 107 853)	( 104 607)	( 3 246)	-3%
Outros gastos	( 3 887)	( 5 155)	1 268	25%
	<b>( 293 231)</b>	<b>( 279 072)</b>	<b>( 14 159)</b>	<b>-5%</b>
<b>Resultado operacional da atividade de transportes (EBITDA)</b>	<b>48 032</b>	<b>9 487</b>	<b>38 545</b>	<b>406%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	( 52 958)	( 53 738)	780	1%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	814	722	92	13%
Indemnizações por rescisão	( 1 161)	( 1 006)	( 155)	-15%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9 153	7 509	1 644	22%
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	( 123)	( 239)	116	49%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	( 629)	414	( 1 043)	-252%
Provisões (aumentos/reduções)	1 721	( 1 067)	2 788	261%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	( 465)	1 573	( 2 038)	-130%
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	( 1 411)	( 1 364)	( 47)	-3%
Outros rendimentos (juros compensatórios/mora - processos judiciais)	1 185	-	1 185	s/s
Outros rendimentos (venda ativos diversos: imóveis, eq. básico não afeto à opr., sucata...)	489	2 968	( 2 479)	-84%
Outros gastos (venda ativos diversos: imóveis, outros abates de material circulante)	( 236)	( 2 157)	1 921	89%
<b>Resultado operacional</b>	<b>4 411</b>	<b>( 36 898)</b>	<b>41 309</b>	<b>112%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	526	436	90	21%
Juros e gastos similares suportados	( 55 774)	( 68 304)	12 530	18%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>( 55 248)</b>	<b>( 67 868)</b>	<b>12 620</b>	<b>19%</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>( 50 837)</b>	<b>( 104 766)</b>	<b>53 929</b>	<b>51%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	( 741)	( 861)	120	
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>( 51 578)</b>	<b>( 105 627)</b>	<b>54 049</b>	<b>51%</b>

## Resultado Líquido

O Resultado Líquido de 2019 apresentou uma melhoria de 51% face ao ano anterior (54 milhões de euros), passando de -105,6 milhões de euros, em 2018, para -51,6 milhões de euros em 2019.

Esta variação ficou a dever-se, fundamentalmente, ao recebimento de *indemnizações compensatórias* no valor de 40 milhões de euros, ao aumento das *Vendas e Serviços Prestados* (+14,1 milhões de euros) e à melhoria do *Resultado Financeiro* (+12,6 milhões de euros), ainda que parcialmente compensados pelo aumento dos gastos com *Fornecimentos e Serviços Externos* (+11,8 milhões de euros).

## Resultado Operacional da Atividade de Transporte de Passageiros (EBITDA)

O EBITDA recorrente da atividade de transportes ascendeu, em 2019, a 48 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 38,5 milhões de euros face ao ano anterior. Contribuíram, essencialmente, para esta evolução as seguintes variações:

- Recebimento de *Subsídios à Exploração* no valor de 40 milhões de euros;
- Aumento das *Vendas e Serviços Prestados* em 14,1 milhões de euros, em resultado do acréscimo registado nos réditos relativos ao transporte de passageiros, conforme analisado anteriormente;
- Diminuição dos *Outros Gastos* em 1,3 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, da formalização de acordo com a IP, em 2018, para a repartição de gastos com energia em espaços partilhados, o que originou a correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores de materialidade semelhante;
- Aumento dos *Fornecimentos e Serviços Externos* em 11,8 milhões de euros, em virtude, designadamente, do aumento dos gastos relativos a conservação e reparação de material circulante (+11,8 milhões de euros) e à taxa de utilização de infraestruturas (+1,6 milhões de euros);
- Aumento dos *Gastos Com Pessoal* (sem indemnizações por rescisão) em 3,2 milhões de euros, em resultado dos seguintes fatores:
  - (i) implementação dos acordos de empresa assinados em dezembro de 2019 com as Organizações Representativas dos Trabalhadores;
  - (ii) progressões decorrentes dos processos de avaliação, de acordo com o Regulamento de Carreiras (período de 01-07-2018 a 30-06-2019, para Técnicos e Bacharéis e RC Geral e ano de 2019, para o SMAQ).
  - (iii) aumento dos encargos com seguros, nomeadamente de acidentes de trabalho e saúde;
  - (iv) aumento dos gastos com formação;
  - (v) diminuição do efetivo a cargo.
- Diminuição dos *Outros Rendimentos* em 1,4 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da, já referida, formalização, em 2018, de acordo com a IP para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados.

## Resultado Operacional

O Resultado Operacional de 2019 foi positivo em 4,4 milhões de euros, apresentando uma melhoria de 41,3 milhões de euros face ao registado no ano anterior (-36,9 milhões de euros). Contribuíram para esta evolução, para além dos motivos já mencionados para o EBITDA recorrente, fundamentalmente os seguintes factos:

- Redução das *Provisões* em 2,8 milhões de euros, em resultado, designadamente, da operação de recomposição de capital da FERNAVE, ocorrida no final do ano, com a reversão da provisão constituída para cobertura de prejuízos

acumulados, e da diminuição face ao ano anterior do valor de novas provisões constituídas para acidentes ferroviários;

- Aumento dos *Ganhos Imputados de Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos* em 1,6 milhões de euros, decorrente, nomeadamente, da melhoria do resultado da EMEF face ao ano anterior;
- Diminuição dos *Outros Gastos* (venda de ativos diversos: imóveis, outros abates de material circulante) em 1,9 milhões de euros, em resultado do decréscimo do valor de abates de material circulante não afeto à atividade de transporte;
- Aumento dos *Outros Rendimentos*, relacionados com o recebimento de juros de processos judiciais, em 1,2 milhões de euros, na sequência de decisão favorável à empresa;
- Diminuição dos *Gastos de Depreciação e Amortização* em 0,8 milhões de euros, em virtude de alguns ativos terem atingido o final da vida útil e este efeito não ter sido totalmente compensado pelo investimento realizado;
- Diminuição dos *Outros Rendimentos*, relacionados com a venda de ativos não afetos à atividade, em 2,5 milhões de euros. Em 2018, registou-se a venda de um imóvel da Rua Castilho, com o reconhecimento de rendimentos no valor de cerca de 2,5 milhões de euros, e a venda de sucata, com rendimentos na ordem dos 0,5 milhões de euros. Em 2019, os rendimentos registados resultam da alienação de edifício em Vila Nova de Gaia (0,3 milhões de euros) e de material circulante não afeto à atividade comercial (0,1 milhões de euros);
- Variação desfavorável das *Imparidades de Investimentos Não Depreciáveis / Amortizáveis*, em 2 milhões de euros, devido, designadamente, à reversão de imparidades ocorrida em 2018 em resultado do abate de material circulante não afeto à atividade de transporte. Em 2019, registou-se a reversão de imparidades no valor de 0,2 milhões de euros, na sequência da venda à TAKARGO de material circulante não afeto à atividade comercial. Por outro lado, tendo presente o justo valor dos imóveis detidos para venda, verificou-se a necessidade de reforço das imparidades em 0,7 milhões de euros;
- Variação desfavorável das *Imparidades de Dívidas a Receber* em 1 milhão de euros, essencialmente, por, em 2018, se ter registado uma reversão de imparidade significativa de dívida da IP.

## Resultado Financeiro

O *Resultado Financeiro* em 2019 foi negativo em 55,2 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado em 2018 de cerca de 12,6 milhões de euros (+19%). Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, a redução do passivo remunerado da empresa.

## Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2019/2018	
	31-dez-19	31-dez-18	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Não Corrente	513 304	539 353	( 26 049)	-5%
Ativo Corrente	60 744	40 991	19 753	48%
<b>Total do Ativo</b>	<b>574 048</b>	<b>580 344</b>	<b>( 6 296)</b>	<b>-1%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			0	
Capital Próprio que inclui:	( 1 672 674)	( 2 165 490)	492 816	23%
Resultado Líquido do período	( 51 578)	( 105 627)	54 049	51%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>( 1 672 674)</b>	<b>( 2 165 490)</b>	<b>492 816</b>	<b>23%</b>
<b>PASSIVO</b>			0	
Passivo Não Corrente	799 707	1 321 015	( 521 308)	-39%
Passivo Corrente	1 447 015	1 424 819	22 196	2%
<b>Total do Passivo</b>	<b>2 246 722</b>	<b>2 745 834</b>	<b>( 499 112)</b>	<b>-18%</b>
<b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>	<b>574 048</b>	<b>580 344</b>	<b>( 6 296)</b>	<b>-1%</b>

## Ativo

Em 2019 o Ativo da CP diminuiu cerca de 6,3 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *Ativos Fixos Tangíveis*, em 33,7 milhões de euros, em virtude das depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de investimento;
- Aumento das *Participações Financeiras – Método de Equivalência Patrimonial* (MEP), em 7,6 milhões de euros, decorrente, designadamente, da aplicação do MEP às contas das empresas participadas (+11,7 milhões de euros). De registar ainda a amortização de empréstimos pela EMEF, Ecosaúde e Fernave, no valor de cerca de 4,1 milhões de euros;
- Aumento do saldo de *Estado e Outros Entes Públicos*, no valor de 1,3 milhões de euros, em resultado, fundamentalmente, do aumento do valor de IVA a recuperar e dos reembolsos pedidos;
- Diminuição dos *Ativos Não Correntes Detidos Para Venda* em 1,1 milhões de euros, decorrente da alienação de ativos classificados nesta classe (edifício em Vila Nova de Gaia e locomotivas 1550 não afetadas à atividade comercial) e do reforço das imparidades constituídas;
- Aumento do saldo de *Cientes e de Outros Créditos a Receber*, do ativo corrente, em 1,4 milhões de euros, justificado, nomeadamente, pelo acréscimo de participações por receber relativas a passes sociais (sub-23, 4-18 e social

- +). De referir que continuaram durante o ano de 2019 a ser efetuadas diversas diligências junto das diferentes entidades no sentido de assegurar o recebimento do valor em dívida;
- Aumento do saldo de *Caixa e Depósitos Bancários* em 17,9 milhões de euros.

## Capital

No decorrer de 2019 foram realizados pelo Estado Português aumentos de capital, em numerário, no valor de 28,5 milhões de euros. Os aumentos de capital estatutário foram aprovados por despachos conjuntos dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas:

- No mês de abril, no valor de 10 milhões de euros;
- No mês de setembro, no valor de 18,5 milhões de euros.

De referir ainda a realização pelo Estado Português de uma operação de entrada de capital em numerário, no valor de 518,6 milhões de euros, no mês de outubro, para cobertura de resultados transitados negativos. Este valor foi utilizado para reembolso do empréstimo obrigacionista com vencimento no mesmo mês, assim como dos respetivos encargos financeiros.

## Passivo

O Passivo da CP registou em 2019 uma diminuição de 499,1 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *Financiamentos Obtidos* em aproximadamente 520,1 milhões de euros, na sequência da amortização de empréstimos do Banco Europeu de Investimentos (BEI) e de empréstimo obrigacionista no valor de 500 milhões de euros;
- Aumento do saldo de *Fornecedores e Outras Dívidas a Pagar* em 23,6 milhões de euros, devido, fundamentalmente, ao acréscimo resultante de faturação recebida que se encontra em processo de validação e da especialização de gastos com juros a liquidar, com taxa de utilização de infraestruturas, com conservação e manutenção de material circulante e outros fornecimentos e serviços externos, ainda não faturados;
- Diminuição das *Provisões* em 2,5 milhões de euros, em resultado, por um lado, da operação de recomposição de capital da Fernave, ocorrida no final do ano, com a reversão da provisão constituída para cobertura de prejuízos acumulados e por outro, das novas provisões constituídas para acidentes ferroviários.

## Financiamento

### Política de Financiamento

A CP, recebeu em 2019 indemnizações compensatórias no valor de 40 milhões de euros para financiamento da sua atividade. Com recurso a estas, à sua receita de exploração e ao saldo de gestão transitado do ano anterior supriu a quase totalidade das responsabilidades decorrentes da operação e do investimento e de parte do serviço de dívida.

Contou com o apoio do Estado Português através de aumentos do capital estatutário, no valor total de 28,5 milhões de euros, destinados a suprir parte das necessidades decorrentes do serviço da dívida<sup>3</sup> e de despesas com pessoal relativas ao acordo histórico sobre os abonos variáveis.

Registou-se ainda uma operação de entrada de capital em numerário, no valor de 518,6 milhões de euros, para cobertura de resultados transitados negativos. Este valor foi utilizado para reembolso exclusivo do empréstimo obrigacionista de 500 milhões de euros, com vencimento no mês de outubro e dos respetivos encargos financeiros.

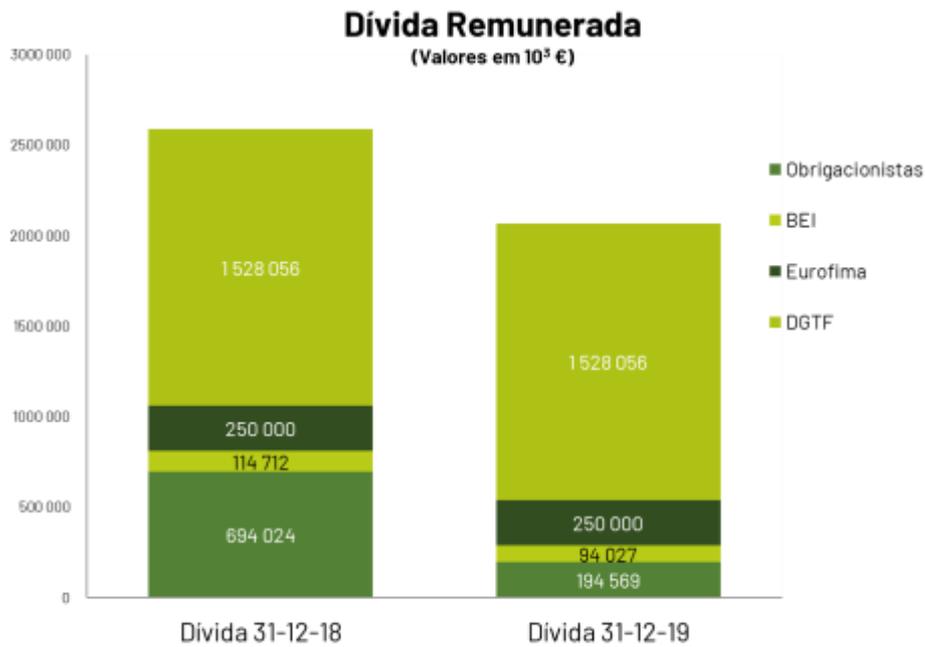
No final do mês de novembro a CP e o Estado Português assinaram um Contrato de Serviço Público. Este encontra-se em processo de obtenção de visto pelo Tribunal de Contas.

---

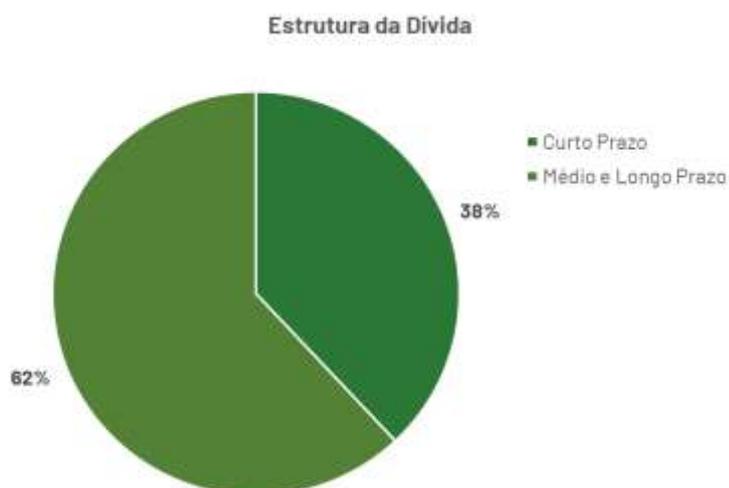
<sup>3</sup> Parte da amortização do empréstimo BEI.

## Dívida Remunerada

A dívida remunerada da CP a 31 de dezembro de 2019 era de aproximadamente 2,067 mil milhões de euros, menos 520,1 milhões de euros que no final do ano anterior, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:



O gráfico seguinte ilustra a repartição da estrutura da dívida por prazo:



A relevância do peso da dívida de curto prazo na estrutura resulta, fundamentalmente, das prorrogações do prazo de vencimento do empréstimo do Estado, por autorização da Tutela.

## Fontes de Cofinanciamento

Em 2019 a CP dispôs de financiamento a fundo perdido no valor de cerca de 6,6 milhões de euros:

<b>Cofinanciamento 2019</b> (valores em €)	<b>Valores</b>
P014 - Planeamento e Infraestruturas IMPIC CP	1 989 132,00 €
Fundo Ambiental	4 565 785,00 €
<b>TOTAL</b>	<b>6 554 917,00 €</b>

No ano de relato a CP beneficiou ainda de um adiantamento para o projeto de Bilhética MOBIL.T, cofinanciado pelo Mecanismo Interligar Europa, no valor de 856.145,28 euros. Embora não tenha sido classificado como subsídio ao investimento, será reclassificado como tal em 2020, quando existir confirmação do arranque do projeto e da sua execução, do modo como é definido nas condições do mesmo.

## Encargos Financeiros

Os encargos financeiros mantiveram em 2019 a tendência de decréscimo, essencialmente, devido à redução do passivo remunerado da empresa e à manutenção das taxas de mercado a níveis historicamente baixos. Os encargos financeiros rondaram os 55,8 milhões de euros. O custo médio de financiamento da empresa com referência ao mês de dezembro foi de 2,4%, abaixo dos 3,4% previstos para o ano.

## Instrumentos de Gestão de Risco

A CP não possui atualmente qualquer instrumento de gestão de risco financeiro em carteira.



**PERSPETIVAS PARA 2020**

renfe 

Trenhotel

50114-00144-S  
TUL-00144

Sendo o serviço público de transportes uma prioridade do programa do Governo e considerando a centralidade estratégica do modo ferroviário no sistema de transportes nacional, através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) nº 110/2019, de 27 de junho, o Governo definiu um conjunto de linhas de orientação estratégica para a revitalização do serviço de transporte ferroviário de passageiros.

Nessa mesma Resolução determinou a prossecução das diligências necessárias com vista à fusão por incorporação da EMEF, SA, na CP, EPE. Esta viria a ser autorizada no final de 2019 e concretizada com efeitos a 01 de janeiro de 2020.

Dando cumprimento ao disposto na RCM, o Conselho de Administração da CP elaborou o seu Plano Estratégico com vista à recuperação dos níveis de serviço no curto prazo e, simultaneamente, o desenvolvimento e a sustentabilidade do setor no médio e longo prazo.

No âmbito desse Plano definiu três metas de serviço que pretende atingir de forma consistente e duradoura:

- Regularidade - repor a regularidade do serviço comercial a 100%;
- Pontualidade - aumento do Índice de Pontualidade para níveis médios Europeus;
- Limpeza - repor os níveis de limpeza e conforto adequados a um serviço de qualidade.

A opção estratégica apresentada desdobra-se em 12 objetivos:

- Assinatura do Contrato de Obrigações de Serviço Público;
- Assinatura de novos Acordos de Empresa com as Organizações Representativas dos Trabalhadores;
- Estabilização da função gestão e manutenção de material circulante, adequando as necessidades reais de responsabilidade técnica e capacidade industrial à carga de trabalho originada pelo serviço comercial e serviço público prestados pela CP;
- Recuperação dos níveis de serviço do transporte ferroviário de passageiros - serviço regional;
- Recuperação dos níveis de serviço do transporte ferroviário de passageiros - serviço urbano;
- Recuperação dos níveis de serviço do transporte ferroviário de passageiros - serviço médio / longo curso;
- Aquisição de material circulante para o serviço regional, linha de Cascais e longo curso;
- Recuperação de uma frota de automotoras diesel para poder responder, com as novas unidades regionais em processo de aquisição, ao aumento da procura nas zonas urbanas e para mitigar os riscos de atrasos nos programas de eletrificação e de entrega das novas unidades regionais;
- Implementação de um sistema de monitorização remota da frota CP;
- Criação do Centro de Competências Ferroviário em Guifões - Matosinhos;
- Promoção da criação de um comboio *made in Portugal*;

- Recuperação de material circulante histórico com interesse comercial.

Estes objetivos consubstanciam-se por sua vez em projetos e ações, dos quais de destacam:

- Conclusão da fusão CP/EMEF;
- Concretizar a abertura da nave norte do complexo de Guifões;
- Concretizar a reestruturação da função de gestão do material circulante de acordo com o Regulamento 445/2011 da Comissão de 10 de Maio de 2011 (ECM – Entity in Charge of Maintenance);
- Otimização de escalas de pessoal operacional, de acordo com as boas práticas do sector;
- Promoção da utilização dos comboios urbanos e regionais com menor taxa de ocupação, através de uma política de preços que incentive a utilização do comboio fora de ponta.
- Reformulação do serviço comercial das linhas do Minho e do Douro após eletrificação;
- Restabelecimento do nível de serviço no Alfa Pendular, através da reformulação da oferta e da otimização das rotações e dos tempos de estacionamento;
- Conclusão do R1 do material circulante do serviço Alfa Pendular;
- Recuperação e modernização do parque de carruagens que permitem velocidade de 200km/h;
- Recuperação de material circulante imobilizado;
- Otimização das rotações de material circulante;
- Construção de composições push-pull através da modernização de quarenta carruagens Sorefame e furgões com cabine piloto;
- Concretização do projeto R1 das UDD 450;
- Estudo sobre a viabilidade técnico-económica da modernização de quatro UTD600 com a mesma tecnologia das novas UDD 450;
- Estudo sobre a viabilidade técnico-económica da monitorização remota das frotas de material circulante;
- Execução da instalação de sistema de monitorização remota nas frotas de material circulante;
- Concretização do contrato de aquisição de material circulante para o serviço regional;
- Estudo sobre a aquisição de material circulante de via estreita em segunda mão para a linha do Vouga;
- Lançamento de concurso para a aquisição de material circulante para a linha de Cascais;
- Lançamento de concurso para a aquisição de material circulante para o longo curso;
- Estudar e negociar a participação na montagem dos novos comboios em instalações da CP;
- Concretização da abertura do Centro de Competências Ferroviárias em Guifões;
- Estudo de abertura da UPTEC Ferrovia no antigo centro de formação de Guifões;
- Desenho do Comboio Português com base numa plataforma normalizada adaptável;
- Identificação de oportunidade de financiamento para a recuperação de material circulante histórico;
- Transferência para Guifões de material circulante histórico com potencial comercial e sua recuperação;
- Campanha de recuperação de limpeza exterior do material circulante;

- Campanha de limpeza e substituição de capas de bancos;
- Campanha de prevenção contra grafitis e vandalismo;
- Conclusão da implementação do projeto CRM - Customer Relationship Management;
- Alteração do conceito de bilheteira (Loja CP);
- Melhorar os sistemas de venda: EPVC, MVA's, Quiosques Viva, rede de Comissionistas, site, App;
- Estudar a possibilidade de praticar preços diferenciados por canal de venda;
- Parcerias com outros operadores de transporte com vista a soluções integradas de mobilidade - *Mobility as a Service* (MaaS);
- Dotar a empresa de sistemas operacionais adequados.

Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a eminência de uma retração económica geral. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade da CP apresentam-se à data incertos.

# 10

**FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO  
DO EXERCÍCIO**



Após o termo do exercício ocorreram os seguintes factos:

- Foi concretizada em 01 de janeiro de 2020 a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, publicada em 26 de dezembro de 2019 por Decreto-Lei N. º174/2019-B. A CP sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S. A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. A fusão em nada afeta nem altera as circunstâncias em que os contratos foram celebrados, nem altera as garantias destes.
- Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a eminência de uma retração económica geral. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade da CP apresentam-se à data incertos.

# **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS**



Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, prejuízo de 51.578.374 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

28 de abril de 2020

### **O Conselho de Administração**

**Presidente:** Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas

**Vice-presidente:** Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

**Vogal:** Ana Maria dos Santos Malhó

**Vogal:** Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

**Vogal:** Pedro Manuel Franco Ribeiro

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



214M

SP

**Balço individual**

Período findo em 31 de dezembro de 2019

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-dez-19	31-dez-18
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	437 657 524	471 324 019
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	47 840 731	40 238 303
Outros Investimentos Financeiros	9	27 805 285	27 790 723
		<b>513 303 540</b>	<b>539 353 045</b>
Ativo corrente			
Inventários	11	3 955 631	3 774 228
Clientes	12	6 730 885	5 113 192
Estado e outros entes públicos	13	9 167 445	7 874 368
Outros créditos a receber	14	4 864 552	5 053 785
Diferimentos	15	896 288	807 260
Ativos não correntes detidos para venda	16	4 445 005	5 583 434
Caixa e depósitos bancários	5	30 684 252	12 785 051
		<b>60 744 058</b>	<b>40 991 318</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>574 047 598</b>	<b>580 344 363</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio			
Capital realizado	17	3 959 489 351	3 931 000 000
Reservas legais	18	24 703	24 703
Outras reservas	19	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	20	(5 777 151 280)	(6 190 140 885)
Ajust/out variações capital próprio	21	195 235 424	197 946 202
Resultado líquido do período		( 51 578 374)	( 105 626 933)
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(1672 673 526)</b>	<b>(2 165 490 263)</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	22	14 290 852	16 756 844
Financiamentos obtidos	23	785 416 398	1 304 258 630
		<b>799 707 250</b>	<b>1 321 015 474</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	25	8 264 962	7 351 211
Estado e outros entes públicos	13	766 770	881 781
Financiamentos obtidos	23	1 281 235 333	1 282 532 920
Outras dívidas a pagar	24	156 746 809	134 053 240
		<b>1 447 013 874</b>	<b>1 424 819 152</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 246 721 124</b>	<b>2 745 834 626</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>574 047 598</b>	<b>580 344 363</b>

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

## Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2019

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	26	280 719 729	266 636 102
Subsídios à exploração	27	40 003 543	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	8,28	9 152 932	7 508 507
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	29	( 6 287 643)	( 5 881 459)
Fornecimentos e serviços externos	30	( 175 203 486)	( 163 428 859)
Gastos com o pessoal	31	( 109 014 542)	( 105 613 535)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	11	( 123 082)	( 239 463)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12,14	( 629 453)	413 857
Provisões (aumentos/reduções)	22	1 720 715	( 1 066 785)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	32	( 465 389)	1 572 711
Outros rendimentos	33	24 059 953	26 874 850
Outros gastos	34	( 7 376 784)	( 10 658 600)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>56 556 493</b>	<b>16 117 326</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7,35	( 52 958 003)	( 53 737 680)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	7,36	814 416	721 647
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4 412 906</b>	<b>( 36 898 707)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	37	526 306	436 399
Juros e gastos similares suportados	38	( 55 776 722)	( 68 303 618)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 50 837 510)</b>	<b>( 104 765 926)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	10	( 740 864)	( 861 007)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 51 578 374)</b>	<b>( 105 626 933)</b>

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

## Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2019

(valores em euros)

Demonstração individual dos resultados por funções	PERÍODOS	
	2019	2018
Vendas e serviços prestados	280 719 729	266 636 102
Custo das vendas e dos serviços prestados	( 280 695 701)	( 266 354 349)
<b>Resultado bruto</b>	<b>24 028</b>	<b>281 753</b>
Outros rendimentos	80 268 610	37 618 122
Gastos de distribuição	( 35 460 411)	( 35 730 189)
Gastos administrativos	( 27 317 264)	( 26 588 336)
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	-
Outros gastos	( 13 102 057)	( 12 480 057)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>	<b>4 412 906</b>	<b>( 36 898 707)</b>
Gastos de financiamento (líquidos)	( 55 250 416)	( 67 867 219)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>( 50 837 510)</b>	<b>( 104 765 926)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	( 740 864)	( 861 007)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>( 51 578 374)</b>	<b>( 105 626 933)</b>
<b>Resultado das atividades descontinuadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana CoelhoPresidente - Eng.<sup>o</sup> Nuno Pinho da Cruz de FreitasVice-Presidente - Eng.<sup>o</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.<sup>o</sup> Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período de 2019										
DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Interesses que não controlam	Total	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
Posição no início do período de 2019	1	17 a 20	3 831 000 000	24 703	1 308 850	(6 180 140 885)	187 946 202	(105 626 933)	(2 185 490 263)	(2 185 490 263)
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contábilístico			-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas	6		-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17 a 20		-	-	-	(105 626 933)	(2 710 778)	105 626 933	(2 710 778)	(2 710 778)
Resultado líquido do período	2		-	-	-	(105 626 933)	(2 710 778)	105 626 933	(2 710 778)	(2 710 778)
Resultado Integral	3		-	-	-	-	-	(51 578 374)	(51 578 374)	(51 578 374)
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3		-	-	-	(105 626 933)	(2 710 778)	54 046 589	(54 289 152)	(54 289 152)
Realizações de capital			28 488 351	-	-	-	-	-	28 488 351	28 488 351
Realizações de prêmios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	518 616 538	-	-	518 616 538	518 616 538
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2019	5		28 488 351	24 703	1 308 850	(5 777 191 280)	185 235 424	(51 578 374)	(187 2 873 528)	547 105 889
	6 = 1+2-3+5		3 959 489 351	24 703	1 308 850	(5 777 191 280)	185 235 424	(51 578 374)	(187 2 873 528)	(187 2 873 528)

Contabilista Certificado - Dr. Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho de Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período de 2018		Capital Próprio atribuído aos detentores do capital de empresa-mãe						(valores em euros)			
		DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transmitidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam
1	17 a 20	Posição no início do período de 2018	3 650 091 940	24 703	1 306 650	(6 076 189 239)	205 496 134	(111 951 646)	(2 133 221 458)	-	(2 133 221 458)
		Alterações no período	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Primeira adoção de novo referencial contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	6	Alterações de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Realização de excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Ajustamentos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	17 a 20	Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	(111 951 646)	(7 549 932)	111 951 646	(7 549 932)	(7 549 932)	
2			-	-	-	(111 951 646)	(7 549 932)	111 951 646	(7 549 932)	(7 549 932)	
3		Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	(105 626 933)	(105 626 933)	(105 626 933)	
4 = 2 + 3		Resultado integral	-	-	-	(111 951 646)	(7 549 932)	6 324 713	(113 176 865)	(113 176 865)	
		Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Realizações de capital	80 908 060	-	-	-	-	-	80 908 060	80 908 060	
		Realizações de prémios de emissão	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-	
		Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-	
5			80 908 060	-	-	-	-	-	80 908 060	80 908 060	
6 = 1+2+3+5		Posição no fim do período de 2018	3 931 000 000	24 703	1 306 650	(6 190 140 895)	197 946 202	(105 626 933)	(2 185 490 263)	(2 185 490 263)	

Contabilista/Certificado - D.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - D.ª Ana Maria dos Santos Malho

Administradora - D.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

(valores em euros)

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	339 267 509	297 250 240
Pagamentos a fornecedores	( 189 675 251)	( 216 748 976)
Pagamentos ao pessoal	( 112 801 022)	( 110 587 456)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>36 791 236</b>	<b>( 30 086 192)</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	( 530 213)	( 403 195)
Outros recebimentos/pagamentos	5 463 325	29 915 644
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>41 724 348</b>	<b>( 573 743)</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	( 22 096 706)	( 18 152 389)
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	-	-
Outros ativos	( 13 000 000)	( 154 000 000)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	1 344 278	5 125 100
Ativos intangíveis	-	-
Investimentos financeiros	1 521 000	1 381 588
Outros ativos	13 000 000	154 000 000
Subsídios ao investimento	6 554 917	1 800 000
Juros e rendimentos similares	401 095	325 405
Dividendos	651 020	395 369
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>( 11 624 396)</b>	<b>( 9 124 927)</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	-	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	28 489 351	80 908 060
Cobertura de prejuízos	518 616 538	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	( 520 685 000)	( 28 067 209)
Juros e gastos similares	( 38 621 601)	( 38 642 676)
Dividendos	-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>( 12 200 712)</b>	<b>14 198 175</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>17 899 240</b>	<b>4 499 505</b>
Efeito das diferenças de câmbio	( 39)	( 14)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>12 785 051</b>	<b>8 285 560</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>30 684 252</b>	<b>12 785 051</b>

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

# **ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**



SP

2262

電機式機関車

## Identificação da entidade e período de relato (nota 1)

### Identificação

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º 20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados pelo Decreto-lei n.º 59/2012 de 14 de março, pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018 de 31 dezembro e pelo Decreto-lei 174-B/2019, de 26 de dezembro<sup>4</sup>, embora a sua redação só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Estes estatutos foram aprovados na sequência da revisão do regime jurídico do sector empresarial do Estado realizado pelo Decreto-lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e alterado pelo Decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e, entretanto, revogados pelo Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que introduz amplas alterações aos diplomas anteriores, passando os princípios de bom governo aplicáveis às empresas públicas estaduais a integrar este último diploma. De referir que este Decreto-lei foi alterado pela Lei n.º 75-A/2014 de 30 de setembro, no que respeita ao endividamento das empresas públicas não financeiras do setor empresarial do Estado, e posteriormente pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro.

A CP tem por objeto principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga – Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A.*

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

---

<sup>4</sup> A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 39.

## Acesso à Infraestrutura

O estatuto do gestor das infraestruturas, Infraestruturas de Portugal, S.A. (abreviadamente IP), consta do Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura encontra-se atualmente vertida no Decreto-lei n.º 217/2015, alterado pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

O artigo 10.º e seguintes regulam as regras de acesso à infraestrutura e aos serviços ferroviários.

Aí se prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do referido diploma serão devidas ao gestor da infraestrutura taxas pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização do pacote mínimo de acessos da infraestrutura ferroviária, o diploma prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais, acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços e os serviços auxiliares.

De acordo com a o Diretório da Rede 2019, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e transportes excecionais e matérias perigosas. Ainda que a IP não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem

alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços de acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços, compreendem, utilização de estações e apeadeiros, disponibilização de instalações operacionais em estações, disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações e fornecimento de Informações de natureza comercial. Estas instalações de serviços são geridas pela IP, nas quais podem ser prestados serviços a todas as empresas de transporte ferroviário que o solicitem, respeitando sempre o princípio da não discriminação.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

## Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do decreto-lei n.º 38426, de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-lei n.º 104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-lei n.º 205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-lei n.º 80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos comunitários n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento comunitário n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterado pelo Regulamento n.º 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, e o Decreto-lei n.º 167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

O Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, que procede a revisão do Decreto-lei 58/2018, de 26 de março, do Decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, e do Decreto-lei n.º 217-/2015, de 7 de outubro, estabelece: (i) as regras gerais aplicáveis a todos os operadores de transporte ferroviário de passageiros, (ii) altera o regime jurídico aplicável à CP, e (iii) revê o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária e acesso à atividade ferroviária, com vista ao reforço da independência do gestor de infraestrutura e à introdução dos mecanismos necessários para que a organização da rede ferroviária permita a exploração de serviços de acesso livre e de serviços prestados ao abrigo de um contrato de serviço público, procedendo:

- a) À transposição da Diretiva (UE) 2016/2370, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2012/34/UE no que respeita à abertura do mercado nacional de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária; e
- b) À conformação das normas legais nacionais ao Regulamento (UE) 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera o Regulamento (CE) n.º 1370/2007 no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

Finalmente, a Resolução do Conselho de Ministros 188-A/2018, de 31 de dezembro, vem esclarecer a competência dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, com a faculdade de subdelegação, para aprovar a minuta do contrato de serviço público a celebrar com a CP, bem como autoriza a despesa com a respetiva indemnização compensatória a pagar pelo Estado nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2019.

## Contrato de serviço público

A celebração de um contrato de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público no que concerne o transporte ferroviário de passageiros em território nacional, e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a CP, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e entretanto revogados e substituídos pelo decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º 2/2016, de 28 de dezembro. No artigo 39.º do Decreto-lei n.º 133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios sectoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-lei n.º 137-A/2009, alterado pelo Decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo Decreto-lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, reconhecendo que a CP, E. P. E, é um operador interno do Estado, devendo a sua atividade de prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros ser enquadrada em contrato de serviço público, que deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público. Esse contrato é celebrado nos termos do Regulamento (CE) n.º 1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho, ambos na sua redação atual, e as disposições contratuais relativas à prestação de serviços públicos incluídas no contrato devem ser compatíveis com os objetivos estratégicos da política de transportes públicos

Anteriormente, em 24 de março de 2011, a CP tinha celebrado com o Estado o contrato que denominado “Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público”, tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, sendo devidas à CP, enquanto não fosse formalizado novo contrato de serviço público, indemnizações compensatórias, que se destinavam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

Por isso as indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2019, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º 156/2019, publicada em Diário da República n.º 177/2019, Série I de 16 de setembro de 2019.

Finalmente, em cumprimento do referido Regulamento (CE) n.º 1370/2007, na sua redação atual, em 28 novembro de 2019, a CP celebrou com o Estado o contrato de serviço público respeitante ao transporte ferroviário nacional de passageiros, por um período de 10 anos (com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos, se entretanto se tiverem verificado as condições para o efeito), onde constam os serviços abrangidos, as obrigações de serviço público a que a CP está obrigada, a respetiva compensação, e os indicadores operacionais quantificáveis de aferição de incumprimento, aguardando-se o visto do Tribunal de Contas.

## **Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)**

### **Referencial contabilístico**

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao período de 2019, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na portaria nº220/2015, de 24 de julho, que aprova os novos modelos das Demonstrações Financeiras com efeito a partir de 1 de janeiro de 2016.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, no dia 28 de abril de 2020, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual,

em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2018.

## Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas ou detetados erros materiais que afetem a comparação de valores entre os exercícios.

## Adoção Pela Primeira Vez das NCRF–Divulgação Transitória (nota 3)

A empresa efetuou a transição para as NCRF, em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

## Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

## Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de alienação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, "Juízos de valor", "Principais pressupostos relativos ao futuro" e "Principais fontes de incerteza das estimativas" constantes desta nota.

## Políticas contabilísticas relevantes

### Ativos fixos tangíveis

#### Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções

realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida, de acordo com as normas de desreconhecimento da NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

### **Ativos fixos tangíveis do Estado afetos às operações da CP e subsídios ao investimento**

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

### **Despesas de manutenção e reparação**

#### **Material circulante:**

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, como componentes específicas do material circulante, e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e,
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

#### **Edifícios e instalações fixas:**

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com planos de manutenção plurianual programados são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis são da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

### Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

<b>Descritivo do bem</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções - Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções - CP	3 a 50
<b>Material circulante:</b>	
Locomotivas a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o decreto regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

### Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança que o subsídio será recebido e que a CP irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

### **Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis**

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

### **Imparidade**

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado para este material, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Aguardando-se o visto do tribunal de contas sobre o contrato da prestação de serviço público, a CP entende que não é possível a determinação do valor de uso, conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, dado que não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas

### Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

É considerado controlo sobre uma entidade o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurados os justos valores dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento, que é amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

### Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

## Outros Ativos/Passivos Financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

### Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros:
  - À vista ou tenha uma maturidade definida;
  - Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e

- Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
  - Não possam ser liquidados em base líquida,
  - Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
  - A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

### **Mensuração ao justo valor através dos resultados**

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conformem anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou custo amortizado menos perda por imparidade.

### **Imparidade**

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

## Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzida do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

## Inventários

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo.

## Clientes e outros créditos a receber

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de

resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

## Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço; e,
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente é superior a um ano.

## Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda

quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de alienação.

## Transações em moeda estrangeira

### Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

### Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## Reconhecimento do rédito

As receitas geradas na CP referem-se à prestação de serviços de transporte de passageiros, à venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário, deduzidos de descontos e deduções ao preço. As receitas são reconhecidas ao seu justo valor.

Os serviços prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os rendimentos decorrentes da atividade da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados, no momento em que o serviço seja prestado o qual se refere à data do início da viagem, e que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

## Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa, mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização das rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e da rubrica de diferimentos.

## Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

## Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

## Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 2019, a empresa não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas de que o grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime especial de tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 10.

## Ativos e passivos contingentes

### Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável um influxo de benefícios económicos.

### Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - i. não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, será necessário para liquidar a obrigação; ou
  - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

## Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 28 de abril de 2020, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 41.

## Juizos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

## Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A situação operacional da CP apresenta sustentabilidade, sendo de referir a melhoria do EBITDA positivo da atividade de transporte em 2019, o que indicia a existência de fatores de sustentabilidade futura;
- A assinatura do contrato de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, celebrado com o Estado Português, em 28 de novembro de 2019;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento; e
- Acresce ainda mencionar a importância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa, sendo que em 2019 a CP transportou 144,9 milhões de passageiros (+18,6 milhões de passageiros transportados face a 2018), como fator de importância vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar o apoio necessário à continuidade da CP.

## Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, são:

## Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

## Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber, face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## Inventários

A empresa compara semestralmente o valor realizável dos inventários, com o valor reconhecido nas contas da empresa, e sempre que necessário reconhece a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo o valor da imparidade apresentado como dedução ao ativo.

- Material circulante

Para inventário de peças utilizadas em reparações de material circulante, e atendendo à durabilidade da maior parte destas peças, a imparidade das peças de armazém de material circulante é calculada de acordo com a vida útil estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

- Restantes materiais

Para os restantes materiais diversos aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

## Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

## Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para alienar. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e montante da

imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados.

## Fluxo de Caixa (nota 5)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2019 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao período de 2019 evidencia fluxos de caixa das atividades operacionais positivos, e com um aumento, em cerca de 42,3 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo. Esta situação resulta fundamentalmente do recebimento de indemnizações compensatórias, no valor de 40 milhões de euros, mas também do aumento dos serviços de transporte efetuados, em aproximadamente 2 milhões de euros.

Ao nível dos fluxos de investimentos, destaca-se a constituição e resgate de aplicações CEDIC para os excedentes de tesouraria temporários, o aumento dos pagamentos de ativos fixos tangíveis, em cerca de 3,9 milhões de euros face a igual período do ano anterior e a diminuição dos recebimentos resultantes da alienação de ativos não afetos à atividade, em 3,8 milhões de euros. Salienta-se ainda o aumento dos subsídios ao investimento recebidos em 4,8 milhões de euros.

Os fluxos das atividades de financiamento evidenciam o pagamento do serviço de dívida com vencimento no período e as dotações de capital recebidas do Estado.

## Rubrica de Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Caixa	488 806	443 038
Depósitos bancários	30 195 446	12 342 013
<b>Sub total</b>	<b>30 684 252</b>	<b>12 785 051</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Total</b>	<b>30 684 252</b>	<b>12 785 051</b>

## Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Caixa		
Caixa central	850	639
Caixa pequena	2 600	2 600
FFC tesouraria	10 845	10 660
Caixa estações	469 511	424 139
Caixa MVAS	5 000	5 000
	<b>488 806</b>	<b>443 038</b>
Depósitos à ordem		
Banco Português de Investimento	1 940 099	2 062 605
Caixa Geral de Depósitos	1 206	1 412
Inst. Gestão Crédito Público	28 254 141	10 277 996
	<b>30 195 446</b>	<b>12 342 013</b>
<b>Sub total</b>	<b>30 684 252</b>	<b>12 785 051</b>
Descobertos bancários	-	-
<b>Total</b>	<b>30 684 252</b>	<b>12 785 051</b>

## Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.

## Ativos Fixos Tangíveis (nota 7)

No final do ano 2019 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes de imobilizado, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	18 941 131	18 941 131
Edifícios e outras construções	87 853 633	86 407 837
Equipamento básico	<b>1 412 621 170</b>	<b>1 398 261 758</b>
Equipamento de transporte	1 261 140	1 287 880
Equipamento administrativo	24 345 286	22 885 087
Outros ativos fixos tangíveis	60 427 014	63 705 157
Investimentos em curso	3 384 645	5 085 710
Adiantamentos por conta de investimentos	1 641 592	1 384 371
<b>Sub-total</b>	<b>1 610 475 611</b>	<b>1 597 958 931</b>
Depreciação acumulada e imparidade:		
Depreciação do período	52 958 003	53 737 680
Depreciação acumulada de períodos anteriores	<b>1 121 640 912</b>	<b>1 067 903 232</b>
Ajustamentos realizados por contrapartida de depreciações acumuladas	(5 960 412)	
Perdas por imparidade do período	<b>( 814 416)</b>	<b>( 721 647)</b>
Perdas por imparidade de períodos anteriores	4 994 000	5 715 647
<b>Sub-total</b>	<b>1 172 818 087</b>	<b>1 126 634 912</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>437 657 524</b>	<b>471 324 019</b>

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 4.

A reversão das perdas de imparidade registadas no período decorre do ajustamento do valor contabilístico ao valor recuperável. Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2019 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Ativos		Transferências	Outras regularizações	Saldo final
				classificados como devedores para venda	Abates			
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	18 941 131	-	-	-	-	-	-	18 941 131
Edifícios e outras construções	86 407 636	-	-	-	(1 164 297)	1 610 094	-	87 853 633
Equipamento básico	<b>1 398 261 759</b>	508 332	-	473 742	(1 030 310)	15 254 238	(846 591)	<b>1 412 621 170</b>
Equipamento de transporte	1 287 880	-	-	-	(26 740)	-	-	1 261 140
Equipamento administrativo	22 885 068	514 892	(3 471)	-	(308 362)	1 257 139	-	24 345 286
Outros ativos fixos tangíveis	63 705 156	123 559	-	-	(153 031)	674 405	(3 923 075)	60 427 014
Investimentos em curso	5 085 710	14 845 208	-	-	-	(16 546 273)	-	3 384 645
Adiantamentos por conta de investimentos	1 384 371	2 506 824	-	-	-	(2 249 603)	-	1 641 592
	<b>1 597 958 931</b>	<b>18 488 815</b>	<b>(3 471)</b>	<b>473 742</b>	<b>(1 662 740)</b>	-	<b>(4 769 666)</b>	<b>1 610 475 611</b>
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	42 305 202	2 164 007	-	-	(1 164 297)	-	-	44 304 912
Equipamento básico	<b>1 007 897 834</b>	47 598 289	-	473 742	(1 030 310)	-	(846 591)	<b>1 054 092 964</b>
Equipamento de transporte	1 275 379	7 457	-	-	(26 740)	-	-	1 256 097
Equipamento administrativo	20 832 815	1 080 994	(3 471)	-	(308 362)	-	-	21 601 975
Outros ativos fixos tangíveis	49 329 682	2 107 256	-	-	(1 31 307)	-	(3 923 075)	47 382 556
Ativ. Fix. Tang.-Perdas impar. Acum.-Equipam. Básico	4 994 000	(814 416)	-	-	-	-	-	4 179 584
	<b>1 126 634 912</b>	<b>52 143 587</b>	<b>(3 471)</b>	<b>473 742</b>	<b>(1 661 016)</b>	-	<b>(4 769 666)</b>	<b>1 172 818 087</b>
<b>Total</b>	<b>471 324 019</b>	<b>(53 644 772)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(21 724)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>437 657 524</b>

Os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2019, respeitam essencialmente a reparações periódicas do tipo R1 e R2.

No que respeita aos abates, a rubrica mais significativa é relativa a equipamento básico (equipamento comercial), já totalmente depreciado e não afeto à atividade comercial. De referir ainda a variação da rubrica de edifícios e outras construções, em resultado do abate de investimentos realizados em postos de gasóleo que foram desativados.

As depreciações acumuladas referidas na coluna adições respeitam à depreciação dos ativos, de acordo com a sua vida útil, destacando-se pelo seu contributo, as depreciações do material circulante.

As outras regularizações, correspondem ao ajuste do valor líquido contabilístico dos bens (peças de parque e material circulante) a uma nova vida útil.

A 31 de dezembro de 2019 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

	<b>(valores em euros)</b>
<b>Descrição</b>	<b>V.contabilístico</b>
Automotoras	176 316 229
<b>Total</b>	<b>176 316 229</b>

## **Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 8)**

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

**(valores em euros)**

Descrição	Tipo	31-dez-19			31-dez-18		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	34 327 975	-	34 327 975	23 664 057	-	23 664 057
EMEF, SA	Empréstimos	10 250 000	-	10 250 000	11 750 000	-	11 750 000
SAROS, SA	Investimento	481 475	-	481 475	478 519	-	478 519
FERNAVE, SA	Investimento	280 492	-	280 492	2	-	2
FERNAVE, SA	Empréstimos	-	-	-	2 600 000	-	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	264 480	-	264 480	285 480	-	285 480
OTLIS, ACE	Investimento	529 613	-	529 613	344 767	-	344 767
TIP, ACE	Investimento	1 706 696	-	1 706 696	1 115 478	-	1 115 478
<b>Total</b>		<b>47 840 731</b>	<b>-</b>	<b>47 840 731</b>	<b>40 238 303</b>	<b>-</b>	<b>40 238 303</b>

Em 2019 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

**(valores em euros)**

	Saldo inicial	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
EMEF, SA	35 414 057	-	-	10 663 918	(1 500 000)	44 577 975
SAROS, SA	478 519	-	-	405 057	( 402 101)	481 475
FERNAVE, SA	2 600 002	-	-	(2 757 718)	438 208	280 492
ECOSAÚDE, SA	285 480	-	-	-	( 21 000)	264 480
OTLIS, ACE	344 767	-	-	250 457	( 65 611)	529 613
TIP, ACE	1 115 478	-	-	591 218	-	1 706 696
<b>Sub-total</b>	<b>40 238 303</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 152 932</b>	<b>( 1 550 504)</b>	<b>47 840 731</b>
Imparidade	-	-	-	-	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>40 238 303</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9 152 932</b>	<b>(1 550 504)</b>	<b>47 840 731</b>

Durante o ano de 2019 de salientar a operação de recomposição de capital realizada na Fernave, por conversão dos empréstimos e de outros créditos da CP, no valor de cerca de 3,1 milhões de euros, e o aumento das participações financeiras da EMEF e da TIP, por via da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, que em 2019 continuaram a registar uma variação positiva nos seus resultados.

De registar também as amortizações dos empréstimos efetuados pelas sociedades EMEF e Ecosaúde no valor respetivamente de 1,5 milhões de euros e 21 mil euros, bem como a distribuição de resultados da Saros no valor de 0,4 milhões de euros.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

(valores em euros)

Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido
EMEF, SA	100	31-dez-19	64 646 594	30 318 619	34 327 975	82 595 048	10 663 918
SAROS, SA	100	31-dez-19	583 808	102 333	481 475	571 435	405 057
FERNAVE, SA	100	31-dez-19	919 457	638 965	280 492	1 393 935	365 200
ECOSAÚDE, SA	100	31-dez-19	665 465	851 900	( 186 435)	2 259 478	( 18 258)
TIP, ACE	33	31-dez-19	16 491 581	11 319 776	5 171 805	7 772 986	2 447 374
OTLIS, ACE	14	31-dez-19	7 708 565	4 001 264	3 707 301	7 667 689	1 822 076

## Outros Investimentos Financeiros (nota 9)

A CP detém participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-dez-19			31-dez-18		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	( 80 000)	-	80 000	( 80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	( 12 721)	-	12 721	( 12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	( 249 399)	-	249 399	( 249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	( 382 269)	-	382 269	( 382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	1 460	-	1 460
Fundo Compensação Trabalho	Custo de aquisição	39 551	-	39 551	24 989	-	24 989
		<b>28 529 674</b>	<b>( 724 389)</b>	<b>27 805 285</b>	<b>28 515 112</b>	<b>( 724 389)</b>	<b>27 790 723</b>

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários estados membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a "Convenção" teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2019 é analisado no quadro seguinte:

	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto						
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	1 460
Fundo Compensação Trabalho	24 989	14 562	-	-	-	39 551
	<b>28 515 112</b>	<b>14 562</b>	-	-	-	<b>28 529 674</b>
Imparidade						
CP Carga, SA	( 80 000)	-	-	-	-	( 80 000)
MLM, SA	( 12 721)	-	-	-	-	( 12 721)
METRO DO PORTO, SA	( 249 399)	-	-	-	-	( 249 399)
ICF	( 382 269)	-	-	-	-	( 382 269)
	<b>( 724 389)</b>	-	-	-	-	<b>( 724 389)</b>
<b>Total</b>	<b>27 790 723</b>	<b>14 562</b>	-	-	-	<b>27 805 285</b>

A única alteração nesta rubrica, no decorrer do período de 2019, diz respeito aos descontos impostos por lei para o fundo de compensação do trabalho, por via dos novos contratos de trabalho celebrados pela empresa.

## Impostos Sobre o Rendimento (nota 10)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., a SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A..

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera de forma significativa a forma de financiamento do serviço público de transporte, o mesmo ainda se encontra em apreciação pelo Tribunal de Contas, não sendo conhecida a data em que o mesmo terá o visto favorável daquela entidade. Esta situação poderá ter impacto

significativo nas compensações que resultam deste contrato e que devem ser consideradas para efeitos da determinação dos ativos/passivos por imposto diferidos. Por esta razão a CP não registou ativos/passivos por impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias entre o reconhecimento contabilístico de gastos ou rendimentos e a sua aceitação fiscal.

No final de 2019, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 242,6 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2019 e 2028.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar com a tributação autónoma.

## Inventários (nota 11)

Em 31 de dezembro de 2019 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
<b>Valor Bruto:</b>		
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 740 659	9 436 174
Adiantamentos por conta de compras	-	-
	<b>9 740 659</b>	<b>9 436 174</b>
<b>Imparidades acumuladas</b>		
Imparidades do período	( 123 082)	( 239 463)
Imparidades de períodos anteriores	(5 661 946)	(5 422 483)
	<b>( 5 785 028)</b>	<b>( 5 661 946)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>3 955 631</b>	<b>3 774 228</b>

A CP verifica semestralmente se o valor realizável dos seus inventários é ou não inferior ao valor pelo qual estes se encontram reconhecidos nas contas da empresa. Se o valor pelo qual os inventários se encontram reconhecidos for superior ao valor realizável líquido, reconhece uma perda por imparidade pela diferença entre aquelas duas grandezas.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Desde o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Para isso, foi calculada a imparidade das peças de armazém de material circulante de acordo com a vida útil estimada das séries de

material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação. Para os restantes materiais diversos manteve-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos.

Tendo em consideração a aplicação deste critério, foi reconhecida, em 2019, uma perda por imparidade de 123 mil euros tal como identificado no quadro seguinte:

(valores em euros)					
<b>Descrição</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Perdas</b>	<b>Reversão</b>	<b>Regularização</b>	<b>Saldo final</b>
Imparidades de inventários					
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(5 661 946)	( 123 082)	-	-	(5 785 028)
<b>Total</b>	<b>(5 661 946)</b>	<b>( 123 082)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5 785 028)</b>

## Cientes (nota 12)

Em 31 de dezembro de 2019 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)		
<b>Descrição</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Valor Bruto:		
Mercadorias	-	-
Gerais	5 917 845	3 945 650
Empresas associadas	421 339	452 491
Empreendimentos conjuntos	390 787	452 392
Outras partes relacionadas	914	262 659
Cientes - perdas imparidade acumuladas	2 403 472	1 751 983
<b>Sub-total</b>	<b>9 134 357</b>	<b>6 865 175</b>
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	( 651 489)	427 822
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(1 751 983)	(2 179 805)
<b>Sub-total</b>	<b>( 2 403 472)</b>	<b>( 1 751 983)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>6 730 885</b>	<b>5 113 192</b>

O aumento registado em clientes gerais tem origem fundamentalmente no IMT - Instituto da Mobilidade e Transporte, I.P., decorrente do não recebimento das participações atribuídas relativas a passes sociais (sub-23, 4-18 e social +).

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

(valores em euros)

<b>Descrição</b>	<b>Saldo inicial</b>	<b>Perdas</b>	<b>Utilizações</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo final</b>
Perdas por imparidade					
Cientes gerais	1 751 983	651 489	-	-	2 403 472
<b>Total</b>	<b>1 751 983</b>	<b>651 489</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 403 472</b>

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)

<b>Descrição</b>	<b>até 90 dias</b>	<b>Entre 90 e 180 dias</b>	<b>Entre 180 e 360 dias</b>	<b>Mais de 360 dias</b>
Cientes gerais	5 961 840	197 974	183 513	316 378
Empresas associadas	392 139	29 200	-	-
Empreendimentos conjuntos	( 115 997)	437 173	69 655	( 43)
Outras partes relacionadas	124 242	( 872 648)	6 708	751
<b>Total</b>	<b>6 362 224</b>	<b>( 208 301)</b>	<b>259 876</b>	<b>317 086</b>

## Estado e Outros Entes Públicos (nota 13)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	754 358	909 350
Pagamento especial por conta	551 717	817 660
Imposto retido na fonte	116 033	91 690
Imposto retido na fonte-Dependente	86 608	-
<b>IVA</b>		
IVA a recuperar de nov. e dez.	8 370 193	6 964 564
IVA a recuperar de nov. e dez.	7 183 951	6 184 921
IVA reembolsos pedidos	1 186 242	779 643
<b>Outros Impostos</b>		
Contribuições Seg Social CNP	42 894	
DGI-FCT	42 841	
DGI-FCT	53	
<b>Total</b>	<b>9 167 445</b>	<b>7 874 368</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento	740 864	861 007
Retenções de imposto sobre o rendimento	5 708	3 390
Contribuição p/Seg. Social	20 198	16 261
Outras Tributaçãoes	-	1 123
<b>Total</b>	<b>766 770</b>	<b>881 781</b>

A variação no ativo resulta essencialmente do aumento do IVA a recuperar, em resultado da aceitação, no final do ano de 2019 de faturação da IP-infraestruturas de Portugal relativa a serviços de utilização da infraestrutura, e da EMEF relativa a trabalhos concluídos.

No que diz respeito ao passivo, de registar também a variação da rubrica de Imposto sobre o rendimento, que resulta do cálculo da estimativa de imposto (tributações autónomas), nomeadamente na redução verificada nas despesas sujeitas a tributação.

## Outros créditos a receber (nota 14)

A rubrica de outros créditos a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Valor Bruto:		
Adiantamentos a fornecedores	133 790	133 790
Fornecedores c/c - saldos devedores	153	1 115
Outros devedores - pessoal	73 023	84 492
D.diversos - c/c	2 493 290	2 443 882
D.diversos - cobrança duvidosa	3 120 583	3 142 619
C. diversos - saldos devedores	139 815	139 550
C.div.-dep. cauções prestadas	227 758	368 210
C.div.-IVA-operações a regularizar	31 399	13 999
D/C.- div. - faturação a emitir	272	534
D/C. div. - seg. saúde	190 210	195 852
C.div.-ODC-cartão galp frota/via verde	20 126	20 899
Out C.Rec/Pag - depósitos por regularizar	( 763)	( 763)
ODC - unidades de negócio/outros	117 281	181 717
Devedores por acréscimos de receitas	1 438 197	1 470 507
<b>Sub-total</b>	<b>7 985 134</b>	<b>8 196 403</b>
Imparidade acumulada		
Imparidade do período - out. div. terceiros	22 036	( 10 872)
Imparidade períodos anteriores-O.div. terceiros-CP e MLP	(3 142 618)	(3 131 746)
<b>Sub-total</b>	<b>( 3 120 582)</b>	<b>( 3 142 618)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>4 864 552</b>	<b>5 053 785</b>

O aumento relativamente a 2018 regista-se fundamentalmente na rubrica de devedores diversos c/c, onde se destaca o aumento das dívidas da infraestrutura de Portugal, e a redução da dívida da Medway.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo inicial	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade					
Outras dívidas de terceiros	3 142 618	127 687	-	( 149 723)	3 120 582
<b>Total</b>	<b>3 142 618</b>	<b>127 687</b>	<b>-</b>	<b>( 149 723)</b>	<b>3 120 582</b>

## Diferimentos (nota 15)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Ativo		
Gastos a reconhecer		
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	896 288	807 260
<b>Total</b>	<b>896 288</b>	<b>807 260</b>

Esta rubrica releva os diversos prémios de seguro suportados pela empresa no final do ano, antes de decorrer o período de incidência dos mesmos, os quais reportam ao 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros a constituir o saldo desta rubrica, respeitam aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, multirriscos e de responsabilidade civil.

## Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 16)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente a empresa avalia a existência de imparidades nestes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos dos valores já reconhecidos.

Após a constituição destas imparidades, o universo do material circulante classificado na classe de ativos não correntes detidos para venda ficou com o valor de zero conforme detalhe abaixo com reporte a 31 de dezembro de 2019:

Descrição	(valores em euros)				
	Valor contabilístico (1)	Subsídio a reconhecer (2)	Valor de sucata (3)	Imparidade (4)	(1) - (2) - (3) - (4)
Várias séries	11 860 235	(3 035 233)	(1 150 372)	(7 674 630)	( 0)

O quadro seguinte resume, por classe e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	168 826
Edifícios e outras construções	175 369	409 130
Equipamento básico	4 185 605	5 005 478
<b>Total</b>	<b>4 445 005</b>	<b>5 583 434</b>

A variação registada em 2019 decorre da alienação do imóvel sito em Vila Nova de Gaia (que afeta as rubricas de terrenos e edifícios e outras construções) e de equipamento básico (material circulante não afeto à atividade comercial).

## Capital Subscrito (nota 17)

De acordo com o artigo 3º do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, alterado pelo decreto-lei nº 124-A/2018 de 31 dezembro, que define os Estatutos da CP, o capital subscrito da empresa é detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Em 2015, 2016, 2017 e 2018, foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em 683,483 milhões de euros (em 2015), 654,913 milhões de euros (em 2016), 516,4 milhões de euros (em 2017) e 80,9 milhões de euros (em 2018) o capital subscrito da CP, EPE, tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Em 2019, e de acordo com a legislação em vigor, foi determinado igualmente por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, aumentar em 28,5 milhões de euros o capital subscrito da CP, EPE, a realizar pelo Estado da seguinte forma:

- Em abril, foi realizado pelo Estado Português um aumento de capital em numerário, no valor de 10 milhões de euros;
- Em setembro, foi realizado pelo Estado Português um aumento de capital em numerário, de 18,5 milhões de euros.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal, relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

Assim, no final do ano 2019 a empresa apresenta um capital subscrito de 3.959.489.351 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

## Reservas Legais (nota 18)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

## Outras Reservas (nota 19)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## Resultados Transitados (nota 20)

Nesta rubrica, encontram-se registadas as seguintes operações:

- A empresa tem procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para resultados transitados;
- Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, encontra-se registado o saldo de excedentes de revalorização;
- Em outubro de 2019, foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, e realizado pelo Estado Português, uma operação de entrada de capital em numerário, no valor de 518,6 milhões de euros, para cobertura de resultados transitados negativos. Este valor foi utilizado integralmente para reembolso do empréstimo obrigacionista com vencimento no mesmo mês e dos respetivos encargos financeiros.

## Material circulante

A empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as depreciações correspondentes ao período de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respetivas depreciações acumuladas, dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95, de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04.

No período de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do decreto-lei n.º 31/98, de 11 de fevereiro.

## Outros ativos fixos tangíveis

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contemplados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esses ativos ficaram valorizados ao preço de mercado, registado nas contas da CP como reavaliação livre, com depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada. Este trabalho foi coordenado pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico.

## Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 21)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Subsídios	103 745 416	106 456 194
Saneamento financeiro	91 357 368	91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640	132 640
<b>Total</b>	<b>195 235 424</b>	<b>197 946 202</b>

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e à Banca de 97.975.959 euros e à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do decreto-lei n.º 361/85.

O valor da rubrica de subsídios respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, dum parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações. No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Reservas Subsídios - Material Circulante	( 384 295)	( 384 295)
FEDER-Sub Proj 12UQ E	(2 343 858)	(3 217 792)
PIDDAC-Sub Proj 12+4UQ E	(3 127 490)	(3 474 986)
FEDER-Sub Proj 12+4UQ E	(8 547 861)	(9 497 606)
PIDDAC-Sub Proj 34UQ E/UTE	(1 905 151)	(2 222 677)
PIDDAC-Sub Proj 19UDD	( 280 889)	( 331 757)
PIDDAC-Sub Proj 21 ALLAN	( 579 992)	( 620 963)
PIDDAC-Sub Proj 42UQ E	( 263 096)	( 303 000)
PIDDAC-Sub Proj 34UME	(14 579 110)	(15 666 540)
PIDDAC-Sub Proj 57UTE Silício	(12 358 928)	(13 198 673)
PIDDAC-Sub Proj 57CORRAIL	( 341 065)	( 404 925)
PIDDAC-Sub Proj 12Locomotivas	( 390 009)	( 390 009)
PIDDAC-Sub Proj Bilhet s/contacto (BLOQ )	-	-
PIDDAC-Benef Interface Ramal Lousã	( 106 904)	( 134 792)
PIDDAC-SubProj Alter Veloc Máx 45 Carrug Moderniz	( 4 152)	( 23 039)
PIDDAC-Subs.Caixas Transmissão Rodados UDD's450	( 309 099)	( 347 009)
PIDDAC-Modernização de 4 automotoras 3500	( 785 313)	( 890 313)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2334	( 239 815)	( 267 222)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2340	( 235 247)	( 262 654)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2326	( 181 756)	( 201 951)
PIDDAC-Grande Reparação R3 - 9635 (BLOQ )	-	( 10 887)
PIDDAC-Grande Repar R2 - 2197010	( 30 045)	( 49 021)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2403	( 148 676)	( 165 044)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2404	( 343 613)	( 380 429)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 360(BLOQ )	-	( 3 747)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2405	( 243 474)	( 268 026)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 2197025	( 85 115)	( 101 328)
PIDDAC-Grande Reparação R2 - 463(BLOQ )	-	( 8 379)
PIDDAC-Grande Reparação -Gr R-R2 461(BLO)	-	( 20 949)
PIDDAC-Grande Reparação R2 469(BLOQ )	-	( 15 712)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197012	( 67 855)	( 78 569)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197034	( 87 836)	( 101 705)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197011	( 53 395)	( 61 717)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197020	( 87 836)	( 101 705)
PIDDAC-Grande Reparação R2 8597004	( 35 285)	( 40 857)
PIDDAC-Grande Reparação R2 8597007	( 52 928)	( 61 285)
PIDDAC-Grande Reparação R2 1415	( 127 428)	( 139 190)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197028	( 88 992)	( 102 861)
PIDDAC-Grande Reparação R2 1997008	( 44 053)	( 50 919)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197019	( 105 173)	( 119 042)
PIDDAC-Grande Reparação R2 0451	( 18 854)	( 56 561)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197027	( 105 173)	( 119 042)
PIDDAC-Grande Reparação R2 1997002	( 101 959)	( 117 446)
PIDDAC-Grande Reparação R2 3154	( 282 240)	( 306 432)
PIDDAC-Grande Reparação R2 9634	( 54 981)	( 76 974)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197007	( 105 173)	( 119 042)
PIDDAC-Grande Reparação R2 3266	( 224 388)	( 243 217)
PIDDAC-Grande Reparação R2 0458	( 85 048)	( 153 086)
PIDDAC-Grande Reparação R2 0457	( 27 361)	( 52 617)
PIDDAC-Grande Reparação R2 1997004	( 69 243)	( 78 579)
PIDDAC-Grande Reparação R2 1997009	( 44 087)	( 50 312)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197015	( 70 474)	( 79 016)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197016	( 48 104)	( 53 763)
PIDDAC-Grande Reparação R2 2197001	( 71 761)	( 80 121)
PIDDAC-Grande Reparação R2 1413	( 96 061)	( 103 903)
PIDDAC-Grande Reparação R2 3260	( 48 573)	( 52 538)
PIDDAC-R1 CPA´s 4000	(1 474 835)	(1 546 888)
PIDDAC-Grande Reparação R2 0462	( 97 868)	( 135 753)
PIDDAC-Grande Reparação R2 0362	( 158 109)	( 237 164)
PIDDAC-Grande Reparação R2 3256	( 217 489)	( 233 500)
PIDDAC-Grande Reparação R2 464	( 94 711)	( 132 596)
FEDER-Sub Proj 19UDD	( 580 622)	( 685 774)
FEDER-Sub Proj 21 ALLAN	(1 133 029)	(1 213 066)
FEDER-Sub Proj 34UME	(25 976 509)	(27 910 856)
FEDER-Sub Proj 57UTE Silício	(15 775 381)	(16 888 050)
FEDER-Sub Proj 57CORRAIL	( 683 888)	( 811 937)
FEDER-Sub Proj 12Locomotivas	( 903 371)	( 903 370)
FEDER-Benef Interfaces Ramal Lousã	( 232 393)	( 293 016)
FEDER-Bilhética sem contacto-CPLX(BLOQ )	-	-
Fundo Ambiental _ Aqui. 12 Auto. Bimodo e 10 Elec	(4 565 785)	-
invest transf - CPA 4005 e CPA 4007	(1 832 212)	-
<b>Total</b>	<b>(103 745 416)</b>	<b>(106 456 194)</b>

## Provisões (nota 22)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)				
	Saldo Inicial	Adições	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Processos judiciais em curso	1 113 869	118 403	-	-	1 232 272
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	9 457 803	1 068 274	( 745 277)	-	9 780 800
Acidentes ferroviários	2 837 409	198 686	-	-	3 036 095
Investimentos financeiros	3 292 513	127 658	-	(3 233 736)	186 435
Outras	55 250	-	-	-	55 250
<b>Total</b>	<b>16 756 844</b>	<b>1 513 021</b>	<b>( 745 277)</b>	<b>(3 233 736)</b>	<b>14 290 852</b>

A rubrica de provisões apresenta uma redução de cerca de 2,5 milhões de euros, onde se destaca a reversão da totalidade da provisão para investimentos financeiros da participada Fernave, em resultado da operação de recomposição de capital realizada em 2019.

No que respeita às responsabilidades para acidentes de trabalho e doenças profissionais, foram calculadas com base na avaliação atuarial das responsabilidades da empresa, em 31 de dezembro de 2019, com pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999. Este cálculo foi realizado por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de desconto:** 1,00%.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,0%.

**Tábuas de Mortalidade:** Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** Pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de dezembro de 2019.

## Financiamentos Obtidos (nota 23)

No final do período de 2019 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Não corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	56 333 334	94 026 667
Empréstimos por obrigações	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	(5 430 936)	(5 796 037)
Outros financiadores	534 514 000	1 016 028 000
<b>Total</b>	<b>785 416 398</b>	<b>1 304 258 630</b>
Corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	37 693 333	20 685 000
Empréstimos por obrigações	-	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	( 180 080)
Outros financiadores	1 243 542 000	762 028 000
<b>Total</b>	<b>1 281 235 333</b>	<b>1 282 532 920</b>
<b>Total financiamentos</b>	<b>2 066 651 731</b>	<b>2 586 791 550</b>

A diminuição dos financiamentos obtidos em aproximadamente 520,1 milhões de euros decorre da amortização parcial de empréstimos BEI e de empréstimo obrigacionista no valor de 500 milhões de euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-19	31-dez-18
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	37 693 333	20 685 000
De 1 a 5 anos	56 333 334	86 426 667
A mais de 5 anos	-	7 600 000
Empréstimos por obrigações		
Até 1 ano	-	500 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	( 180 080)
De 1 a 5 anos	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	-	-
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. O brigacionistas	(5 430 936)	(5 796 037)
Outros financiadores		
Até 1 ano	1 243 542 000	762 028 000
De 1 a 5 anos	534 514 000	1 015 028 000
A mais de 5 anos	-	1 000 000
<b>Total</b>	<b>2 066 651 731</b>	<b>2 586 791 550</b>

À data de 31 de dezembro de 2019, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

(valores em euros)

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024	2025 e seguintes	Total
Financiamentos obtidos							
Empréstimos bancários	37 693 333	23 800 000	23 666 667	1 266 667	7 600 000	-	94 026 667
Empréstimos por obrigações	-	-	-	-	-	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	-	-	-	-	(5 430 936)	(5 430 936)
Outros financiadores	1 243 542 000	381 514 000	101 000 000	51 000 000	1 000 000	-	1 778 056 000
<b>Total</b>	<b>1 281 235 333</b>	<b>405 314 000</b>	<b>124 666 667</b>	<b>52 266 667</b>	<b>8 600 000</b>	<b>194 569 064</b>	<b>2 066 651 731</b>

## Outras dívidas a pagar (nota 24)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

(valores em euros)

Descrição	31-dez-19	31-dez-18
Corrente		
Fornecedores de investimentos	1 497 332	1 123 690
Credores por subscrições não liberadas	38 254 752	36 843 300
Outros devedores e credores	12 306 277	7 586 234
Credores por acréscimo de gastos	104 611 669	88 391 460
Pessoal	26 542	58 245
Adiantamentos de clientes	50 237	50 311
<b>Total</b>	<b>156 746 809</b>	<b>134 053 240</b>

O aumento registado tem origem fundamentalmente na rubrica de credores por acréscimos de gastos e decorre do incremento dos valores especializados relacionados com gastos com juros a liquidar, taxa de utilização de infraestruturas e conservação e manutenção de material circulante. De relevar, ainda na rubrica de outros devedores e credores, o aumento da faturação recebida no final do ano que não foi possível liquidar.

## Fornecedores (nota 25)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Fornecedores c/c		
Gerais	4 963 698	4 939 777
Empresas subsidiárias	2 341 973	638 633
Empresas associadas	796 647	707 332
Empreendimentos conjuntos	40 267	780 214
Outras partes relacionadas	197 289	155 889
Facturas em receção e conferência	( 74 912)	129 366
	<b>8 264 962</b>	<b>7 351 211</b>

Quando comparado com o período anterior, em 2019 de salientar o aumento da dívida a empresas subsidiárias, nomeadamente da dívida à EMEF, em resultado da faturação contabilizada no final do mês de dezembro em resultado da conclusão de trabalhos.

## Vendas e Serviços Prestados (nota 26)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

<b>Descrição</b>	<b>Valores em Euros</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Serviços prestados		
Passageiros	282 865 109	267 761 261
Redes	780 026	761 776
Manut./alug./limp. material circulante	1 331 566	1 375 076
Comboio Socorro	896 917	896 917
Indemnização por danos	248 656	119 819
Limpeza/segurança	120 356	137 013
Serv.informáticos/contabil./outros	284 440	679 806
Outros Metro Mondego	718 863	569 372
Outros serviços	2 488 193	3 068 053
Descontos e abatimentos em vendas	(9 014 397)	(8 732 991)
<b>Total</b>	<b>280 719 729</b>	<b>266 636 102</b>

A rubrica de vendas e serviços prestados aumentou em cerca de 14 milhões de euros, em resultado fundamentalmente do crescimento dos réditos relativos a serviços de passageiros, nomeadamente no que respeita à

venda de bilhetes, que apresenta um crescimento acumulado, face a igual período do ano anterior, de 15 milhões de euros.

A redução na rubrica de outros serviços, deve-se em parte ao término em 2018 do contrato de prestação de serviços de informática com a Medway.

## Subsídios à Exploração (nota 27)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos períodos de 2019 e 2018:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Subsídios diversos		
Indemnizações compensatórias	40 000 000	-
Formação IEFP	3 543	-
<b>Total</b>	<b>40 003 543</b>	<b>-</b>

De acordo com o previsto no Diário da República n.º 177/2019, série I de 16 de setembro, a empresa recebeu em 2019, o montante de 40 milhões de euros de indemnizações compensatórias.

## Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 28)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	9 152 932	7 508 507
<b>Total</b>	<b>9 152 932</b>	<b>7 508 507</b>

O aumento dos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da melhoria dos resultados da EMEF, bem como da TIP, que em 2019 continuaram a registar uma variação positiva nos seus resultados.

## Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 29)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Mercadorias	796	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 286 847	5 881 459
<b>Total</b>	<b>6 287 643</b>	<b>5 881 459</b>

O gasto com consumo de combustível, como matéria-prima para a prestação do serviço de transporte ferroviário de passageiros, representa cerca de 80% do total da rubrica de matérias-primas, subsidiárias e de consumo, verificando-se um incremento de cerca de 107 mil euros.

Do mesmo modo, o consumo de outros artigos, nomeadamente de materiais diversos sofreu um aumento em 2019, quando comparado com o ano de 2018, de cerca de 163 mil euros.

## Fornecimentos e Serviços Externos (nota 30)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Subcontratos:</b>		
Limpeza instalações	( 282 240)	( 233 202)
Limpeza material circulante	(2 790 109)	(2 816 215)
Vigilância	(2 268 828)	(1 808 880)
Serviços adicionais e auxiliares	(4 071 368)	(4 657 686)
Serviços restauração	(2 395 538)	(2 707 330)
Acordo CP/Renfe	(4 434 731)	(4 357 937)
O outros subcontratos	(6 485 328)	(6 624 602)
<b>Serviços especializados:</b>		
Conservação e reparação	(45 755 037)	(33 971 976)
Trabalhos especializados	( 483 171)	( 422 528)
Vigilância e segurança	( 874 746)	(1 041 642)
Utilização material circulante	( 306 449)	( 290 734)
O outros serviços especializados	(2 480 962)	(2 503 566)
Materiais	( 138 422)	( 165 413)
<b>Energia e fluidos:</b>		
Electricidade	(24 190 488)	(24 864 548)
Combustíveis	( 130 205)	( 151 874)
Água	( 138 150)	( 121 872)
O outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	(3 370 974)	(3 699 672)
Cont <sup>o</sup> CP/ACE (EMEF/Siemens)	(4 965 326)	(4 708 376)
<b>Serviços diversos:</b>		
<b>Rendas e alugueres:</b>		
Taxa uso infraestrutura	(56 848 060)	(55 229 187)
O outras rendas e alugueres	(11 823 690)	(12 010 784)
Comunicação	( 480 906)	( 510 481)
Seguros	( 259 930)	( 281 741)
O outros serviços	( 228 828)	( 248 613)
<b>Total</b>	<b>(175 203 486)</b>	<b>(163 428 859)</b>

Em 2019 e apesar do esforço de contenção de gastos espelhados em alguns dos contratos, verificou-se um agravamento na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no valor de 11,8 milhões de euros.

Para este agravamento contribuíram, fundamentalmente,

- O aumento dos serviços concluídos de conservação e reparação de material circulante, com uma variação de 11,8 milhões de euros, e o agravamento dos gastos com a utilização da infraestrutura ferroviária em 1,6 milhões de euros;

- Os restantes encargos sofrem oscilações de pequeno valor, no entanto, de referir a redução verificada na eletricidade para a tração, nos serviços adicionais e auxiliares, nos serviços de restauração e nas deslocações e estadas, que em conjunto contribuem para uma variação positiva de 1,9 milhões de euros.

## Gastos com Pessoal (nota 31)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Remunerações dos órgãos sociais	( 484 677)	( 348 311)
Remunerações do pessoal	(83 263 763)	(81 873 090)
Indemnizações	(1 161 188)	(1 006 239)
Encargos sobre remunerações	(18 793 287)	(18 185 970)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(3 024 427)	(2 479 617)
Gastos de acção social	( 258 234)	( 174 578)
Outros gastos com o pessoal	(2 028 966)	(1 545 730)
<b>Total</b>	<b>(109 014 542)</b>	<b>(105 613 535)</b>

Apesar de uma ligeira diminuição do efetivo da empresa (em 12 trabalhadores), verifica-se um acréscimo de gastos nesta rubrica comparativamente a 2018, que resulta da implementação dos acordos de empresa assinados em dezembro de 2019 com as organizações representativas dos trabalhadores, bem como das progressões em resultado dos processos de avaliação realizados. De salientar também o aumento dos encargos com seguros, nomeadamente de acidentes de trabalho e saúde, e dos gastos com formação.

O detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional é apresentado como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
Órgãos sociais *	8	6
Directores/chefias superiores	260	267
Quadros superiores	248	254
Quadros médios	12	13
Chefias intermédias	207	216
Profissionais altamente qualificados	2 079	2 099
Profissionais semi-qualificados	92	70
<b>Total</b>	<b>2 646</b>	<b>2 658</b>

\* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

## Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 32)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Perdas</b>		
Em investimentos financeiros - outros	( 38)	( 38)
Ativos não correntes detidos para venda	( 679 963)	( 49 170)
<b>Em investimentos financeiros</b>		
<b>Reversões</b>		
Ativos não correntes detidos para venda	214 574	1 621 881
<b>Total</b>	<b>( 465 389)</b>	<b>1 572 711</b>

Em 2019 regista-se um aumento das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis de cerca de 2 milhões de euros, que decorre da necessidade de reforçar as imparidades constituídas para ativos não correntes detidos para venda e de, em 2018, de ter revertido imparidades em resultado do abate de material circulante não afeto à atividade comercial. Em 2019 a reversão de imparidades registadas resulta da venda de material circulante não afeto à atividade de transporte.

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>				
	<b>saldo inicial</b>	<b>adições</b>	<b>reversões</b>	<b>transferências</b>	<b>saldo final</b>
Edifícios e outras construções	3 897	-	-	-	3 897
Equipamento básico	7 209 241	679 963	( 214 574)	-	7 674 630
<b>Total</b>	<b>7 213 138</b>	<b>679 963</b>	<b>( 214 574)</b>	<b>-</b>	<b>7 678 527</b>

## Outros Rendimentos (nota 33)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Rendimentos suplementares	9 051 144	9 308 427
Ganhos em inventários	5 015	6 093
Restantes ativos financeiros	1 846 666	1 984 069
Investimentos não financeiros	489 043	2 460 956
Outros	12 668 085	13 115 305
<b>Total</b>	<b>24 059 953</b>	<b>26 874 850</b>

Para a diminuição da rubrica de outros rendimentos, em 2019, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- A alienação, em 2018, do imóvel da Rua Castilho por valor superior ao realizado em 2019 com a alienação do edifício de Vila Nova de Gaia; e,
- A redução na rubrica dos restantes ativos financeiros, em resultado da variação cambial do capital subscrito e não realizado da Eurofima.

A contribuir positivamente, de referir a alienação de duas locomotivas da série 1550.

## Outros Gastos (nota 34)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Impostos	( 195 734)	( 128 377)
Dívidas incobráveis	-	( 334)
Perdas em inventários	( 14 256)	( 121 835)
Investimentos não financeiros	( 236 274)	(2 157 421)
Outros	(6 930 520)	(8 250 633)
<b>Total</b>	<b>(7 376 784)</b>	<b>(10 658 600)</b>

Para a diminuição da rubrica de outros gastos, em 2019, contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- Decréscimo das perdas em investimentos não financeiros, decorrente de abates de equipamento básico. Em 2018 foi abatido material circulante que se encontrava classificado como ativo não corrente detido para venda;
- Formalização, em 2018, de acordo com a IP para a repartição de gastos de energia em espaços partilhados, o que implicou correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores de materialidade semelhante, situação que não se verificou em 2019 e contribuiu para a redução da rubrica de outros do quadro acima apresentado.

## Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 35)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(52 967 706)	(53 749 021)
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	9 703	11 341
<b>Total</b>	<b>(52 958 003)</b>	<b>(53 737 680)</b>

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 4. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Esta rubrica regista uma diminuição de gastos na ordem em 0,8 milhões de euros, em resultado do fim da vida útil de alguns ativos, facto que não foi compensado pelo investimento realizado.

## Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 36)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	814 416	721 647
<b>Total</b>	<b>814 416</b>	<b>721 647</b>

O montante que se observa em 2019 resulta fundamentalmente do registo da reversão de imparidades das locomotivas 1550.

## Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 37)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Juros obtidos	526 306	436 399
<b>Total</b>	<b>526 306</b>	<b>436 399</b>

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas.

Estes juros diminuíram em resultado da amortização de empréstimos das sociedades EMEF e Ecosaúde, e da manutenção das taxas de mercado a níveis historicamente baixos, em conformidade com a evolução das taxas praticadas pela banca comercial, e também pelo facto de as empresas não terem contraído novos empréstimos.

## Juros e Gastos Similares Suportados (nota 38)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

Descrição	(valores em euros)	
	2019	2018
Juros suportados	(52 809 090)	(65 068 891)
Outros gastos e perdas	(2 967 632)	(3 234 727)
<b>Total</b>	<b>(55 776 722)</b>	<b>(68 303 618)</b>

No exercício de 2019, a rubrica de juros e gastos similares suportados regista uma diminuição de cerca de 12,5 milhões de euros que decorre fundamentalmente da redução do passivo remunerado da empresa e da das taxas de mercado a níveis baixos.

## Divulgação de Partes Relacionadas (nota 39)

A CP realiza frequentemente operações com as suas empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2019, a estrutura acionista da empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-dez-19	31-dez-18
EMEF, SA	100%	100%
CP CARGA, SA *	5%	5%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
OTLIS, ACE	14%	14%

**\* conforme definido no acordo de venda da participada, mantendo a CP esta participação no curto prazo.**

A CP detém também participação indireta e controlo noutras empresas do grupo por via da participação nas empresas acima referidas, nomeadamente:

- SIMEF, ACE (detida em 51% pela EMEF)
- NOMAD Tech (detida em 35% pela EMEF)

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	4 437 522	4 165 311
FERNAVE, SA	326 815	289 652
SAROS,Lda	500 403	2 743
ECOSAÚDE, SA	24 769	25 386
Associadas		
TIP, ACE	7 595 530	4 930 032
OTLIS, ACE	4 239 785	6 531 981
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	760 801	758 567
<b>total</b>	<b>17 885 625</b>	<b>16 703 672</b>
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA (*)	(37 850 330)	(28 750 513)
FERNAVE, SA	( 904 683)	( 560 251)
ECOSAÚDE, SA	( 841 916)	( 780 259)
Associadas		
TIP, ACE	( 316 223)	( 472 686)
OTLIS, ACE	( 142 242)	( 61 382)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	(5 372 371)	(4 775 061)
<b>Total</b>	<b>(45 427 765)</b>	<b>(35 400 152)</b>

(\*) O valor da faturação emitida por esta participada, encontra-se classificado na CP em gastos e em investimento.

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	12 407 360	10 112 536
ECOSAÚDE, SA	( 21 000)	-
Associadas		
TIP, ACE	2 530	1 529
OTLIS, ACE	-	4 800
<b>Total</b>	<b>12 388 890</b>	<b>10 118 865</b>

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>31-dez-19</b>	<b>31-dez-18</b>
<b>Ativos</b>		
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	10 250 000	11 750 000
FERNAVE, SA	-	2 600 000
ECOSAÚDE, SA	264 480	285 480
Clientes e out. contas receber		
Subsidiárias		
EMEF, SA	2 334	1 720 141
FERNAVE, SA	14 396	601 918
SAROS,Lda	299	309
ECOSAÚDE, SA	34	-
Associadas		
TIP, ACE	421 339	452 491
OTLIS, ACE	-	262 336
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	107 821	78 367
<b>Passivos</b>		
Fornecedores e out. contas pagar		
Subsidiárias		
EMEF, SA	(1 000 963)	( 840 185)
FERNAVE, SA	( 287 337)	( 89 374)
ECOSAÚDE, SA	( 35 279)	( 85 864)
Associadas		
TIP, ACE	( 796 647)	( 878 314)
OTLIS, ACE	( 939 154)	( 135 823)
Empresas com participação indirecta		
EMEF / SIEMENS, ACE	( 952 316)	( 519 093)
<b>Total Ativo + Passivo</b>	<b>7 049 007</b>	<b>15 202 389</b>

## Garantias e Avals (nota 40)

Garantias e avals prestados pela CP a empresas do grupo e associadas:

<b>Empresa</b>	<b>(valores em euros)</b>
	<b>Valor</b>
EMEF (cartas conforto)	530 324
Femave (garantia)	131

Garantias prestadas a favor da CP:

<b>Empresa</b>	<b>(valores em euros)</b> <b>Valor</b>
Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	94 026 667
Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros	15 042

## Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 41)

De referir os seguintes acontecimento, relevantes para a empresa:

- Foi concretizada em 01 de janeiro de 2020 a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, publicada em 26 de dezembro de 2019 por Decreto-Lei N.º 174/2019-B. A CP sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S. A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. A fusão em nada afeta nem altera as circunstâncias em que os contratos foram celebrados, nem altera as garantias destes.
- Como é do conhecimento generalizado, no passado dia 11 de março a OMS declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19 como pandemia. Existem já notícias que indicam que diversos setores da economia podem ser afetados por efeitos diretos e indiretos provocados pela doença, estando em causa, entre outros possíveis efeitos, a disrupção ou limitação de fornecimentos de bens e serviços ou incapacidade de virem a ser cumpridos compromissos contratuais, pelas diversas contrapartes, podendo como tal, alterar-se a perceção e avaliação do risco de negócio. Existem adicionalmente notícias que indiciam a eminência de uma retração económica geral. Os efeitos decorrentes deste evento para a atividade da CP apresentam-se à data incertos.

## Proposta de aplicação de resultados (nota 42)

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do exercício, prejuízo de 51.578.374 euros, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

**ANEXOS**



Intercidades



Intercidades **K**

## **Relatório de Auditoria**



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 574.047.598 euros e um total de capital próprio negativo de 1.672.673.526 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 51.578.374 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

A Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2019, um total de capital próprio negativo de 1.672.673.526 euros.

Adicionalmente, salientamos que no ano em análise se verificou uma diminuição significativa dos financiamentos, no valor de 520.139.819 euros. No entanto, a Entidade continua a possuir um elevado grau de endividamento, sendo o ativo líquido financiado, em grande parte, pela Tutela Sectorial e Financeira.

Tratando-se de uma Entidade que presta um serviço público, em 2019 o financiamento da sua atividade continuou a depender do suporte financeiro do Estado Português, o qual detém a totalidade do capital da Entidade. No entanto, conforme referido na nota 1 do anexo, em 28 de novembro de 2019, a Entidade celebrou com o Estado Português o contrato de serviço público respeitante ao transporte ferroviário nacional de passageiros, por um período de 10 anos, onde constam os serviços abrangidos, as obrigações de serviço público a que a Entidade está obrigada, a respetiva compensação e os indicadores operacionais quantificáveis de aferição de incumprimento, aguardando-se o visto do Tribunal de Contas.

Adicionalmente, e conforme referido na nota 41 do anexo, em 26 de dezembro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei N.º 174/2019-B, que aprova a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP - Comboios de Portugal, E. P. E., a qual sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S. A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. A fusão em nada afeta nem altera as circunstâncias em que os contratos foram celebrados, nem altera as garantias destes.

Decorrente da pandemia COVID-19, perspetiva-se uma crise mundial com impactos significativos na economia global. À data deste relatório, não temos conhecimento de qualquer situação que pudesse originar ajustamentos nas demonstrações financeiras em análise, no entanto, a Entidade deverá criar condições para aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade operacional e demonstrações financeiras futuras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>
<p><b>Reconhecimento do Rédito</b></p> <p>O rédito dos serviços prestados pela Entidade, que incluem essencialmente o transporte de passageiros, em 31 de dezembro de 2019, ascendeu a 280.719.729 euros, conforme divulgado na nota 26.</p> <p>O risco do reconhecimento do rédito está relacionado com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita;</li><li>b) teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade;</li><li>c) análise dos ajustamentos efectuados ao rédito no final do ano; e</li><li>d) identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.</li></ul>



---

### **Imparidade dos ativos fixos tangíveis**

Em 31 de dezembro de 2019, a imparidade dos ativos fixos tangíveis ascende a 4.179.584 euros, conforme divulgado na nota 7.

O apuramento da imparidade realizado pela Entidade assenta em validações efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, as quais estão associadas ao nível de rotação do material circulante e à expectativa de alienação daquele que se encontra obsoleto, e por peritos independentes, para os imóveis, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise dos critérios definidos pela Entidade para identificação de material circulante com rotação reduzida ou em estado obsoleto;
  - b) análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respectivos critérios adotados e as avaliações independentes dos imóveis;
  - c) análise dos principais movimentos das imparidades registados no ano;
  - d) indagação junto da gestão da Entidade; e
  - e) verificação da adequabilidade das divulgações das imparidades no anexo.
- 

### **Provisões**

As provisões apresentam um saldo de 14.290.852 euros, em 31 de dezembro de 2019, conforme divulgado na nota 22.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.

A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se suportada por um estudo actuarial preparado por um perito independente.

Os movimentos registados nas restantes provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos da Entidade.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo complexo grau de julgamento e de incerteza associado.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
- b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas;
- c) indagação junto da área jurídica e da gestão da Entidade;
- d) obtenção e apreciação do estudo actuarial que suporta o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das provisões no anexo.



## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451º, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade referiu no seu relatório do governo societário que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.



## **Sobre o relatório do governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

## **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 30 de abril de 2020

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC nº 1015  
Registado na CMVM com o nº 20160630



## **Certificação Legal das Contas**



OLIVEIRA, REIS  
& ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA  
JOÃO CARLOS CRUZEIRO  
PEDRO MIGUEL MANSO  
MÁRIA BALBINA CRAVO  
OCTÁVIO CARVALHO VILÇA

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 574.047.598 euros e um total de capital próprio negativo de 1.672.673.526 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 51.578.374 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

## ÊNFASES

Conforme mencionado no ponto 5 do Relatório de Gestão, os Relatórios e Contas da Entidade referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 ainda não se encontram formalmente aprovados pela Tutela. Salientamos ainda que a Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos, de montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2019, um total de capital próprio negativo de 1.672.673.526 euros. O total do ativo corrente (60.744.058 euros) é substancialmente inferior ao total do passivo corrente (1.447.013.874 euros) e apesar de os financiamentos obtidos terem diminuído em 520.139.819 euros, o seu grau de endividamento mantém-se elevado, conforme nota 23 do anexo. Tratando-se de uma E.P.E., com relevantes obrigações inerentes ao serviço público que presta, o financiamento da atividade encontra-se maioritariamente suportado por capitais do Estado Português.

Foi concretizada em 01 de janeiro de 2020, a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na Entidade, publicada em 26 de dezembro de 2019 por Decreto-Lei N.º174/2019-B. A CP - Comboios de Portugal, E. P. E. sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S. A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. A fusão em nada afeta nem altera as circunstâncias em que os contratos foram celebrados, nem altera as garantias destes. Os efeitos decorrentes deste acontecimento para a atividade da Entidade, encontram-se divulgados na nota 41 no anexo às demonstrações financeiras.

No passado dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus, designado COVID-19, como pandemia. Os recentes desenvolvimentos resultantes desta pandemia têm impacto significativo quer a nível nacional, quer a nível internacional. Estes desenvolvimentos aumentam o grau de incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das diversas entidades. Os efeitos decorrentes deste acontecimento para a atividade da Entidade encontram-se divulgados na nota 41 do anexo às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

## MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

<b>Imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda</b> (Divulgações relacionadas com as notas 4, 7, 16, 32 e 36 do anexo às demonstrações financeiras individuais)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Em 31 de dezembro de 2019, o valor contabilístico de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda ascendia a 437.658 milhares de euros e 4.445 milhares de euros, respetivamente. Conforme divulgado na nota 4, a Entidade reconhece perdas por imparidade quando o valor recuperável de um determinado ativo se revela inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Os testes de imparidade realizados pela Entidade assentam em validações preparadas pelos responsáveis operacionais que têm por base diversos pressupostos e critérios definidos pela Entidade, nomeadamente a rotação do material circulante e expectativa de vida útil remanescente associada à operação, o que nos leva a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p> <p>Decorrente do seu processo de análise, a Entidade apresenta, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, perdas por imparidade acumuladas de 4.180 e 7.679 milhares de euros em relação aos ativos fixos tangíveis (Nota 7) e aos ativos não correntes detidos para venda (Nota 16).</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) análise dos critérios definidos pela Entidade para identificação de material circulante com rotação reduzida ou obsoleto, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir o valor dos ativos ao seu valor de realização;</li> <li>ii) obtenção do suporte ao cálculo da imparidade efetuado pela gestão, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico;</li> <li>iii) revisão dos movimentos ocorridos no ano na rubrica de perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes detidos para venda;</li> <li>iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão; e</li> <li>v) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

<b>Reconhecimento do Rédito</b> (Divulgações relacionadas com as notas 4 e 26 do anexo às demonstrações financeiras individuais)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>O rédito resultante dos serviços prestados pela Entidade é proveniente, essencialmente, da venda dos bilhetes de passageiros que, em 31 de dezembro de 2019, ascendeu a 280.720 milhares de euros. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 4 e 26 do Anexo.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado número de registos do sistema da bilhética e a sua integração na contabilidade, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) levantamento e análise do desenho e implementação do processo e controlos relevantes no ciclo da receita;</li> <li>ii) realização de diversos procedimentos analíticos, incluindo a análise de evoluções mensais por tipologia de serviços e a comparação com os valores de exercícios anteriores; e</li> <li>iii) execução de procedimentos específicos de validação do correto corte de operações;</li> <li>iv) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

<b>Valorização das provisões</b>	
(Divulgações relacionadas com as notas 4 e 22 do anexo às demonstrações financeiras individuais)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de provisões apresenta um saldo de 14.291 milhares de euros, correspondendo 4.268 milhares de euros a processos judiciais em curso e acidentes ferroviários, 9.781 milhares de euros a acidentes de trabalho e doenças profissionais e 242 milhares de euros a outros riscos e encargos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 4 e 22 do Anexo.</p> <p>A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais é suportada por um estudo atuarial preparado por peritos atuariais independentes contratados pela Entidade.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade de julgamento quanto aos pressupostos utilizados na avaliação do montante das responsabilidades e do desfecho provável dos processos judiciais em curso, assim como, na determinação das responsabilidades relacionadas com acidentes de trabalho e doenças profissionais (estudo atuarial preparado por peritos independentes), levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <p>i) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões;</p> <p>ii) obtenção e análise das listagens de processos judiciais em curso em que a Entidade se encontra envolvida através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados que prestam serviços à Entidade;</p> <p>iii) indagação junto da área jurídica da Entidade quanto à adequabilidade dos julgamentos efetuados sobre processos judiciais em curso;</p> <p>iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão;</p> <p>v) obtenção e leitura do estudo preparado pelos peritos independentes para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais;</p> <p>vi) avaliação da razoabilidade dos pressupostos atuariais utilizados para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho; e</p> <p>vii) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</p>

#### RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

#### **SOBRE O RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

#### **SOBRE A INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA PREVISTA NO ARTIGO 66.º-B DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a entidade referiu no seu relatório de gestão que irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que incluirá a informação não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na internet no prazo legal.

#### **SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez por despacho a 16/05/2014 para completar o mandato compreendido entre 2013 e 2015, mantendo-nos em funções para os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, na ausência da ocorrência de nova designação.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de abril de 2020.

- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 30 de abril de 2020

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**  
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1.056

# Relatório do Conselho Fiscal



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS 2019 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

### 1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da empresa<sup>1</sup> e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais<sup>2</sup> (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, e a proposta de aplicação de resultados da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2019, atento à certificação legal das contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e às informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria. Acresce ainda as conclusões contidas no Relatório de Auditoria do Auditor Externo sobre as demonstrações financeiras desse ano<sup>3</sup>, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas da CP.

Em conformidade com as orientações do acionista Estado, nomeadamente as constantes no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI\_DGTF/2020/771, de 11 de março<sup>4</sup>, compete igualmente ao CF a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente as relativas às remunerações vigentes em 2019, bem como a aferição do cumprimento da apresentação do Relatório anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre aquelas matérias, conforme previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e alterado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e n.º 42/2016, de 28 de dezembro, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

Assinale-se, a título enquadrador e informativo no âmbito do presente parecer, que:

- A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus Estatutos e pelo RJSPE;
- Não obstante não existir ainda em 2019<sup>5</sup> o novo contrato de serviço público formalizado entre o Estado e a CP, e tendo a empresa direito, ainda assim, ao abrigo da legislação nacional e comunitária, a indemnizações compensatórias pela prestação do serviço público, o Estado apenas tem atribuído nestes últimos anos, verbas correspondentes exclusivamente à comparticipação para passes e sistema intermodal andante;
- No entanto, o Estado tem mantido o apoio à empresa, nomeadamente, no que respeita ao suporte financeiro necessário com vista a assegurar o serviço da dívida e

<sup>1</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelos Decretos-Leis n.º 59/2012, de 14 de março e n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

<sup>2</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

<sup>3</sup> Obrigatório nos termos previstos do n.º 2 do artigo 438 do RJSPE.

<sup>4</sup> Referente às instruções sobre o processo de prestação de contas de 2019 para as entidades públicas empresariais.

<sup>5</sup> Contrato assinado em 28 de novembro de 2019, com efeitos a partir do visto do Tribunal de Contas, e ocorrer previsivelmente em 2020.



## CONSELHO FISCAL

necessidades de exploração e investimento, através da concessão de empréstimos e da realização de aumentos de capital;

- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da CP, aprovados pelo Conselho de Administração no dia 28 de abril de 2020, foram elaborados em conformidade com os artigos 65.º, 66.º, 66.ºA e 66.º B, do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto na Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Cabe referir como ponto prévio que, para efeito da aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, a empresa teve em consideração a informação financeira referente a anos anteriores, designadamente, de 2015 a 2018, em que apenas as contas de 2015 foram aprovadas, mantendo-se as restantes ainda em fase de aprovação pela tutela. Importa destacar que esta situação foi evidenciada quer nas ênfases na certificação legal das contas, quer pelo auditor externo no seu relatório de auditoria;
- As participações financeiras noutras empresas encontram-se reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), sempre que existe controlo ou influência significativa sobre as empresas participadas pela CP, enquanto para as restantes participações, são reconhecidas ao custo de aquisição menos as perdas de imparidade determinada pela empresa, dado não ser possível obter, de forma fiável, o seu justo valor;
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda notificação de 2014<sup>6</sup> relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais<sup>7</sup>, a CP foi reclassificada, passando a integrar, desde 2015, o perímetro das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais.

## 2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

Através da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 118/2019, de 18 de julho, foram designados os novos membros do Conselho de Administração da CP, para o mandato 2019-2021.

Também durante o exercício objeto de análise, por despacho conjunto de 28 de agosto de 2019, dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Infraestruturas, foi designada a nova composição do Conselho Fiscal da CP igualmente para o triénio 2019/2021.

Assim, durante o ano de 2019 o Conselho Fiscal, com a anterior composição, efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- i) Participação em reuniões com membros do anterior Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o Revisor Oficial de Contas;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;

<sup>6</sup> Emitida em setembro de 2014.

<sup>7</sup> SEC 2010.



#### CONSELHO FISCAL

- iv) Elaboração dos pareceres sobre os relatório e contas individuais e consolidadas referentes a 2018;
- v) Participação em reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- vi) Elaboração de parecer que incidiu sobre o relatório de atividades e execução orçamental do 1º trimestre apresentado pelo Conselho de Administração<sup>8</sup>;
- vii) Elaboração do parecer sobre Relatório & Contas Intercalar Consolidado referente ao 1.º semestre de 2019.

Sem prejuízo do supra referido, o CF com a nova composição, participou, igualmente, em reuniões com o atual Conselho de Administração e com os responsáveis pela área financeira e de planeamento.

### 3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério das Infraestruturas e Habitação e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

Através da celebração de contrato são definidas as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, tendo a CP celebrado com o Estado, em 24 de março de 2011, o contrato denominado por «Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público», e cujo prazo de vigência previsto era até 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes (PET)<sup>9</sup>, que abarcava o horizonte temporal 2011-2015, a CP e o Estado, consideraram o contrato em vigor inadequado, pelo que acordaram a sua revogação.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro, que alterou o regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário de passageiros e o regime jurídico aplicável à CP, ficam criadas as condições para a celebração do contrato de serviço público, o qual foi assinado em 28 de novembro de 2019, para vigorar entre 2020 e 2030, com possibilidade de se prorrogado por mais cinco anos.

Entretanto, através da RCM n.º 110/2019, de 27 de junho, foram aprovadas as linhas de orientação estratégica para a revitalização do serviço de transporte ferroviário de passageiros aplicáveis à CP e à EMEF.

<sup>8</sup> Saliente-se que os restantes relatórios trimestrais não foram apresentados pelo Conselho de Administração.

<sup>9</sup> Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro.



### CONSELHO FISCAL

Dando cumprimento ao disposto naquela RCM, o Conselho de Administração da CP elaborou o Plano Estratégico no âmbito do qual definiu três metas de serviço que pretende atingir de forma consistente e duradoura:

- Cem por cento no Índice de Regularidade do Serviço prestado;
- Aumento do Índice de Pontualidade para níveis médios Europeus;
- Limpeza do material circulante adequada a um serviço de qualidade.

Assim, e tendo em conta a concretização da primeira fase, a CP, em 2019, transportou cerca de 145 milhões de passageiros, o que representou um aumento de 15% (cerca de 19 milhões de passageiros) comparativamente a 2018. Em relação ao orçamentado, o valor é superior em 16,4 milhões de passageiros (+12,8%).

O crescimento foi verificado em todos os serviços, com destaque para o serviço urbano de Lisboa com um crescimento de 18,4% (+16 057 passageiros) e no serviço urbano do Porto com um aumento de 7,7%, o de longo curso com um aumento de 4,9% e o Regional com 5,2%.

Na análise da medida passageiros-quilómetro verificou-se a mesma tendência de subida, exceto no Porto com uma ligeira descida de 1%. O serviço urbano de Lisboa cresceu 19%, enquanto que o longo curso e o regional apresentaram um aumento de 4,5% e 12,4%, respetivamente, face a 2018.

A taxa de ocupação global aumentou ligeiramente em 2019, essencialmente no Serviço Urbano de Lisboa com 3,9 p.p., em virtude do crescimento da procura ter sido superior ao da oferta.

Neste contexto, importa destacar o aumento dos proveitos de tráfego em mais 14,8 milhões de euros face ao exercício anterior (+5,7%), atingindo os 273 milhões de euros, repartidos entre os 95,3 milhões de euros obtidos nos Serviços Urbanos de Lisboa (+3,8%), 30,7 milhões de euros no Serviço Urbano do Porto (+8,3%), 118,6 milhões de euros no Serviço de Longo Curso (+6,9%) e os 29,1 milhões de euros no Serviço Regional (+ 1,3%). Em relação ao orçamentado verificou um crescimento de 7 milhões de euros (+2,6%).

Esta evolução é justificada pela implementação do apoio à redução tarifária (a redução do preço dos passes mensais aumentou a procura), pelo incremento do turismo, bem como a recuperação dos indicadores económicos do país. Acresce que em janeiro de 2019 verificou-se uma atualização tarifária nos serviços de Longo Curso, Alfa Pendular e Inter-Cidades e títulos ocasionais nos Serviços Urbanos, em cerca de 1,14%

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP terminou o ano de 2019 com um total de 2669 trabalhadores<sup>10</sup>, representando menos 14 do que no ano anterior, tendo entrado 73<sup>11</sup> e saído 87, maioritariamente por revogação do contrato de trabalho por mútuo acordo e reforma.

A CP realizou investimentos de 18,5 milhões de euros, dos quais 14,6 milhões de euros (79%) respeitaram a reparações do material circulante.

<sup>10</sup> Correspondente aos trabalhadores vinculados à CP, e que inclui efetivos ao serviço da empresa, efetivos cedidos ou requisitados a outras entidades e, ainda, trabalhadores com licença sem vencimento.

<sup>11</sup> Autorização através do despacho n.º 237/19-SET, de 23/9 e RCM n.º 110/2019, de 3/7.



COMBOIOS DE PORTUGAL

## CONSELHO FISCAL

Salienta-se que em 2019 foi lançado o concurso para a aquisição de 22 Automotoras para o Serviço Regional, estando prevista que a assinatura do contrato ocorra em 2020.

É de realçar, ainda, que, através do Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro, foi concretizada a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A. (EMEF) na CP com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

#### 4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As demonstrações financeiras anexas ao Relatório e Contas da CP, compreendem, os seguintes elementos:

- i) o balanço que, em 31 de dezembro de 2019, evidencia um total de cerca de 574 milhões de euros e um total de capital próprio negativo de cerca de 1.672,2 milhões de euros, incluindo um resultado líquido negativo de cerca de 51,6 milhões de euros;
- ii) a demonstração dos resultados por naturezas e por funções que evidenciam um resultado operacional positivo de cerca de 4,4 milhões de euros;
- iv) a demonstração das alterações no capital próprio que demonstra uma alteração positiva de cerca de 493 milhões de euros;
- v) a demonstração dos fluxos de caixa que assinala um saldo final de 30,7 milhões de euros, e, ainda,
- vi) o Anexo às demonstrações financeiras que contém as principais políticas contabilísticas aplicadas.

Da análise das demonstrações financeiras, e pela sua materialidade, entendemos de destacar os seguintes aspetos face ao impacto económico financeiro dos mesmos na situação financeira e patrimonial da empresa:

- Em termos da estrutura financeira refletida no balanço, constata-se que, embora a mesma se tenha mantido em valores semelhantes aos verificados no ano transato, a empresa apresenta uma evolução positiva, de 2018 para 2019, decorrente, quer da redução do passivo, em de cerca de 499 milhões de euros, quer ainda da melhoria do capital próprio, da mesma ordem de grandeza (cerca de 492,8 milhões de euros), permitindo a redução dos valores negativos do mesmo, que, no final de 2019, atingiam o montante de cerca de 1.672,7 milhões de euros;
- Para esta situação contribuiu, essencialmente, a operação de cobertura de prejuízos efetuada pelo Estado, através da DGTF, no montante de cerca de 518,6 milhões de euros, que permitiu à CP obter recursos para a amortização e o pagamento de juros do empréstimo obrigacionista, na respetiva data de vencimento, possibilitando, simultaneamente, a redução dos resultados transitados desse mesmo montante. De igual forma se assinala os aumentos do capital, subscritos pelo Estado, em 2019, de cerca de 28,5 milhões de euros, que contribuíram, igualmente, para a obtenção de recursos para pagamento da dívida remunerada, entre outros fins;



## CONSELHO FISCAL

- Ao nível do balanço é ainda de registar uma redução do ativo, em termos globais, de cerca de 6,3 milhões de euros, onde se destaca a redução dos Ativos fixos tangíveis, em virtude de as depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de novos investimentos;
- Ao nível da exploração económica constatou-se, também, uma evolução positiva dos resultados líquidos, embora, ainda, com uma grande dimensão deficitária, atingindo o resultado líquido do exercício de 2019 o valor negativo de cerca de 51,6 milhões de euros (i.e., cerca de metade do resultado negativo verificado no ano transato);
- Para a evolução positiva do resultado líquido contribuiu, essencialmente, o resultado operacional, que, no final de 2019, atingiu valores positivos de cerca de 4,4 milhões de euros, refletindo, sobretudo, o efeito do recebimento de indemnização compensatória do Estado, através do IMT, I.P., de 40 milhões de euros, conforme estipulado da RCM n.º 156/2019, 5 de setembro (publicada no D.R., 1ª série de 16 de setembro);
- Constatou-se, ainda, ao nível do resultado operacional, a evolução positiva das vendas e serviços prestados, em cerca de mais 14,1 milhões, relativamente ao verificado no ano transato, refletindo o aumento da venda de bilhetes e da atualização tarifária média de alguns serviços. Saliendo-se que, esta tendência, está em consonância com a melhoria dos indicadores operacionais, que registaram um incremento significativo de passageiros transportados (um acréscimo de cerca de 19 milhões, em termos absolutos);
- O efeito no resultado operacional desta evolução positiva não foi mais significativo uma vez que se registaram, simultaneamente, incrementos nos gastos, em particular, nas rubricas de FSE e Gastos com Pessoal;
- Desta forma, assinala-se o incremento verificado na rubrica de FSE, de cerca de 11,8 milhões de euros relativamente ao verificado no ano transato, refletindo, essencialmente, o incremento dos gastos com conservação e reparação do material circulante, bem como da taxa de uso da infraestrutura;
- Ao nível dos gastos com pessoal, e apesar da diminuição do efetivo médio a cargo de 46 trabalhadores, regista-se um incremento de gastos de cerca de 3,4 milhões de euros que resulta, fundamentalmente, da implementação dos acordos de empresa, assinados no final de 2019 com as organizações representativas dos trabalhadores<sup>12</sup>, bem como, das progressões em resultado dos processos de avaliação realizados;
- Assinala-se ainda, o impacto da redução das provisões, em cerca de 2,8 milhões de euros, onde se destacam o efeito da reversão da totalidade da provisão para investimentos financeiros da participada FERNAVE, S.A., em resultado de uma operação de recomposição de capital realizada em 2019, bem como a redução da rubrica de

<sup>12</sup> Solicitados esclarecimentos à empresa sobre a celebração dos referidos Acordos de Empresa, os quais têm efeitos retroativos reportados a 1 de janeiro de 2019, foi transmitido ao CF que “ambas as tutelas acompanharam e deram o seu acordo”, não tendo, no entanto, sido remetido nenhum documento que evidencie esse acompanhamento e concordância.



COMBOIOS DE PORTUGAL

## CONSELHO FISCAL

outros gastos, de cerca de 3,2 milhões de euros. Esta última variação devida, fundamentalmente, ao decréscimo das perdas em investimentos não financeiros, decorrentes de abates de equipamento básico e do efeito da formalização de acordo com a Infraestruturas de Portugal, S.A. em 2018, de repartição de gastos de energia em espaços partilhados, o que implicou correção de rendimentos e gastos de exercícios anteriores nesse ano, situação não verificada em 2019;

- Assim, e em face essencialmente dos movimentos anteriormente referidos, a CP apresenta, no final de 2019, um EBITDA positivo de cerca 56,5 milhões de euros<sup>13</sup>, que representa uma melhoria, relativamente ao verificado em 2018, de cerca de 40,4 milhões de euros;
- Destaca-se, ainda, ao nível dos resultados, uma melhoria do resultado financeiro em cerca de 12 milhões de euros, situando-se, no final de 2019, em cerca de - 55,2 milhões de euros. Esta melhoria resultou, essencialmente, e conforme já referido, da redução do passivo remunerado da empresa, o qual, no final de 2019, ascendia a cerca 2.066,6 milhões de euros, incluindo cerca de 1.528 milhões de euros junto da DGTF, com uma parte significativa concentrada em maturidades de muito curto prazo, face aos sucessivos adiamentos das datas de vencimento contratualizadas com essa Direção-Geral. Embora com menor expressão, para os resultados financeiros alcançados contribuiu também a redução do custo médio dos financiamentos detidas pela empresa, não se registando novas contratações durante o ano de 2019. De acordo com a empresa e não tendo em conta a já referida operação de recomposição do capital efetuada pela DGTF, a redução do endividamento da CP, relativamente ao ano transato, ascendeu a cerca de -7,5%;
- Em suma, a estrutura financeira e patrimonial da CP, apesar de registar melhorias, continua, no entanto, fortemente desequilibrada, evidenciada por indicadores económico financeiros negativos, dependendo da atuação do Estado para a resolução da questão do endividamento e de atividade operacional em face de uma estrutura de custos que superam as receitas, o que pode dificultar a sua integração num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

##### 5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

No âmbito das competências que lhe estão cometidas e tendo como referência o já acima mencionado ofício circular SAI\_DGTF/2020/771, de 11 de março, cabe ao CF aferir do cumprimento pela empresa das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2019, bem como da exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, que determina a obrigatoriedade da apresentação de um Relatório anual de Boas Práticas de Governo Societário, o qual deverá

<sup>13</sup> O EBITDA recorrente da atividade de transporte ascendeu, em 2019, a cerca de 48 milhões de euros.



COMBOIOS DE PORTUGAL

**CONSELHO FISCAL**

conter informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo referido regime jurídico aplicável ao SEE.

**Relatório de Gestão**

Em conformidade com o previsto nos artigos 65.º, 66.º, 66.º-A e 66.º-B do CSC, o Relatório de Gestão da CP traduz a observância daquelas disposições e de outras matérias legalmente em vigor, cumprindo, na generalidade, com as orientações aplicáveis ao SEE, nomeadamente as decorrentes do RJSPE.

**Relatório sobre informação não financeira prevista no artigo 66º-B do CSC**

No que se refere, em particular, à obrigatoriedade de divulgação de informações não financeiras e de informação sobre a diversidade de certas grandes empresas e grupos, introduzida no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 27 de junho, ao abrigo do qual foram alterados, para o efeito, o CVM e o CSC, o CA da CP optou, conforme consta do relatório de gestão, por apresentar um relatório em separado, o qual será publicado no seu site da internet no prazo legal, dando, assim, cumprimento ao previsto na al. b) do n.º 9 do referido artigo 66º-B do CSC.

**Relatório de Governo Societário**

Em cumprimento do previsto do n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, a CP apresentou o Relatório autónomo de Boas Práticas de Governo Societário referente ao exercício em análise, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), conforme modelo disponibilizado para 2019.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e os elementos exigíveis à entidade nos termos previstos do artigo 245.º-A do CVM, e das demais disposições legais em vigor, incluindo as orientações aplicáveis, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, salientando-se ainda que sempre que não são aplicáveis alguns dos princípios recomendatórios são fundamentadas as razões da respetiva inaplicabilidade.

Sem prejuízo, e sem pôr em causa a nossa opinião acima, salientam-se os seguintes factos:

- O Despacho que contempla a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2018, incluindo o RGS referente àquele ano, não consta em anexo, dado que, como referido no relatório, as mesmas aguardam aprovação;
- A estrutura de governo da CP, atualmente em vigor, composta por um Conselho de Administração com cinco elementos (um Presidente, um Vice-Presidente e três Vogais), um Conselho Fiscal, um Revisor Oficial de Contas e um Conselho Consultivo<sup>14</sup>, cumpre o disposto na lei, nomeadamente o artigo 30.º e seguintes do RJSPE. A CP dispõe ainda de um Auditor

<sup>14</sup> Aguarda nomeação de todos os elementos que o integram.



## CONSELHO FISCAL

Externo<sup>15</sup>, que presta serviços de auditoria às contas individuais da CP e às consolidadas, efetuando reportes semestrais e anuais.

### Orientações legais vigentes para o SEE

No âmbito da avaliação do cumprimento do quadro normativo aplicável à CP e das orientações transmitidas pelo detentor do capital estatutário, através do já supra referido ofício circular SAI\_DGTF/2020/771, de 11 de março, em observância com o artigo 420.º do CSC, e para além das matérias acima indicadas sobre o Relatório de Gestão, importa destacar o seguinte:

#### a) Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

- Em 2019, não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, sendo a atividade da empresa norteada pelo PAO2019, apresentado pelo Conselho de Administração em 22 de agosto de 2018, não tendo o mesmo sido objeto de aprovação;
- Em conformidade com orientações vigentes, a empresa apresenta num capítulo autónomo, a informação relativa à execução do PAO 2019, designadamente quanto aos objetivos operacionais, ao EBITDA, aos gastos com pessoal, à evolução do indicador relativo ao peso dos gastos operacionais no volume de negócio, aos respetivos resultados de performance, ao investimento e ainda ao limite de endividamento ajustado, justificando, na generalidade, os desvios observados;
- Integrando a CP o perímetro das Administrações Públicas, a empresa apresenta, nos termos legalmente exigidos, informação detalhada sobre o grau de execução orçamental, tanto ao nível da receita como da despesa, referindo, em cada caso, os desvios mais importantes verificados e respetivas justificações.

#### b) Gestão do risco financeiro

- No que se refere à gestão do risco financeiro, e em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro, salienta-se que a atividade da CP encontra-se exposta ao risco de liquidez e ao risco de taxa de juro. Quanto ao primeiro, este risco encontra-se mitigado, em certa medida, pelo facto da CP depender exclusivamente do suporte financeiro direto do Estado por ter sido reclassificada para o perímetro das administrações públicas;

No que se refere ao risco de taxa de juro, destaca-se, desde já, que a empresa não procedeu em 2019 à contratualização de nenhum instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro, nem detém qualquer instrumento desta natureza em carteira com referência a 31 de dezembro de 2019.

#### c) Limites de crescimento do endividamento

- Em termos de endividamento, o valor ajustado, apurado nos termos da fórmula prevista no n.º 4 do artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), isto é, tendo em consideração os aumentos de capital realizados pelo Estado e excluindo os

<sup>15</sup> Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do RUSPE as empresas que se encontrem classificadas nos Grupos A e B nos termos das Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012, de 14 de fevereiro, e 18/2012, de 16 de fevereiro, estão obrigadas a submeter a informação financeira anual a uma auditoria externa, a realizar por auditor registado na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.



## CONSELHO FISCAL

novos investimentos com expressão material<sup>16</sup>, representou um decréscimo de 7,5 %, cumprindo, assim, o limite de 2% previsto no n.º 1 do artigo 58º da Lei n.º 71/2018, de 11 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2019 (OE2019).

d) Prazo Médio de Pagamentos e Pagamentos em Atraso

- Conforme consta do capítulo “Cumprimento das Obrigações Legais” do Relatório e Contas, a CP não identifica pagamentos em atraso (“arrears”)<sup>17</sup> no final de 2019 por motivos imputáveis à empresa;
- De acordo com os dados divulgados pela empresa, em 2019 o prazo médio de pagamentos<sup>18</sup> foi inferior a 30 dias, ainda que se tenha verificado um agravamento de 5 dias face a 31 de dezembro de 2018 (nesta data o PMP era de 21 dias, ao passo que em 2019 foi de 26 dias);

e) Recomendações aquando da última aprovação de contas

- Conforme referido anteriormente, as contas relativas ao exercício de 2017 e 2018, não foram ainda objeto de aprovação por parte do titular da função acionista, pelo que não houve qualquer recomendação a observar em 2019. No entanto, refira-se que foram aprovadas, no decurso de 2019, as contas referentes ao exercício de 2015.

f) Remunerações

- A CP demonstra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (para os gestores públicos e equiparados);
- Sublinha-se ainda que, em 2019, a empresa manteve o procedimento de não atribuir prémios de gestão, cumprindo o que se encontrava legalmente previsto sobre esta matéria;
- Ainda no âmbito da divulgação do cumprimento das orientações legais nos termos previstos do citado ofício circular SAI\_DGTF/2020/771, de 11 de março, e no que se refere às obrigações de divulgação de informação no sítio da internet e no sítio do SEE, designadamente no que concerne à elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres<sup>19</sup> e do relatório anual sobre a prevenção da corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, importa sublinhar que a CP deu cumprimento às referidas obrigações de divulgação.

g) Estatuto do Gestor Público

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a CP deu cumprimento ao disposto no Estatuto do Gestor Público (EGP), no que concerne à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a

<sup>16</sup> Os que não figuram no plano de investimento do ano anterior e cuja despesa prevista para ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa (cf. n.º 2 do artigo 159º do DLEO 2019).

<sup>17</sup> Nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

<sup>18</sup> Nos termos previstos da RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.

<sup>19</sup> Nos termos previstos no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 5 de março, as empresas do SEE devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.



## CONSELHO FISCAL

realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite de gastos com comunicações, bem como ao valor máximo estabelecido para combustível e portagens afetos às viaturas de serviço, não tendo sido, conforme consta do relatório, realizadas tanto pela empresa como pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

h) Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas

- A CP no âmbito dos procedimentos da contratação pública rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, sendo considerada entidade adjudicante do setor especial dos transportes. Nessa medida, utiliza as figuras de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades. O Regulamento de Compras que contém as regras aplicáveis à Locação e Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços e Empreitadas está disponível no respetivo *site*;
- Neste seguimento, em 2019, a empresa submeteu a fiscalização prévia do Tribunal de Contas 11 contratos, de valor superior a 5 milhões de euros cada, no valor global de 36.195.573 €;
- A CP aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 2010, pelo que, caso a caso, verifica as vantagens em utilizar os Acordos-Quadro subscritos pela ESPAP, IP, recorrendo aos mesmos essencialmente para as áreas de vigilância e segurança humana, *renting* de viaturas, contratação de agência de viagens, aquisição de consumíveis de impressão, economato, papel e licenças Microsoft.

i) Parque de Veículos do Estado

- A CP não se encontra vinculada ao Parque de Veículos do Estado, não obstante tem dado cumprimento às orientações vigentes nesta matéria, nomeadamente ao determinado pelo ofício circular da DGTF n.º 4238, de 1 de julho de 2013, e ao Despacho n.º 5410/2014, do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e da Secretária de Estado do Tesouro, de 17 de abril de 2014<sup>20</sup>;
- A CP manteve o seu parque automóvel face a 2018 (48 viaturas)<sup>21</sup>.

j) Estrutura de Gastos Operacionais

- O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel diminuiu face a 2018, devido à aplicação de medidas de contenção generalizada.

Ainda no que se refere às restantes medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158º do DLEO 2019, e para além dos aspetos anteriormente mencionados, reportam-se também os seguintes:

- O Rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, tendo por base os valores executados de 2018 e 2019, constantes da página 69 do Relatório e Contas, manteve na

<sup>20</sup> Através do qual foi estabelecido o rácio de dois veículos abatidos por cada nova aquisição, à redução de gama das viaturas e às rendas máximas definidas, o que se traduziu num parque automóvel mais reduzido e com menores gastos de utilização.

<sup>21</sup> Desde 2017 que o parque automóvel da CP é constituído por 48 viaturas.



#### CONSELHO FISCAL

mesma ordem de grandeza, embora com tendência decrescente (a redução registada é de apenas 50 p.b.), verificando-se, no entanto, um desvio favorável de - 0,5 p.p. face ao valor orçamentado;

- Neste âmbito, destaque-se ainda e relativamente aos valores executados de 2018 que, apesar da redução do número de trabalhadores, registou-se um crescimento dos gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, de cerca de 548 mil euros (cerca de + 0,5%);
- Mais se constata o acréscimo dos gastos operacionais com o conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, de cerca de 60,6 mil euros (+ 14%).

#### k) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

- No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a CP tem requerido anualmente a dispensa, considerando que as especificidades das suas atividades exigem a manutenção de algumas contas bancárias e serviços bancários disponibilizados pela banca comercial;

Assim em 2019, na sequência de anterior decisão comunicada através do ofício do IGCP, EPE n.º 14198/18-, de 7 de setembro, a CP solicitou a reapreciação desta Agência de forma a contemplar alguns serviços específicos, para efeitos de recebimento de valores de vendas efetuadas por canais web (TPA virtual) numa conta da banca comercial, tendo o mesmo merecido despacho favorável do IGCP, EPE, transmitido através do seu ofício n.º 2019/19745.

## 6. PARECER

De acordo com o que precede e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o Relatório do Auditor Externo, Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., com os quais concordamos, para efeito de preparação do presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2019, e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou, ainda, que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa associados ao exercício em análise.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:



## CONSELHO FISCAL

- i) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativas ao exercício de 2019, atenta a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o Resultado Líquido negativo no montante de 51,6 milhões de euros ser levado a resultados transitados.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo do ano de 2019, tanto pelo Conselho de Administração como pelos demais colaboradores da CP.

Lisboa, 26 de junho de 2020.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

 ANTÓNIO JOSÉ FARINHA SIMÃO Digitally signed by  
ANTÓNIO JOSÉ  
FARINHA SIMÃO

*António Farinha Simão*

Os Vogais,

TERESA ISABEL CARVALHO COSTA Assinado de forma digital por TERESA  
ISABEL CARVALHO COSTA  
Data: 2020.06.26 12:36:32 +01'00'

*Teresa Costa*

 Assinado por: CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE  
Num. de Identificação: B1104151510  
Data: 2020.06.26 16:28:56+01'00'

*Cristina Freire*  **CARTÃO DE CIDADÃO**  
\*\*\*\*\*



COMBOIOS DE PORTUGAL